



# INTELECTUAIS NEGRAS

Vozes que ressoam

Viviane Gonçalves Freitas  
(Organizadora)







# INTELECTUAIS NEGRAS

Vozes que ressoam

Viviane Gonçalves Freitas  
(Organizadora)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Reitora: Sandra Regina Goulart Almeida

Vice-Reitor: Alessandro Moreira

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor: Orestes Diniz Neto

Vice-Diretor: Bruno Pinheiro Wanderley Reis

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Coordenador: Carlos Magno Camargos Mendonça

Sub-Coordenadora: Geane Alzamora

SELO EDITORIAL PPGCOM

Ângela Cristina Salgueiro Marques

Bruno Guimarães Martins

CONSELHO CIENTÍFICO

Ana Carolina Escosteguy (PUC-RS)

Benjamim Picado (UFF)

Cezar Migliorin (UFF)

Elisabeth Duarte (UFSC)

Eneus Trindade (USP)

Fátima Regis (UERJ)

Fernando Gonçalves (UERJ)

Frederico Tavares (UFOP)

Iluska Coutinho (UFJF)

Itania Gomes (UFBA)

Jorge Cardoso (UFRB | UFBA)

Kati Caetano (UTP)

Luis Mauro Sá Martino (Casper Líbero)

Marcel Vieira (UFPB)

Mariana Baltar (UFF)

Mônica Ferrari Nunes (ESPM)

Mozahir Salomão (PUC-MG)

Nilda Jacks (UFRGS)

Renato Pucci (UAM)

Rosana Soares (USP)

Rudimar Baldissera (UFRGS)

---

[www.seloppgcom.fafich.ufmg.br](http://www.seloppgcom.fafich.ufmg.br)

Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627, sala 4234, 4º andar  
Pampulha, Belo Horizonte - MG. CEP: 31270-901

Telefone: (31) 3409-5072

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

I61      Intelectuais negras [recurso eletrônico]: vozes que ressoam /  
Organizadora Viviane Gonçalves Freitas. – Belo Horizonte,  
MG: PPGCOM UFMG, 2019.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN 978-85-54944-22-3

1. Brasil – Relações raciais. 2. Comunicação social. 3. Intelectuais negros. 4. Negros – Brasil – Condições sociais. 4. Racismo – Brasil – História. I. Freitas, Viviane Gonçalves.

CDD 305.896

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

CRÉDITOS DO LIVRO

© PPGCOM UFMG, 2019.

PRIMEIRA EDIÇÃO  
2019

ROJETO GRÁFICO  
Bruno Menezes A. Guimarães  
Bruno Guimarães Martins

DIAGRAMAÇÃO  
Bruno Menezes A. Guimarães

CAPA  
Victor Ferrarezi  
Bruno Guimarães Martins

# Sumário

|                                                                                                                                        |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Prefácio                                                                                                                               | 7   |
| Introdução                                                                                                                             | 11  |
| 1. Maria Aparecida Moura, entre habitar mundos e fincar bandeiras                                                                      | 15  |
| ISABELLE CHAGAS                                                                                                                        |     |
| 2. A voz que incomoda a Casa Grande: a sobrevivência de Conceição Evaristo e a desobjetificação dos sujeitos pesquisados               | 35  |
| PÂMELA GUIMARÃES-SILVA<br>OLÍVIA PILAR                                                                                                 |     |
| 3. Ciência da inexistência na voz da intelectual trans negra Jaqueline Gomes de Jesus                                                  | 55  |
| TOMÁS GERMAN                                                                                                                           |     |
| 4. Zélia Amador de Deus: tecendo os laços de solidariedade entre os herdeiros de Ananse                                                | 71  |
| LUCAS AFONSO SEPULVEDA                                                                                                                 |     |
| 5. Jurema Werneck, do Morro dos Cabritos à Anistia Internacional: trajetória, resistência e ativismo pela saúde das mulheres negras    | 93  |
| VÍVIAN CAMPOS                                                                                                                          |     |
| 6. Reflexões sobre as contribuições teórico-metodológicas da intelectual negra Kimberlé Crenshaw e seu conceito de interseccionalidade | 109 |
| BÁRBARA CALDEIRA                                                                                                                       |     |



## Prefácio

*INTELECTUAIS NEGRAS: vozes que ressoam*, organizado por Viviane Gonçalves Freitas e publicado pelo Selo PPGCOM/UFMG, coleção Olhares Transversais, é resultado de um esforço conjunto das alunas e dos alunos da disciplina “Gênero, raça e classe: o debate na comunicação”, ministrada no segundo semestre de 2018, no Programa de Pós-graduação em Comunicação Social, da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCOM/UFMG).

Ressalto a criatividade epistemológica e política deste livro na escolha do tema e dos sujeitos sobre os quais os artigos abordam. A publicação narra a história e a trajetória de vida, acadêmica e profissional de mulheres negras e intelectuais, protagonistas das suas próprias histórias. Destaca os espaços nos quais trabalham, militam, escrevem, intervêm, atuam na gestão e confrontam posturas e práticas classistas, racistas, machistas e LGBTfóbicas.

Ao nos dedicarmos à leitura, somos contempladas com a vivência guerreira de seis intelectuais negras, sendo cinco brasileiras (Conceição Evaristo, Zélia Amador de Deus, Jaqueline Gomes de Jesus, Jurema Werneck e Maria Aparecida Moura) e uma estadunidense (Kimberlé Crenshaw). Todas estão vivas e atuantes. Podemos encontrá-las nos seus locais de trabalho, de militância e de vida e aproveitar muito do seu saber e experiência. Certamente, elas ainda produzirão novos conhecimentos e nos brindarão com suas reflexões e ações.



Mulheres negras acadêmicas, ativistas e escritoras, cujas vivências e experiências, nos dizeres de Conceição Evaristo, são por si só interseccionais. A interseccionalidade de raça, gênero, classe e orientação sexual, entroncamentos da realidade social, cultural e política dessas mulheres – sabiamente teorizada como conceito de potente operacionalidade epistemológica e política por Kimberlé Crenshaw – é vivida cotidianamente pelas mulheres negras, nos mais diversos lugares do mundo, com contornos, intensidades, capacidade de resistência e percepções diferentes. E é essa mesma interseccionalidade que se faz presente na vida das intelectuais negras cujas vozes foram ressaltadas e as presenças foram visibilizadas por meio desta publicação.

São vozes e práticas que ressoam e se impõem diante de um mundo tão opressor e trajetórias de vida que se apresentam, ao mesmo tempo, tão diferentes nas suas individualidades e tão iguais na luta contra a opressão e nas experiências de superação. Todas as mulheres cujas vozes, vivências e experiências sociais e raciais são destacadas vêm de uma origem popular, possuem trajetória familiar de luta pela sobrevivência, conseguiram furar o cerco das desigualdades socioeconômicas, do racismo e do patriarcado e avançaram nos estudos chegando até a universidade. Elas têm consciência política do que significa ser negra em uma sociedade machista, racista e heteronormativamente orientada. Enfim, são guerreiras. E, aquelas que têm filhos e filhas os ensinam desde muito cedo a continuar resistindo e produzindo novos conhecimentos, outra forma de atuação política, novos olhares sobre gênero e raça.

As autoras e os autores nos convocam ao debate. O que tem sido produzido no campo da comunicação sobre o tema abordado no livro? Quantas/os são as docentes e os docentes negros que atuam na Pós-graduação em Comunicação no Brasil? Quantas negras e negros chegam aos cursos de Pós-graduação em Comunicação em nosso país? Quantas e quais são as dissertações e teses que abordam a questão racial, de gênero e a diversidade sexual no campo da comunicação? E a dimensão interseccional?

Faz-se necessário discutir não só os motivos das ausências que as perguntas acima receberão como respostas, mas também abrir espaço para a entrada da diversidade no campo da comunicação, tanto na graduação quanto na pós-graduação. E, assim, produzir conhecimentos junto com outros sujeitos, que nos desafiem a lançar múltiplos olhares sobre a relação entre comunicação, gênero, raça, classe e poder.

Se compreendemos que é necessário e salutar realizar uma crítica interna à ciência para fazê-la avançar e estar em sintonia com o nosso tempo, essas questões e os sujeitos que as provocam precisam estar de forma justa e democrática dentro dos espaços que produzem conhecimento. E mais, deverão ser também produtores de conhecimento sobre si mesmos e sobre os mais diversos temas.

As intelectuais negras cujas vozes ressoam neste livro são sujeitos e produtoras de conhecimentos novos e ousados sobre raça e gênero. A sua produção e as suas ações políticas nos provocam e nos impactam. São sujeitos que vivem a diferença na sua própria pele e constroem uma história de luta e dignidade.

As mulheres negras protagonistas desta obra, por meio dos seus artigos, livros, entrevistas, palestras, intervenções políticas, operam na *contracorrente de uma ciência que apaga seus sujeitos e suas subjetividades em nome de um pretenso universal, que nós sabemos o rosto que tem, qual a cor de sua pele e o gênero que assume* (Isabelle Chagas, ao escrever sobre Maria Aparecida Moura).

As autoras/autores/estudantes assumem o compromisso de contribuir epistemológica e academicamente *para que a escrita sobre o sujeito pesquisado, que está em condição de subalternidade, não seja objetificadora e reproduza as lógicas das relações de poder e de silenciamento da vida social* (Pâmela Guimarães-Silva e Olívia Pilar, ao narrarem a trajetória de Conceição Evaristo).

Elas também inovam ao trazer o transfeminismo como mais um elemento potente para adensar ainda mais o conceito de interseccionalidade, pois trata-se de *um pensamento e prática que rediscute a subordinação morfológica de gênero (construído psicossocialmente) ao sexo (construído biologicamente), que vai contra as opressões baseadas na normatividade binária (de feminino e masculino) e que se relaciona com processos históricos atuais* (Tomás German, artigo sobre Jaqueline Gomes de Jesus).

Reconhecem que as reflexões teóricas das intelectuais negras *apontam para relevância não só da transformação das instituições públicas, mas da transformação epistemológica para a compreensão dos fenômenos sociais, por meio de uma ótica que consiga compreender as experiências de violência e racismo sofridas por pessoas negras, como também a própria afirmação da negritude como um valor, uma visão de mundo e uma história* (Lucas Afonso Sepulveda, escrita sobre Zélia Amador de Deus).

Entendem que o protagonismo das mulheres negras tem como ponto comum não somente o fato de terem *ultrapassado todas as barreiras e difi-*

*culdas impostas por uma sociedade racista, machista e classista, mas também por terem empenhado sua vida na luta pelos direitos de outras mulheres negras que não tiveram a chance de ter suas vozes ouvidas* (Vívian Campos, ao escrever sobre Jurema Werneck).

E, por fim, as estudantes e os estudantes/autores têm como aprendizado a oportunidade de indagar a prática acadêmica e política hegemônica que invisibiliza as mulheres negras e suas lutas. *Tal prática é, entre vários outros fatores, devedora da valorização de um pensamento feminista branco, tomado como universal, dentro do ambiente acadêmico, que culmina em visões muito limitadas sobre qualquer temática inicialmente centrada nas questões de gênero, visto que tal variável não pode ser tomada isoladamente* (Bárbara Caldeira, ao narrar a história de Kimberlé Crenshaw).

Desafio as leitoras e aos leitores que não somente se dediquem à leitura dos artigos aqui presentes, mas possam ir além. Que conheçam a obra completa de cada uma das intelectuais negras aqui destacadas e de tantas outras que nos ajudam a compreender melhor os desafios e os dilemas das negras e dos negros brasileiros que vivem em um país tão diverso e ao mesmo tempo tão desigual. E lutam cotidianamente pela superação do racismo e por uma sociedade mais justa e democrática, sobretudo, em tempos de tanta repressão.

E que a chama da justiça social e da justiça cognitiva nunca se apague em nós. Muito pelo contrário. Que ela nos instigue a continuar lutando por equidade, igualdade e direitos, mesmo que o nosso entorno e parte do mundo se mostrem adversos. É o que nos ensina o exemplo das intelectuais negras cujas trajetórias estão narradas neste livro.

NILMA LINO GOMES

Professora Titular da Faculdade de Educação da UFMG

Janeiro de 2019

# Introdução

ESTE LIVRO é a coroação de uma iniciativa inédita do PPGCOM-UFMG: mais do que a oferta de uma disciplina que abordasse gênero, raça e classe, os debates em sala de aula possibilitaram um diálogo rico e produtivo, com ampliação de perspectivas de estudos e aprofundamento de temáticas. E, claro, não poderia deixar de expressar meus mais sinceros agradecimentos à professora Ângela Marques, coordenadora do PPGCOM, de quem veio o convite para ministrar a disciplina e para organizar a presente obra.

A disciplina “Gênero, raça e classe: o debate na comunicação”, oferecida no segundo semestre de 2018, teve como objetivo abordar as mulheres negras como sujeitos políticos plurais, a partir da desconstrução de estereótipos de gênero, raça e classe, comumente apresentados pela mídia tradicional e reproduzidos socialmente. Embasados teoricamente pelo conceito de interseccionalidade, os encontros buscavam levantar questionamentos, apresentar e construir novas possibilidades em diálogo com essas mulheres entendidas como protagonistas de suas histórias e com vozes próprias, não meras personagens das narrativas de profissionais da comunicação.

Empoderamento e direitos; movimentos de mulheres negras e feminismos negros; imprensa alternativa; violências; estética negra e corpos racializados; e políticas públicas no Brasil foram algumas das temáticas sobre as

quais nos debruçamos durante as aulas. Essas discussões também tinham como direcionamento possibilitar a alunas e alunos um aprofundamento teórico a fim de melhor construir sua narrativa sobre intelectuais negras vivas, brasileiras ou não, no sentido de apresentar concomitantemente sua vida e trajetória acadêmica. Tal proposta parte do entendimento da autora estadunidense bell hooks, para quem ser intelectual é transgredir fronteiras discursivas, saindo de sua zona de conforto – uma atitude intrínseca e vitalmente política. Ao mesmo tempo, é olhar para estes novos sujeitos que chegam à academia, instigando a construção de novas epistemologias e a necessidade de localizar saberes antes não contemplados pela ciência da neutralidade pré-determinada – para lembrar Giovana Xavier.

As próximas páginas trazem um aperitivo da trajetória destas seis mulheres negras intelectuais, a partir do olhar de pesquisadoras e pesquisadores da Comunicação Social. Reforço o convite que a professora Nilma Lino Gomes fez no prefácio: busquem conhecer mais sobre o trabalho tão rico e instigante delas! Garanto-lhes que será uma deliciosa viagem nas asas do conhecimento.

Isabelle Chagas abre os trabalhos com o capítulo **Maria Aparecida Moura, entre habitar mundos e fincar bandeiras**, apresentando uma história que instiga a não se restringir à aba “produções bibliográficas” do currículo. A professora da Escola de Ciência da Informação (ECI/UFGM) acredita que ser intelectual no corpo que tem, no lugar que ocupa, na instituição que leciona, pesquisa e também ajuda a administrar e gerir é “produzir algo com o qual você se compromete desde sempre, ter a sensibilidade que não precisa viver a experiência concreta do outro para poder se engajar”.

**A voz que incomoda a Casa Grande: a escrevivência de Conceição Evaristo e a desobjetificação dos sujeitos pesquisados** é o capítulo que conta um pouco da trajetória desta escritora mineira, pelas lentes de Pâmela Guimarães-Silva e Olívia Pilar. Mulher, negra e da periferia, cuja história apresenta conexões com o próprio conceito de escrevivência — criado por e para outros grupos marginalizados, ele nasce dentro da experiência de uma pessoa que escreve sobre sua história, mesmo que em forma de ficção, para entender também as histórias dos outros.

Tomás German, em **Ciência da inexistência**, reflete acerca do debate transfeminista, fundamentado na interseccionalidade das opressões das pessoas trans e do movimento feminista negro, a partir de uma consciência

política dos sujeitos trans. Destaca-se nessa corrente a intelectual trans negra Jaqueline Gomes de Jesus, que tem estudos sobre saúde do trabalhador, gestão da diversidade, trabalho, identidade social e movimentos sociais, com ênfase em gênero e feminismo, orientação sexual e cor/raça.

O quarto capítulo, **Zélia Amador de Deus: tecendo os laços de solidariedade entre os herdeiros de Ananse**, de Lucas Afonso Sepulveda, destaca a evidência da relevância presencial da negritude nos espaços acadêmicos, argumento que a socióloga e professora da Universidade Federal do Pará (UFPA) tenta evidenciar em seu trabalho.

Vívian Campos traz **Jurema Werneck, do Morro dos Cabritos à Anistia Internacional: trajetória, resistência e ativismo pela saúde das mulheres negras**. Médica e ativista, de origem pobre, Werneck, há mais de 25 anos, desenvolve um trabalho essencialmente engajado na luta pelos direitos humanos e sociais da população negra do país, com destaque para questões vinculadas à saúde das mulheres negras.

O livro encerra-se com o artigo **Reflexões sobre as contribuições teórico-metodológicas da intelectual negra Kimberlé Crenshaw e seu conceito de interseccionalidade**, de Bárbara Caldeira. A intelectual negra estadunidense define o conceito de interseccionalidade a partir da metáfora do entroncamento de vias que, ao mesmo tempo em que se apresenta como uma teoria, funciona como uma espécie de olhar metodológico para avaliar situações de discriminação e violência na vida social. O texto chama atenção para a urgência de se ter na academia uma abordagem interseccional a fim de que temáticas como a violência contra mulheres possam ser refletidas de modo a se considerar a pluralidades desses sujeitos e de suas diversas maneiras de ser e estar em sociedade.

Também gostaria de agradecer às alunas Cibelih Hespanhol, Cristiane Alves, Raiane Miranda, Sheila de Oliveira e Soraya Fidelis, pela oportunidade da convivência e da troca em sala de aula.

VIVIANE GONÇALVES FREITAS

Doutora em Ciência Política (UnB)

Pós-doutoranda em Ciência Política (UFMG), com bolsa PDJ/CNPq

Janeiro de 2019



## CAPÍTULO 1

# Maria Aparecida Moura, entre habitar mundos e fincar bandeiras

ISABELLE CAROLINE DAMIÃO CHAGAS<sup>1</sup>



Maria Aparecida Moura / Crédito: Isabelle Chagas

---

1. Estudante de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCOM/UFMG). E-mail: [isabellechagasmg@gmail.com](mailto:isabellechagasmg@gmail.com).



A SUA CABEÇA PENSA A PARTIR DO LUGAR ONDE ESTÃO FINCADOS  
OS SEUS PÉS.

- CONCEIÇÃO EVARISTO

## ENCONTRO

“Uma mulher negra habita esse espaço, mesmo se eu não estiver aqui, eu ainda estou”, conta Maria Aparecida Moura, ao entrarmos em seu gabinete na Escola de Ciência da Informação (ECI), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). São as muitas fotos na parede que figuram a presença de seu corpo em potência física e simbólica, com imagens próprias e dos seus, familiares, companheiros e companheiras de luta: estão ali Marielle Franco, Malcom X, Martin Luther King, Angela Davis, Nelson Mandela, mestre Antônio Bastião, sua avó Eva e os dois filhos, Ana e Gabriel. Doutora em Comunicação e Semiótica, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), e pós-doutora em Semiótica Cognitiva e Novas Mídias, pela Fondation Maison de Sciences de l’Homme (Paris, França), é o seu estar negro dentro da universidade o que chega primeiro. Por isso mesmo, a pertença a esse território se fez e ainda se faz entremeado de gestos inaugurais, por muito tempo como a única professora negra da ECI, caminho que vem sendo trilhado há mais de duas décadas, e, o mais recente, marcado na data de 20 de novembro de 2012, quando se tornou a primeira professora titular negra da história da Universidade Federal de Minas Gerais, em seus 85 anos de fundação. Mais do que uma simples titularidade, o nível acadêmico alcançado, relembra, “colocou em evidência a invisibilidade consentida e o regime de sucessão nos espaços de poder que se pauta pelo preconceito de raça” (MOURA, 2012, p. 4).

A conquista e a atuação em espaços os mais diversos dentro da universidade, em perspectivas inter e transdisciplinares, é outro gesto comum do percurso profissional de Cida Moura. Com formação nas áreas de Ciência da Informação, Educação e Comunicação, suas produções trazem a marca de um olhar que alarga e produz formas novas, insurgentes e pouco estáveis para se pensar a delimitação dos campos de conhecimento. As tecnologias da informação e a semiótica são pensadas na interseção com a cidadania, os direitos humanos, a cultura popular e os saberes tradicionais, nas frentes de pesquisa, ensino e extensão. E também nos cargos

administrativos que ocupou e ainda ocupa dentro da sua própria unidade, a Escola de Ciência da Informação (ECI/UFMG), e em diretorias da administração geral da universidade.

No momento do nosso encontro, Maria Aparecida Moura se prepara para retornar à França, onde realizará o segundo pós-doutorado, dessa vez no Centre d'étude des discours, images, textes, écrits, communication (Céditec), da Université Paris-Est. Ela foi uma das 123 pesquisadoras(es) selecionadas(os) no Programa de Professor Visitante no Exterior Sênior, edição 2017/2018, e a única da área de Ciência da Informação. “Vai ser bonito voltar. Na primeira vez que eu fui, há dez anos, era algo que, para mim, a princípio, parecia inimaginável, mas muito natural enquanto uma etapa da minha vida profissional”, conta a pesquisadora. Diferentemente do primeiro, realizado na Equipe Sémiotique Cognitive et Nouveaux Médias (ESCOM/FMSH), em 2006, que tinha na relação entre Ciência da Informação e Comunicação o motivo de partida, agora, no momento de maturidade, como ela mesma avalia, é a sua própria identidade enquanto mulher e intelectual negra um dos principais atravessadores do novo projeto. Intitulado “A construção e a expressão de modos de existência éticos: transversalidade, relações de poder e conhecimento em Foucault”, com ele, Cida Moura pretende se debruçar sobre a obra do filósofo, uma escolha teórica de robustez, mas que não fica ensimesmada, já que, antes mesmo de ir, vislumbra o que poderá trazer de retorno para dividir com os(as) seus/suas pares.

O desvio de rota, em que a tecnicidade própria à sua área é deixada de lado, ou esse que poderia ser entendido como um gesto de quase metarreflexão, Cida Moura localiza em duas razões principais. A primeira, nas discussões, cada vez mais comuns, sobre taxonomias de reparação na Ciência da Informação, levando em conta os aspectos éticos e étnicos na produção, organização e circulação do conhecimento. Tão importante quanto foi um dos seus últimos trabalhos de orientação no Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFMG, em que um aluno do mestrado, ao propor pesquisar sentidos e performances de lesbianidades<sup>2</sup>, trouxe inúmeros desafios à pesquisadora, mas também animou algumas inquietações antigas de

---

2. A dissertação “Vampiras que amam mulheres: sentidos e performances de lesbianidade no fandom de Carmilla”, foi defendida por Pedro Pinheiro, no Programa de Pós-graduação em Comunicação Social, da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCOM/UFMG), no primeiro semestre de 2018.

entrecruzamentos de camadas de gênero e raça. Sobre essa nova etapa, Cida Moura conta que:

Esse é um momento em que eu solto literalmente quem eu sou para Comunicação ou quem eu sou para Ciência da Informação, e falo assim: quem eu sou no mundo? E o que mais eu gostaria de estar produzindo para deixar como uma reflexão? Porque, querendo ou não, para nós, as mulheres negras que se fazem intelectuais no Brasil, é um caminho muito penoso e particular. Não tem pista para nós, com raríssimas exceções. (...) A gente começa a desejar algo que a gente nem sabe muito bem que algo é esse, e a gente foi construindo com essas migalhas que encontrou no meio do caminho. (MOURA, 2018a, s.p.).

O vocabulário e o vasto conhecimento acadêmicos são tramados, em seu jeito de estar e dizer do mundo, na junção poética da fala popular, aprendida com a sabedoria matuta de sua família, em especial com a avó, dos mestres do Vale do Jequitinhonha, norte de Minas Gerais, onde desenvolve projetos de extensão, na relação com os movimentos e as lutas populares dos quais participou desde a tenra juventude, do nascer e um dia se entender mulher favelada. Quando falamos do futuro, à espera do último documento que avaliza sua ida para outro país, outra língua, outras referências intelectuais e de pensamento, também falamos de sonhos, de fincar bandeiras onde muitas mulheres e homens negros brasileiros ainda não pisaram.

Ao avaliar a própria trajetória, a teórica e ativista estadunidense bell hooks (1995, p. 468) afirma que “as intelectuais negras trabalhando em faculdades e universidades enfrentam um mundo que os de fora poderiam imaginar que acolheria nossa presença, mas que, na maioria das vezes, encara nossa intelectualidade com suspeita”. Partilham dessa experiência mulheres negras brasileiras que traçam caminho similar, no ensino e na pesquisa, cujos relatos atestam a constante desconfiança e inadequação a que são cotidianamente submetidas. Por isso, é também importante fazer falar e ouvir as trajetórias, histórias de vida, daquilo que atravessa o nosso estar e pertencer ao mundo, e que a ciência, continuamente negando e apagando, também violenta. Os passos de Cida Moura, professora, pesquisadora, intelectual, das suas e dos seus, vêm de longe<sup>3</sup>.

---

3. Referência aos inúmeros trabalhos de Jurema Werneck, ativista, médica e doutora em Comunicação e Cultura, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), como apresentado no Capítulo 5 deste livro.

## VIDA, EXPERIÊNCIA

Quando eu nasci, conta a minha avó que, ao invés de receber a tradicional palmada que provoca o choro da vida, fui colocada embaixo de uma bacia feita de folhas de Flandres sobre a qual tocaram até que eu chorasse. Desse modo, em meio à escuridão do desconhecido e diante desse primeiro gesto coletivo da linguagem do eco das mãos no Flandres, chorei e me apresentei à vida. Desde então, sempre que me lembro da história do meu nascimento, vejo poesia, cultura e a linguagem das possibilidades e da sabedoria das pessoas comuns. (MOURA, 2012, p. 1).

Maria Aparecida Moura nasceu no inverno de 1965, na periferia de Governador Valadares (MG). Lançado ao mundo em meio ao Flandres, como descreve, no contato desse gesto inaugural, seu corpo já entrava em conexão com a história de seu povo, em que a mesma mistura de ferro e aço um dia serviu à produção das máscaras do silenciamento<sup>4</sup> de negros(as) africanos(as) escravizados(as). A fala, interdita aos seus e às suas no passado, se tornaria uma das principais marcas de Cida Moura, numa luta contínua pela existência.

A infância na Vila São José, região industrial da Grande Belo Horizonte (MG), foi permeada pela constante ameaça de despejo, realidade comum aos(as) historicamente excluídos(as) do planejamento urbano. As marcas da falta, da posse do território às possibilidades outras de se estar no mundo ocupando um corpo negro, foram sendo subvertidas pelo acesso à educação, ainda que eminentemente cercado de limitações. Aos 13 anos, como condição de dar continuidade aos estudos, começou a trabalhar em casa de família, destino aparentemente natural, como foi para suas antecessoras, a mãe e a avó. Já no ensino médio, realizou o curso técnico de magistério, uma das primeiras portas do longo percurso profissional em educação que vem realizando nos últimos 30 anos.

Em seu Memorial (2012), produzido para a submissão à vaga de professora titular da Escola de Ciência da Informação, da UFMG, Cida Moura

---

4. Flandres é um tipo de material laminado, feito da mistura de ferro e aço. Em seu texto *A Máscara*, a artista portuguesa Grada Kilomba (2017) caracteriza a máscara como instrumento de castigo e submissão dos(as) negros(as) escravizados(as) ao sistema colonial. Era acoplado à boca, amarrado ao queixo, nariz e à testa, impedindo tanto que se alimentassem das plantações quanto que falassem.

relembra os primeiros gestos da infância que marcaram o olhar da pesquisadora que se tornou. As tarefas escolares das crianças da Vila em que morava eram realizadas com a esperteza própria da curiosidade infantil: além de livros usados, doados e recolhidos no lixo, elas recorriam aos saberes pouco sistematizados pelo conhecimento científico dos moradores e das moradoras. “Daquele tempo das pesquisas primárias em mosaico, guardo a inquietação e o desejo de restituir a fala do sujeito comum nos registros do conhecimento”, ela relembra, e completa que “foi desse modo que a biblioteca tornou-se gênero de primeira necessidade e eu não passava mais imune diante de lixeiras em que se viam livros. Os restos informacionais dos abastados de informação se tornavam pouco a pouco minha insólita biblioteca” (MOURA, 2012, p. 2).

Mais do que cumprir uma obrigação, ir à escola foi também rota de fuga e refúgio de caminhos que se ofereciam como “absolutamente naturais”, como o crime, a prostituição, a servidão. Sobre a naturalização do destino das mulheres negras, ressoam as palavras de Lélia Gonzalez (1984), quando diz da imagem da mulata, da doméstica e da mãe preta. Se à primeira é reservado algum tipo de glamour, é porque as mesmas mãos brancas que lhe direcionam os holofotes são capazes de violentar e dominar seu corpo, ou, quando não, colocá-lo na área de serviço. Assim descreve a antropóloga:

Como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra. Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra. Pois o outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica. É por aí que a culpabilidade engendrada pelo seu endeusamento se exerce com fortes cargas de agressividade. É por aí, também, que se constata que os termos mulata e doméstica são atribuições de um mesmo sujeito. A nomeação vai depender da situação em que somos vistas. (GONZALEZ, 1984, p. 228).

Diante da inevitabilidade desse passado tão presente, as persistências, ora sutis, ora combativas, começaram cedo. Aos 17 anos, deu início à atuação política, no empreendimento de lutas comunitárias por acesso a direitos básicos, como água, escola e ônibus no local onde morava. Também participava de reuniões da Associação de Moradores, da Associação das Domésticas, e de movimentos sociais, como a Juventude Operária Católica

(JOC). Desse tempo, traz as marcas das produções e resistências coletivas e compartilhadas, por vezes vistas como ordinárias ou demasiadamente pequenas, mas que são determinantes à sua forma de atuação profissional e política dentro do ambiente acadêmico.

Também trabalhou na Associação dos Professores Públicos de Minas Gerais como recepcionista, onde indica que os sonhos começaram a ganhar “um pouco de sofisticação e de marcas simbólicas do *ethos* acadêmico (MOURA, 2012, p. 3). O processo tomou ainda mais forma quando se tornou auxiliar de pesquisa da mestrandia Anna Lúcia Florisbela, no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR), da Faculdade de Ciências Econômicas, da UFMG. A graduação em Biblioteconomia pela UFMG, já no final dos anos 1980, e a prática profissional, foram tramadas em arranjos que não deixaram de se imiscuir do seu contexto histórico, da necessidade de sensibilização do discurso acadêmico aos movimentos e lutas sociais, das classes populares e trabalhadoras. “Todos esses elementos me colocaram tenramente num outro patamar de enfrentamento do preconceito racial, a via da educação”, conta Maria Aparecida Moura (2012, p. 5).

A continuidade no percurso acadêmico não foi menos penoso, já que, para cada nova etapa conquistada, eram necessários gestos inaugurais de abrir caminhos, fincar bandeiras, ainda hoje presentes: do mestrado em Educação, também pela UFMG, em que desenvolveu o trabalho “Tecnologias da informação e capacitação de trabalhadores em telecomunicações” (1996), ao doutorado em Comunicação e Semiótica, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), do qual resultou a tese “Semiótica e mediações digitais: o processo de criação e recepção de hipermídias” (2002). Em uma das passagens de seu Memorial, Maria Aparecida Moura assim descreve esse processo, marcado pela solidão no contexto acadêmico:

É como se a peneira da seleção “natural” do mundo acadêmico fosse mobilizada exclusivamente pela questão racial em face do cidadão negro. Em tais etapas, há sempre um convite à desmemória, à incorporação seletiva da hipoamnésia do vivido. O convite ao esquecimento funciona como uma estratégia para enfraquecer o curso de nossas lutas. Esse esquema, essencialmente esquizofrênico, incide duplamente no estímulo ao apagamento da identidade e na exclusão demarcada pela alteridade. Constata-se que a população negra que alcança tais instâncias simbólicas de poder precisa apresentar sempre as credenciais que lhe autorizaram a ocupar esse lugar (MOURA, 2012, p. 4).

Retomando Lélia Gonzalez (1984, p. 226), lembramos da diferenciação que realiza entre consciência e memória, sendo a primeira o lugar do saber institucionalizado e, por isso mesmo, do esquecimento e da alienação da condição do(a) negro(a), enquanto a segunda, do saber não escrito, que é continuamente apagada. Segundo ela, “consciência exclui o que a memória inclui (...) mas a memória tem suas astúcias, seu jogo de cintura: por isso, ela fala através das mancadas do discurso da consciência”. Se o esquecimento poderia se oferecer como um convite à integração em um ambiente que não a previa como participante, Cida Moura não se esquivou da luta.

De dentro da universidade, jamais se esqueceu de olhar para os seus, ajudando a abrir caminhos para quem ainda não via nas instituições públicas de ensino superior uma sequer possibilidade de sonho. Nos agradecimentos de sua tese, junto a importantes nomes do meio acadêmico e científico, às instituições e aos(as) parceiros(as) de pesquisa, fez questão de dedicar o trabalho “aos milhares de cidadãos pobres e negros que, lamentavelmente, ainda são privados da oportunidade de desenvolver uma formação acadêmica justa” (MOURA, 2002, p. 6).

Em 2001, ao lado da professora Nilma Lino Gomes, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Minas Gerais (FAE/UFMG), participou da elaboração do programa de ensino, pesquisa e extensão *Ações Afirmativas na UFMG*, aprovado no Concurso Nacional Cor no Ensino Superior, promovido pelo Programa Políticas da Cor, do Laboratório de Políticas Públicas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), com apoio da Fundação Ford. A principal proposta do projeto era promover a entrada e permanência de estudantes negros(as), sobretudo os(as) de baixa-renda, nos cursos de graduação e pós-graduação da UFMG. Além da reserva de vagas por meio das cotas, as políticas de ações afirmativas em todo o país, trazidas a público pelo Movimento Negro Brasileiro, se estenderam para fora dos muros da universidade: a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR); a Lei 10.639/2003, que instituiu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileiras e Africanas nas escolas públicas e privadas do ensino fundamental e médio; a Lei 11.096/2005, que instituiu o Programa Universidade para Todos (PROUNI); e a Lei 12.288/2010, que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial. Participou de outros projetos de inclusão de pessoas vindas de grupos historicamente desfavorecidos na academia, como o Programa Afirmção

na Pós-graduação, fruto de consórcio entre a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG) e o CEFET/MG.

No período de 2014-2018, atuou como Diretora de Governança Informacional da UFMG, quando ocupou também o cargo de Ouvidora, órgão mediador que recebe as manifestações da comunidade universitária e da população em geral. Uma das demandas recorrentes são as denúncias de fraudes das cotas raciais. “Nós sabemos quem são os sujeitos negros, e não podemos nos esquivar dessa responsabilidade”, interpelou Maria Aparecida Moura, em seu discurso em uma mesa sobre práticas sociais e institucionais em torno das ações afirmativas na universidade<sup>5</sup>. À pergunta “como começar o debate?”, feita pela plateia, respondeu com um tipo de informação aparentemente muito simples, e, por isso mesmo, extremamente potente: “números”.

Segundo levantamento do portal Gênero e Número, “Retrato da pós-graduação no Brasil”, realizado a partir dos dados do Censo da Educação Superior (2016)<sup>6</sup>, mulheres pretas representam 0,4% do corpo docente com doutorado nos programas de pós-graduação em todo o país. Junto às autodeclaradas pardas, que conformam o grupo das “negras”, elas não chegam a 3% do total, segundo a pesquisa. Em comparação, homens negros configuram pouco mais de 5%, enquanto as mulheres brancas e homens brancos, 19% e 24%, respectivamente. Mas a inclusão da raça nos sistemas de informação não se deu sem esforços e reivindicações, e ainda não ocorre de forma plena. Como aponta Joselina da Silva (2010), em seu trabalho sobre os indicadores sociais da participação de mulheres negras na pós-graduação, a obra “Mulher na educação brasileira superior brasileira, 1991–2005”, também publicada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), não incluiu a raça como uma das variáveis. Em março de 2018, dados da Coordenação de Aperfeiçoamento

---

5. Na ocasião, Maria Aparecida Moura foi convidada para mediar a mesa de encerramento do II Colóquio Discente do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da UFMG, realizada no dia 21 de setembro de 2018.

6. Realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o Censo da Educação Superior é o instrumento de pesquisa mais completo do Brasil sobre as instituições de educação superior (IES). Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/censo-da-educacao-superior>>. Acesso em: 17 nov. 2018.



de Pessoal de Nível Superior (CAPES) apontavam que as mulheres já são maioria no Sistema Nacional de Pós-graduação: 165.564 matriculadas e tituladas em cursos de mestrado e doutorado, em comparação aos homens, que configuram um total de 138.462<sup>7</sup>. Mais uma vez, a raça não apareceu.

Em 2013, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) incluiu a classificação por cor/raça no Currículo Lattes, permitindo, assim, que estudos e levantamentos sobre o perfil étnico-racial dos beneficiários de bolsas e auxílios concedidos pelo Conselho sejam realizados. Como analisam Lima e outras (2015), as métricas permitem uma análise comparativa dos cargos e funções ocupados, levando em conta o escopo temporal. “Nas bolsas de Iniciação Científica (IC), temos uma participação de cerca de 30% de negros/as, já nas bolsas de Produtividade em Pesquisa (PQ)<sup>8</sup> este percentual não atinge 10%” (LIMA *et al.*, 2015, p. 27). Ainda segundo as pesquisadoras,

O estudo sobre doutores realizado pelo Centro de Gestão Estratégica do Conhecimento mostra que, em 1998, a população negra com título de mestre ou doutor estava em torno de 11,3% dentre os/as titulados/tituladas. Aproximadamente uma década depois, em 2007, este percentual quase não sofreu uma significativa variação, chegando a 14,5%. (LIMA *et al.*, 2015, p. 28).

É preciso levar em conta também as relações desiguais existentes dentro das próprias categorias de negros e negras. Como aponta a pesquisa, enquanto os pardos e as pardas representam 8% e 6% de pesquisadores(as), respectivamente, os pretos e as pretas correspondem a 1,2% e 0,8%.

Sobre o trabalho intelectual, escreve bell hooks (1995, p. 466) que foi uma das principais formas de ascensão política dos negros e “uma parte necessária da luta pela libertação fundamental para os esforços de todas as pessoas oprimidas e/ou exploradas, que passariam de objeto a sujeito, que descolonizariam e libertariam suas mentes”. Mas atesta que, mesmo dentro da comunidade negra, as vozes das mulheres sempre foram subjugadas

---

7. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/8787-mulheres-permanecem-como-maioria-na-pos-graduacao-brasileira>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

8. A Bolsa de Produtividade em Pesquisa (PQ) é concedida, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a pesquisadores/as de reconhecida competência.

e excluídas, e sua produção intelectual, continuamente apagada. A autora parte da iconografia da mulher negra no contexto estadunidense, mas que muito se aplica à cultura brasileira, como o “corpo sem mente”, aquele que estaria sempre pronto a servir, a cuidar, mas jamais a pensar. O domínio intelectual, assim, seria a elas um constante interdito. “Muitos alunos vêm aqui procurar a professora Maria Aparecida e, quando eu falo ‘sou eu, pode entrar’, eles custam a se recompor. Muitas vezes, essa pessoa não entende o porquê dessa mulher com esse cabelo, esse tom de pele, que poderia estar na casa dele fazendo o cafezinho, está aqui” (MOURA, 2018b).

As práticas insurgentes, a produção de novas epistemologias que incluam saberes outros, o rompimento de lógicas que privilegiem a supremacia sexista branca no fazer científico são, para as intelectuais negras, uma das vias de resistência (hooks, 1995). É disso também que trata a historiadora e professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Giovana Xavier (2018, s.p.), ao falar dos “privilégios epistêmicos” dentro da academia, um dos textos de sua coluna<sup>9</sup>:

Entre 2005 e 2016, cresceu de 5,5% para 12,8% o número de estudantes negros nas universidades públicas brasileiras. Tal aumento culminou na emergência de novas agendas de pesquisa. Nelas destacam-se: a importância de valorizar as trajetórias individuais e coletivas, as subjetividades, as narrativas na primeira pessoa.

Essas agendas desembocam em mudanças profundas não só pelos temas e modelos de escrita, mas, principalmente, pelos(as) sujeitos(as) que as colocam em ação, que deixam de ocupar o lugar de objetos de estudo e passam a escrever a própria história.

## TRAJETÓRIA

A primeira vez que vi Maria Aparecida Moura no papel de professora foi em uma aula da pós-graduação, em que discutíamos metodologias na pesquisa em Comunicação desenvolvidas pelos(as) professores(as) do programa.

---

9. Giovana Xavier publica, semanalmente, sua coluna no site Nexo. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/colunistas/2018/Ci%C3%A9ncia-lugar-de-fala-e-mulheres-negras-na-academia>>. Acesso em: 18 nov. 2018.

A maioria de nós, estudantes da linha de Textualidades Mediáticas<sup>10</sup>, em algum momento do curso, se avistava com a possibilidade de aprender semiótica peirciana com Cida Moura. O exercício do ativismo digital por meio do uso de *hashtags* era o tema do trabalho apresentado por ela, a partir da leitura de um dos acontecimentos políticos que marcaram de forma profunda o primeiro semestre de 2018: o assassinato de Marielle Franco. Nosso encontro aconteceu três meses depois da morte da vereadora, e nossas mentes e nossos corpos ainda se encontravam imbuídos na perplexidade dessa violência.

Com a calma que lhe é peculiar, na fala e também na escrita, ela didaticamente percorreu as dimensões metodológicas da epistemologia semiótica que propunha, tendo como propósito “compreender o fluxo da semiose no processo de significação do acontecimento nas ruas e redes, considerado o ‘maior acontecimento político-digital no Brasil’” (MOURA, 2018b, p. 1). Para isso, tipificou os rastros e as evidências digitais envolvidos no debate a partir da dimensão triádica do interpretante dinâmico (emocional, energético e lógico). O ativismo, tanto o analisado quanto o colocado em prática por meio de sua performance diante de nós, foi sistematizado nas coletas e análises com o rigor de um *corpus* que, como ela afirma, “deve ser homogêneo, responder aos propósitos gerais e específicos da pesquisa, ser revelador da estabilidade e da mudança em uma dada realidade e ajudar a tipificar representações desconhecidas presentes nos ambientes digitais” (BAUER; AARTS *apud* MOURA, 2018b, p. 11). A tecnicidade da pesquisa é alicerçada também na dimensão política do pensamento do francês Michel Foucault e do camaronês Achille Mbembe, no que tange ao direito à vida, às relações de poder e à necropolítica.

A semiótica e as redes sociais, trabalhadas tanto a partir da visada da Ciência da Informação quanto da Comunicação, bem como das duas em conjunto, representam as palavras-chave mais recorrentes em seus trabalhos publicados<sup>11</sup>. Ainda assim, é a multiplicidade a principal marca do que produz.

---

10. O Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCOM/UFGM) conta com mais duas linhas de pesquisa: Práticas Sociais (PC) e Pragmáticas da Imagem (PI).

11. Referência a partir da sistematização de palavras-chave realizada pelo portal Somos UFGM. Disponível em: <<http://somos.ufmg.br/professor/maria-aparecida-moura>>. Acesso em: 17 nov. 2018.

Mas escrever sobre a trajetória acadêmica de Maria Aparecida Moura exige, de partida, ir além do que comumente se enquadra na aba “produções bibliográficas” do currículo. Isso porque ser intelectual no corpo que tem, no lugar que ocupa, na instituição que leciona, pesquisa e também ajuda a administrar e gerir, é, como ela mesma afirma, “produzir algo com o qual você se compromete desde sempre, ter a sensibilidade que não precisa viver a experiência concreta do outro para poder se engajar”. O outro motivo é que a diversidade de assuntos e temas nela encontrada, por vezes, pode dar a impressão de que “essa professora não se apega a nada, uma hora ela *tá* aqui, outra ela *tá* ali; mas diz muito da minha curiosidade e desejo mesmo de acolher o diferente” (MOURA, 2018a).

Também não cabe na convencionalidade dos moldes acadêmicos a relação de orientação que estabelece com os alunos e as alunas, dos primeiros passos da iniciação científica, ainda na graduação, à maturidade das pesquisas da pós. Em seu Memorial (2012), os relatos de alguns(as) deles(as) atestam a confluência de generosidade, rigor científico e comprometimento com a militância. A possibilidade de crescer e fazer junto é traço comum em todas as experiências, muitas delas marcadas pela incursão em caminhos que, aparentemente, não caberiam aos campos de conhecimento tão bem delimitados e pouco abertos ao novo e à mudança.

Entre Ciência da Informação, Educação e Comunicação, principais áreas em que fincou suas bandeiras, mas certamente não as únicas, manteve o interesse e o compromisso com os saberes tradicionais, a comunicação e o ativismo comunitário, a cidadania e os direitos humanos. Tudo isso fruto de sua própria trajetória, dos percursos planejados e também daqueles que irromperam no caminho e foram incorporados, das orientações que já somam muitas dezenas, dos encontros com os mestres cuja sabedoria não cabe nos moldes acadêmicos. Lembra bell hooks (1995, p. 474) que, “num contexto social capitalista de supremacia patriarcal branca como esta cultura, nenhuma negra pode se tornar uma intelectual sem descolonizar a mente”.

O deslocamento e a transgressão do pensar, daquilo que pode e deve ser chamado conhecimento, são eminentes no percurso de Cida Moura. Das muitas experiências possíveis a que poderia remeter, três ganham destaque neste trabalho: o Estudo de Viabilidade para a criação do curso de Graduação em Ciência da Informação em Moçambique, o Programa Saberes Plurais e a Formação Transversal em Saberes Tradicionais.

Destaque como projeto pioneiro na Universidade, o primeiro, realizado entre 2006 e 2008, teve como objetivo realizar um estudo de viabilidade social, política e técnica para a criação de um curso em Ciência da Informação, em Moçambique. Além da capacitação da população e dos profissionais que já trabalhavam nos setores de informação das empresas e do Estado, a maioria sem curso superior ou formação específica, o curso se configurou como um projeto de preservação e reconstituição da memória e da história da ex-colônia portuguesa, desmantelada após a independência, em 1972, e a guerra civil que assolou o país logo após.

“O curso que estamos projetando deverá estabelecer uma relação entre a realidade do mundo digital e a tradição local, em que a oralidade possui importante função na transmissão dos conhecimentos”, afirmou Cida Moura, coordenadora do projeto, em entrevista à época<sup>12</sup>. Foram dois os principais resultados do projeto de pesquisa: a produção de um “perfil informacional da sociedade moçambicana na ótica das instituições e de seus profissionais” e, a partir deste, o “Projeto pedagógico do curso de Ciência da Informação em Moçambique”.

Já o Programa Saberes Plurais, que integra o Programa Polo de Integração da UFMG, no Vale do Jequitinhonha, desde 2012, tem por objetivo produzir, difundir e compartilhar dispositivos “dedicados ao imaginário e às oralidades populares, com o propósito de ampliar a memória social brasileira, a partir das histórias de vida e da perspectiva dos cidadãos comuns”, segundo descrição do próprio projeto. Mas chegar ao Vale foi, para Cida Moura, muito além de uma experiência profissional. “Eu me encontrei comigo mesma, guardadas as devidas proporções, mas eu encontrei com a minha família, com a minha avó, com o meu avô, com as condições da minha casa lá nos outros tempos” (MOURA, 2018a).

Um dos principais resultados dessa experiência radical em que a universidade sai de si mesma para retornar de forma transformadora é o *Saberes Plurais – Museu Virtual*, que conta com fotos, vídeos, textos e uma miríade de conteúdos sobre esses(as) artistas em plataforma digital, ampliando as possibilidades de acesso a suas histórias, obras e trajetórias. Reunindo informações de mais de 25 municípios de Minas Gerais e quase 30 artistas

---

12. “Conexão Sul-Sul”, publicado no Boletim UFMG, 9 abr. 2007. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/boletim/bol1572/terceira.shtml>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

de diferentes gerações e estilos de produção, o museu também dá forma ao desejo de tempos outros, “de restituir a fala do sujeito comum nos registros do conhecimento”.

É possível conhecer a história das bordadeiras de Turmalina aos ceramistas de Itinga, Taiobeiras e Minas Novas. Para alguns(as) deles(as), já falecidos(as), as imagens e narrativas ali tecidas são os únicos registros públicos de seu legado. Como é o caso de Dona Vitalina, uma das mais antigas de sua região e de todo o acervo:

Vitalina Pereira Xavier, conhecida como Dona Vitalina, é filha de Joana e Marçalino. Nasceu em Campo Alegre, no município de Turmalina (MG). Ela, que hoje tem cento e seis anos, trabalhava com cerâmica desde seus doze anos de idade. Quando jovem, tinha que colher a matéria-prima para a produção das peças e, ao estarem prontas, as levava sobre a cabeça para vender. Mas a alegria e a gratidão sempre a acompanharam. Algumas de suas obras transparecem sua espontaneidade e senso de humor, representando situações do cotidiano das pessoas do Vale do Jequitinhonha (SABERES PLURAIS, {201-}, s.p.).<sup>13</sup>.

O projeto também produziu algumas publicações, a última delas, *Sabença* (MOURA; NOGUEIRA; FURIATI, 2018, p. 11), que se dedica “à identificação, ao registro, à preservação e à difusão das memórias dos mestres de ofício do Vale do Jequitinhonha buscando compreender a repercussão dos saberes lastreados por eles na formação de uma nova geração de jovens artistas”. Em mãos, Maria Aparecida Moura apresenta o livro com entusiasmo, se demorando na foto de Nicole e Paulinho, de 7 e 13 anos, respectivamente, primos que aprendem com os pais a produzir animais de cerâmica.

Rosana lembra que aprendeu a moldar o barro por ver a mãe fazer, assim como sua filha, Nicole, que aprende só de olhar. José Maria também segue o mesmo ensinamento com o enteado, Paulinho: “Eu faço a mesma coisa que papai fazia comigo. É pequenininho, mas dou na mão um bolinho de barro e falo: tenta aí, vamos ver se, quem sabe daqui a uns dez anos, tá igual ou melhor do que eu (TOMAZ, 2018, p. 135).

---

13. Trecho do perfil “Vitalina”, produzido pela equipe do Saberes Plurais – Museu Virtual. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/cpinfo/saberesplurais/artista/dona-vitalina/>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

O processo de feitura da obra foi, como a maioria daquilo que faz, coletivo e compartilhado, com outros(as) técnicos (as) administrativos(as) em educação, professores(as) e também estudantes de todos os níveis de formação, da graduação à pós. É organizadora de outras diversas publicações resultantes de trabalhos na Pró-reitoria de Extensão da UFMG, como “Cultura informacional e liderança comunitária: concepções e práticas”, de 2011, que nasceu da articulação entre os saberes populares e conhecimento acadêmico, e, no ano posterior, “Educação científica e cidadania: abordagens teóricas e metodológicas para a formação de pesquisadores juvenis”, que trata da educação de jovens em interseção ao conhecimento científico e à cidadania.

Na produção de todas elas, as formas de se lidar com as pessoas e fazer circular seus saberes e suas formas de conhecimento, contudo, não estava nas produções acadêmicas convencionais. “A gente tinha uma coisa que eu aprendi no GETEC [Grupo de Estudo e Trabalho em Educação Comunitária] e com os movimentos sociais, que é a devolução daquilo que a gente produz com as pessoas, não se apropriar do discurso do outro para o nosso próprio benefício e a necessidade de fazer circular essa informação”, conta Maria Aparecida Moura (2018a), relembando as vivências da juventude que ainda ecoam no presente.

Caminho natural é como avalia a sua participação na Formação Transversal<sup>14</sup> em Saberes Tradicionais, pelo compromisso com a produção de outras formas de saberes não eurocêntricos, além da relação com as religiões de matriz africana e indígena. Em 2017, ao lado do professor Rubens Alves da Silva e outros(as), integrou a equipe de organização da disciplina “Catar folhas: saberes e fazeres do povo de axé”<sup>15</sup>, ofertada por mestres e mestras de comunidades afro-brasileiras, em seus lados de Ketu, de Angola, do Reinado e da Umbanda: Iyanifa Ifadara (Iyá Nylysia), do Ilé Asé Ala Ojú Meji Ofá Otun; Pedrina Lourdes dos Santos, capitã da Guarda de Moçambique de Nossa Senhora das Mercês de Oliveira (MG); Muiandê (Mãe Efigênia) do

---

14. As Formações Transversais da UFMG são conjuntos de disciplinas e atividades acadêmicas organizadas em torno de oito temas gerais, como empreendedorismo, gênero e sexualidade, divulgação científica, entre outros.

15. Disciplina ofertada no primeiro semestre de 2017. Disponível em: <<http://www.saberes-tradicionais.org/encontros/2017-2/catar-folhas-saberes-e-fazeres-do-povo-de-axe/>>. Acesso em: 10 nov.2018.

Manzo Ngunzo Kaiango; e pelo mestre Pai Ricardo da Casa de Caridade Pai Jacob do Oriente. A disciplina também abrigou profissionais da educação e da cultura da rede pública de Belo Horizonte, de forma pioneira.

Quando voltamos a falar do pós-doutorado e do tão esperado último documento, ela se vira para a parede e me mostra, entre a coleção de fotos, a de Mestre Antônio Bastião, como é conhecido o curteiro e tamborzeiro Antônio Luiz de Matos, da cidade de Minas Novas (MG). Ele também foi um dos convidados para atuar na formação em Saberes Tradicionais, em 2015, quando ofertou uma oficina de tambores. Cida Moura lembra o dia em que ligou para ele e contou que viajaria para a França, ficaria distante um tempo, e ele, em sua simplicidade, desejou-lhe boa viagem e só pediu que não se demorasse.

Com sorriso e olhos brilhando, Cida Moura (2018a) fala da relação e do contato com os mestres, que não começa nem mesmo termina com o semestre letivo: “você vai à casa deles, toma água, café, aí, quando você vê, já está contando a história deles, já é filho da casa. Então, assim, o que me alegria e orgulha muito nessa trajetória é que essas distâncias que eu percorri me fizeram reconhecer aquilo que me constitui”.

## PELAS PRÁTICAS INSURGENTES E COTIDIANAS

Nota-se que, certamente, Maria Aparecida Moura não precisaria de mais um texto sobre a sua obra e trajetória. Muito delas já foram e continuam sendo elaborado de formas bastante sofisticadas em seus processos criativos, educacionais, intelectuais e políticos, dentro e fora da universidade, compondo uma diversidade de narrativas. Em um espaço em que a presença de seu corpo negro ainda é um estranho, contudo, fazer-se mostrar é operar na contracorrente de uma ciência que apaga seus sujeitos e suas subjetividades em nome de um pretensão universal, que nós sabemos qual a cor de sua pele e o gênero que assume. “As intelectuais negras comprometidas com práticas insurgentes”, escreve bell hooks (1995, p. 477), “têm de reconhecer o apelo para falar abertamente sobre a vida intelectual como a conhecemos sobre nosso trabalho como uma forma de ativismo”.

Maria Aparecida Moura, não nos esqueçamos, foi a primeira mulher negra a alcançar o posto de professora titular da Universidade Federal de Minas Gerais, uma das mais importantes do país. Foi pioneira em diversos



outros cargos e funções, se fez e permanece presente na luta pela inclusão daqueles e daquelas não privilegiados(as), distantes do sonho do ingresso na universidade. É também referência nos estudos em Ciências e Tecnologias da Informação, Educação, Comunicação e Semiótica, nos projetos com os saberes tradicionais e comunitários. Este texto buscou, ainda que de forma claramente distante do que representa a sua obra e trajetória, traçar alguns de seus percursos. Assumir-nos em primeira pessoa, falar de nossas histórias, é também nos assumir como sujeitas políticas, engajadas com a transformação a partir de novas formas de se produzir e fazer chegar o conhecimento.

É à prática de fazer permanecer a memória viva contra uma consciência opressora, como nos lembra Lélia Gonzalez (1984), que Cida Moura se compromete desde sempre. Quando pergunto sobre o habitar dois mundos, dos seus e das suas, a quem muitas vezes não foi possível ultrapassar as mesmas barreiras, e o do conhecimento institucionalizado, que traz reconhecimento pelo nome e pelos títulos, Cida Moura me fala que sim, é preciso ir e voltar, contínua e ininterruptamente.

É importante fazer esse caminho, não te digo que estou adaptada, já são 30 anos de universidade, e nem sei se esse é o meu projeto. Desejo que aqueles que venham dos lugares de onde eu vim encontrem um caminho com mais possibilidades e respeito, que o meu estar hoje na Universidade possa proporcionar essas coisas para elas no futuro. (MOURA, 2018a).

Um caminho de habitar mundos e fincar bandeiras.

## REFERÊNCIAS

EVARISTO, Conceição. **O ponto de partida da escrita – Ocupação Conceição Evaristo**. (6m39s). Itaú Cultural, 2017. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?time\\_continue=28&v=3CWDQvX7rno](https://www.youtube.com/watch?time_continue=28&v=3CWDQvX7rno)>. Acesso em: 14 set. 2018.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, p. 223-244, 1984.

HOOKE, bell. Intelectuais negras. **Estudos Feministas**, n. 2, 1995. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/10/16465-50747-1-PB.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2018.

LIMA, Betina Stefanello; BRAGA, Maria Lúcia de Santana; TAVARES, Isabel. Participação das mulheres nas ciências e tecnologias: entre espaços ocupados e lacunas. **Gênero**, v. 16, n. 1, 2015, p. 11-31. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/743/410>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

KILOMBA, Grada. A máscara. **Piseagrama**, Belo Horizonte, n. 11, p. 26-31, 2017. Disponível em: <<https://piseagrama.org/a-mascara/>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

MOURA, Maria Aparecida. A poética das folhas de Flandres: notas afetivas de uma cidadania forjada entre muros. Memorial apresentado à banca de professora titular da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

\_\_\_\_\_. Entrevista [nov. 2018]. Entrevistadora: Isabelle Chagas. Belo Horizonte, 2018a (112 min.).

\_\_\_\_\_. Semiótica e ativismo hashtag: experimentações metodológicas, 2018b. In: MARTINS, Bruno Guimarães, MOURA, Maria Aparecida, PESSOA, Sônia Caldas, VIANNA, Graziela Mello (Org.). **Experiências Metodológicas em Textualidades Midiáticas** (No prelo).

\_\_\_\_\_; NOGUEIRA, Maria das Dores; FURIATI, Terezinha Maria. **Sabença**. Belo Horizonte: PROEX-UFMG, 2018.

TOMAZ, Douglas de Oliveira. Família do mestre Ulisses Pereira: tradição e silêncio. In: MOURA, Maria Aparecida; NOGUEIRA, Maria das Dores; FURIATI, Terezinha Maria. **Sabença**. Belo Horizonte: PROEX-UFMG, 2018. p. 132-141.

XAVIER, Giovana. **Ciência, lugar de fala e mulheres negras na academia**. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/colunistas/2018/Ci%C3%A2ncia-lugar-de-fala-e-mulheres-negras-na-academia>>. Acesso em: 18 nov. 2018.



## CAPÍTULO 2

# A voz que incomoda a Casa Grande: a escrevivência de Conceição Evaristo e a desobjetificação dos sujeitos pesquisados

PÂMELA GUIMARÃES-SILVA<sup>1</sup>

OLÍVIA PILAR<sup>2</sup>



Conceição Evaristo / Crédito: Walter Craveiro/FLIP

---

1. Mestra e doutoranda no Programa de Pós-graduação em Comunicação Social, da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCOM/UFMG). E-mail: pamelaguimaraes14@gmail.com

2. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCOM/UFMG). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. E-mail: oliviapilarsouza@gmail.com

A NOSSA ESCRIVIVÊNCIA NÃO É PARA ADORMECER OS DA CASA  
GRANDE, E SIM PARA INCOMODÁ-LOS EM SEUS SONOS INJUSTOS.  
- CONCEIÇÃO EVARISTO

## INTRODUÇÃO

Este artigo nasce do interesse de pesquisa das autoras, mulheres negras, das fases de suas pesquisas e dos diversos encontros em suas caminhadas acadêmicas. Nessas últimas, não raramente, encontram-se com pesquisadores pertencentes a grupos de maioria políticas — homens, brancos, cisgênero, heterossexuais, entre outros — questionando se devem ou não desenvolver pesquisas científicas que tenham como objeto de estudo sujeitos pertencentes a grupos de minorias políticas. A nosso ver, o temor parece estar ligado à possibilidade de que as hierarquias de poder existentes nas relações sociais se estendam para a escrita, ainda que de forma involuntária e inconsciente, prejudicando o trabalho.

Em sua recente obra, o livro *O que é lugar de fala?*, Djamila Ribeiro (2017) tenta elucidar esse impasse, que parece permear não apenas a academia como também outras interações, em especial nas redes sociais. Embasando seu posicionamento em conceitos do feminismo negro, a intelectual diz que “lugar de fala” não é um conceito que vem marcar o discurso como propriedade de um determinado indivíduo, mas diz respeito às “condições sociais que permitem ou não que esses grupos [de minorias políticas] acessem lugares de cidadania” (RIBEIRO, 2017, p. 61). Por sua vez, Peruzzo (2009, p. 54) afirma que não há cidadania plena sem participação ativa nas micro e macro decisões relativas à vida em sociedade. Ou seja, exercer cidadania significa participar, partilhar, interferir, deixar de ser súdito e se reconhecer cidadão/ã portador/a de direitos e deveres e agir. A partir dessas afirmações, parece-nos que, no âmbito da tessitura da pesquisa acadêmica, o que está em questão, então, não é quem pode ou não desenvolver pesquisas sobre os sujeitos pertencentes a grupos subalternizados, mas se o modo como essa pesquisa será realizada confere ou não cidadania ao sujeito pesquisado.

Isso posto, este artigo tem como base a seguinte pergunta: “*como não suplantar o sujeito pesquisado quando ele pertence a grupos subalternizados socialmente?*”. Para responder a esse questionamento, nos pautamos funda-

mentalmente na vida e obra de Conceição Evaristo, em especial no conceito de escrevivência, a partir de uma análise exploratória. A escolha por centralizar nosso trabalho nessa intelectual é política. Inspirou-nos um recente e triste episódio que passou a compor sua trajetória: a não eleição para Academia Brasileira de Letras (ABL). Nossa intenção é ressaltar e honrar a genialidade de Conceição Evaristo, que nos brinda com contribuições que extrapolam a literatura: a escrevivência é uma chave de leitura da vida social e, vamos além, é um método de escrita e pesquisa sensível.

## DE OBJETO A SUJEITO

De partida, antes de passarmos para a vida e obra da Conceição Evaristo, faz-se mister expor a diferenciação que fazemos entre os termos *objeto* e *sujeito*. Para tanto, resgatamos a epígrafe do texto *Racismo e sexismo na cultura brasileira*, de Lélia Gonzalez, apresentado na ANPOCS<sup>3</sup> em 1980 e publicado em 1984. Nele, Gonzalez, uma feminista e intelectual negra, conta que, certa feita, um grupo de pessoas negras foi convidado por pessoas brancas para um evento que tinha como objetivo o lançamento de um livro sobre questões raciais. Ao chegar no local, aquele grupo foi muito bem recebido, porém não havia lugar para eles na mesa principal, então, todos foram se sentar nos fundos. Em um dado momento, uma das mulheres negras, que até então estava sentada com seus pares nos fundos do ambiente, foi chamada para falar e, em vez de responder à pergunta que lhe fora feita, começou a reclamar de algumas situações que estavam acontecendo na festa. Nas palavras de Gonzalez:

Tava armada a quizumba [...] Tá na cara que os brancos ficaram brancos de raiva e com razão. Tinham chamado a gente prá festa de um livro que falava da gente e a gente se comportava daquele jeito, catimbando a discursadeira deles. Onde já se viu? Se eles sabiam da gente mais do que a gente mesmo? Se estavam ali, na maior boa vontade, ensinando uma porção de coisa prá gente da gente? Teve uma hora que não deu prá aguentar aquela zoada toda da negrada ignorante e mal educada. Era demais. Foi aí que um branco enfezado partiu prá cima de um crioulo que tinha pegado no microfone para falar contra os brancos. E a fes-

3. As autoras se referem ao Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Nota da Organizadora).

ta acabou em briga.... Agora, aqui prá nós, quem teve a culpa? Aquela neguinha atrevida, ora. Se não tivesse dado com a língua nos dentes.... Agora ta queimada entre os brancos. (GONZALEZ, 1983, p. 223).

Agenciamos essa epígrafe para mostrar como, costumeiramente, nas interações mais autorizadas e valorizadas em nossa sociedade, os sujeitos negros são falados muito mais do que falam, são mais pesquisados do que pesquisadores. E o mais importante, esse contexto não trata de uma experiência passiva, mas de uma condição de imposição e constante tolhimento que, historicamente, vem imputando a esse sujeito a condição de objeto do discurso hegemônico em vez de sujeito de sua própria história.

Essa dinâmica de silenciamento acontece de diversas formas. A intelectual negra e artista portuguesa Grada Kilomba (2010), por exemplo, relata que ao desenvolver sua pesquisa sobre o racismo diário, escutou, diversas vezes, no ambiente acadêmico frases como: “você tem uma perspectiva subjetiva”; “muito pessoal”; “muito emocional”; “muito específico”; “são fatos objetivos?”. Para Kilomba (2010, p. 25), embora esses pareçam comentários legítimos, na verdade, tentam localizar os discursos produzidos por pessoas negras e não brancas de volta às margens. E, assim, por consequência, os discursos brancos são reiterados como centro, como a norma.

Segundo a pesquisadora, o silenciamento é uma estratégia de opressão por excelência. Para ilustrar essa afirmação, ela trabalha com a imagem da conhecida máscara da escravizada Anastácia. Oficialmente, essa máscara era uma ferramenta dos senhores brancos para evitar que as pessoas escravizadas comessem o que estava sendo produzido nas plantações. Entretanto, na realidade, sua principal função, era “incutir um senso de mudez e de medo, visto que a boca era um lugar de silenciamento e de tortura” (KILOMBA, 2016, p. 26). Nesse sentido, a máscara transcende seu papel enquanto objeto, “simboliza políticas sádicas de conquista e dominação e seus regimes brutais de silenciamento dos/as chamados/as ‘Outros/as’: Quem pode falar? O que acontece quando falamos? E sobre o que podemos falar?” (KILOMBA, 2016, p. 26).

A reflexão da autora se aproxima dos estudos da comunicóloga Vera França. Essa pesquisadora afirma que é por meio dos discursos que proferimos que nos damos a conhecer, que nos construímos e que nos reconhecemos perante o mundo. Dessa forma, os discursos, ou a linguagem, nos colocam em relação com os outros e com o mundo e, assim, as identida-

des vão se construindo. Portanto: “identidades são falas, discursos que dão visibilidade (projetam) traços de caracterização e de unificação, provocam compartilhamento — e por aí também estabelecem tanto os pares quanto os não iguais” (FRANÇA, 2001, p. 4).

O entendimento de França se filia ao chamado paradigma relacional da comunicação, pelo qual entende-se a comunicação como chave de leitura da vida social. Isto é, a comunicação tem um papel central nas interações e na dinâmica constitutiva dos indivíduos e da sociedade. Ela, portanto, estaria no “entre” das relações sociais, mediada pela linguagem e a partir de uma visada situacional, de uma temporalidade recursiva e de uma circularidade. O cerne dessa perspectiva é que os agentes em interação modelam o mundo e constroem sentidos sobre ele. Diante disso, Vera França (2006) estipula que ser sujeito é ser um sujeito enredado numa teia de relações. Isto é, são as

relações que constituem esse sujeito – a relação com o outro, a relação com a linguagem e o simbólico. Assim, não falamos em sujeito no singular, mas no plural; e não apenas sujeitos em relações, mas em relações mediadas discursivamente. Trata-se, portanto, de uma dupla injunção, de uma triangulação. Tal apreensão produz o enquadramento lógico para entender seja a sua natureza, seja sua constituição. São sujeitos interlocutores – sujeitos que falam um com o outro, produzidos nos e pelos laços discursivos que os unem. Sujeitos não antecedem a relação, mas resultam dela – sejam elas relações de conjunção, enfrentamento, de associação ou de conflito. (FRANÇA, 2006, p. 77).

Filiamo-nos às autoras, então, para afirmar que a identidade está intimamente relacionada com a noção de sujeito. Ou seja, a existência subjetiva, simbólica e representacional do sujeito é propiciada por suas interações e aparições. O silenciamento é uma forma de apagamento da existência do outro nas mais diversas dimensões das relações sociais e, portanto, no mundo. Assim, analisar os sujeitos subalternizados como objeto de pesquisa, respeitando sua posição de sujeito no mundo social, exige do pesquisador um esforço para deixar os discursos, as narrativas, as estruturas nas quais esses sujeitos estão inseridos emergirem.

Acreditamos que um caminho profícuo para alcançar esse objetivo está no conceito de escrevivência de Conceição Evaristo, base deste artigo e que será apresentado a seguir com detalhamento. Entretanto, aceitando nossa própria proposta de considerar primeiramente o sujeito, apresentaremos a trajetória da autora, uma vez que sua vida nos dá base para entender com



profundidade a relevância que este conceito impõe.

## **CONCEIÇÃO EVARISTO: UMA OBSERVADORA DE VIVÊNCIAS DAS SUJEITAS NEGRAS**

Mulher, negra e da periferia, a história da escritora mineira apresenta conexões com o próprio conceito de escrevivência: criado por e para outros grupos marginalizados, ele nasce dentro da experiência de uma pessoa que escreve sobre sua história, mesmo que em forma de ficção, para entender também as histórias de outros. Neste tópico, nos filiamos aos estudos de Oliveira (2010), Araújo (2012) e Machado (2014) e entrevistas e textos da própria Conceição Evaristo, para entender e conhecer a trajetória da escritora e esse conceito.

### **Conceição Evaristo**

Nascida em Belo Horizonte, em 1946, como Maria da Conceição Evaristo de Brito, foi a segunda de nove filhos de Joana Josefina Evaristo, lavadeira e empregada doméstica — profissões que a escritora viria a seguir alguns anos depois. “Mãe lavadeira, tia lavadeira e ainda eficientes em todos os ramos dos serviços domésticos. Cozinhar, arrumar, passar, cuidar de crianças. Também eu, desde menina, aprendi a arte de cuidar do corpo do outro” (EVARISTO, 2009)<sup>4</sup>. Moradora de favela, a infância de Conceição foi marcada pelo trabalho. Aos oito anos conseguiu seu primeiro emprego como doméstica e, depois disso, não parou.

Sua trajetória de seguir as atividades da família não é estranha para muitas mulheres brasileiras. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT)<sup>5</sup> são 7 milhões de trabalhadoras domésticas no Brasil, sendo um grupo composto em larga escala por mulheres negras, um legado dei-

---

4. Depoimento concedido durante o I Colóquio de Escritoras Mineiras, realizado em maio de 2009, na Faculdade de Letras da UFMG. Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/lite-rafro/autoras/188-conceicao-evaristo>>. Acesso em: 16 nov. 2018.

5. Em fevereiro de 2018, o portal da BBC Brasil publicou uma reportagem sobre os números que envolvem o grupo de trabalhadoras domésticas brasileiras, a partir de um estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Disponível em: <<https://bbc.in/2ORCVx6>>. Acesso em: 16 nov. 2018.

xado pelas mazelas de séculos de escravidão no país e pela conjuntura do racismo estrutural. Portanto, a história de Conceição Evaristo se liga à de outras mulheres negras, como ela mesma viria a dizer ao contar sobre sua identificação com outra escritora, Carolina Maria de Jesus.

Conseguir algum dinheiro com os restos dos ricos, lixos depositados nos latões sobre os muros ou nas calçadas, foi um modo de sobrevivência também experimentado por nós. E no final da década de [19]60, quando o diário de Maria Carolina de Jesus, lançado em [19]58, rapidamente ressurgiu, causando comoção aos leitores das classes abastadas brasileiras, nós nos sentíamos como personagens dos relatos da autora. (EVARISTO, 2009, s.p.)<sup>6</sup>.

Foi por meio das palavras contadas, histórias advindas de conversas com seus parentes, que Evaristo teve seus primeiros contatos com a ficção. Como ela ressalta<sup>7</sup>, apesar dos poucos bens materiais, sua casa era “habitada por palavras”. Estudante de escola pública, trabalhando desde a infância e com uma família pobre, a trajetória de Evaristo apresentava indícios de que teria pouco acesso à literatura tradicional. Entretanto, sua família, em sua maioria composta por pessoas semialfabetizadas, era apreciadora de livros e tinha alguns exemplares em casa e, aos onze anos, ela teve acesso a todo o acervo da Biblioteca Pública de Belo Horizonte, quando uma tia se tornou servente do espaço (ARAÚJO, 2010, p. 26).

Em 1971, aos 25 anos, terminou o Curso Normal, no Instituto de Educação de Minas Gerais e, em 1973, se mudou para o Rio de Janeiro, depois da família sofrer com as mudanças impostas pelo plano de desfavelamento que fez com que partissem para lugares afastados de Belo Horizonte. Na capital carioca, seguiu a carreira de professora, cursou Letras, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestrado em Literatura Brasileira, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e doutorado pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Foi também no estado fluminense que sua escrita, antes composta por poesias e prosas, deslanchou, sendo o ano de 1990 um marco na carreira da escritora.

6. Depoimento concedido durante o I Colóquio de Escritoras Mineiras, realizado em maio de 2009, na Faculdade de Letras da UFMG. Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/lite-rafro/autoras/188-conceicao-evaristo>>. Acesso em: 16 nov. 2018.

7. Ibidem.

Nesse ano foi publicado o poema “Vozes-mulheres” nos Cadernos Negros, editados pelo grupo Quilombhoje. Conceição, em entrevista, reafirma esse marco como sendo a data de sua primeira publicação, contando que escrevia textos literários desde a juventude, mas que durante muito tempo “não pensava em publicar”. (MACHADO, 2014, p. 257).

Ainda segundo Machado (2014, p. 258), *Ponciá Vicêncio*, primeiro romance, publicado, inicialmente, pela editora belo-horizontina Mazza Edições, em 2003, é a “obra mais conhecida e difundida da autora, tendo uma edição em versão de bolso e uma tradução para a língua inglesa”. No romance, que também foi traduzido para o francês, Evaristo narra a trajetória da personagem Ponciá Vicêncio, mulher negra que mora com a mãe no interior do país. Entre *flashbacks*, é apresentada a história da personagem, seus afetos e desafetos e questões acerca da sua identidade<sup>8</sup>.

Conceição Evaristo lançou, ainda pela Mazza Edições, seu segundo romance, *Becos da Memória* (2006), também publicado na França. Ao fazer um estudo aprofundado da obra, Oliveira (2010, p. 1) ressalta que a história é composta por personagens excluídos socialmente, “dentre eles favelados, meninos e meninas de rua, mendigos, desempregados, bebedores, prostitutas etc”. Depois vieram *Poemas da recordação e outros movimentos* (2008), *Insubmissas lágrimas de mulheres* (2011), *Olhos d’água* (2014) e *Histórias de leves enganos e parecenças* (2016), além da participação em antologias nacionais e internacionais.

## Escrevivência

Em muitas obras de Conceição Evaristo, como *Becos da memória*, *Olhos d’água* e *Insubmissas lágrimas de mulheres*, é abordada a vivência da mulher negra pobre, condição que a escritora carrega em sua história, assim como sua mãe, suas tias e as que vieram antes delas. Escrever sobre sua condição, sua trajetória e as situações que a marcaram, é a base para o que Evaristo viria a cunhar como o conceito de escrevivência, como a própria indica, em

---

8. Informação coletada da sinopse do livro. Disponível em: <<https://amzn.to/2FrNqre>>. Acesso em: 16 nov. 2018.

uma entrevista de 2016, para o jornal *O Globo*: “Eu sempre tenho dito que a minha condição de mulher negra marca a minha escrita, de forma consciente inclusive” (EVARISTO, 2016, s.p)<sup>9</sup>.

Anteriormente, citamos a identificação da autora com a também escritora negra Carolina Maria de Jesus. Em *Quarto de Despejo*, Carolina Maria de Jesus escreveu sobre a realidade de uma moradora da favela. Em seus relatos sobre a vivência na favela de Canindé, em São Paulo, Carolina repassou ao leitor o que podia ver com os próprios olhos diariamente. Um relato tão poderoso e real que Conceição Evaristo, quando teve a oportunidade de ler o *Diário de uma favelada*, subtítulo da obra de Carolina, se identificou naquelas páginas — porque ela mesma também era uma mulher negra moradora de favela.

Conceição e Carolina possuem uma trajetória parecida para além de serem apenas mulheres negras faveladas, mas também por terem escrito sobre isso e sobre como essa condição as fazia ser atingidas por diversas formas de opressão. Kimberlé Crenshaw (2002) definiria a condição das escritoras como resultado da interseccionalidade. Isso porque, para a autora,

a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Assim, a produção dessas escritoras se torna marcada diretamente pelas experiências vividas pelas duas enquanto mulheres, negras e pobres. Ao escrever seus relatos, mesmo que não em uma biografia e sim por meio de uma história fictícia, Conceição Evaristo mostra ao leitor suas vivências — situações presenciadas por ela ou por pessoas próximas que revelam a condição de uma mulher negra periférica no Brasil, país onde o racismo estrutural dita as regras de sociabilidade.

Essa condição de ser e escrever sobre as experiências de uma mulher negra na sociedade brasileira é o que conceitua o termo *escrevivência*. Como

9. Disponível em: <<https://goo.gl/1MPJSc>>. Acesso em: 16 nov. 2018.

explica Conceição Evaristo<sup>10</sup>, em entrevista ao Nexo em 2017, a ideia de escrevivência começou a ser trabalhada em sua dissertação de mestrado, a princípio, em um jogo de palavras para “escrever, viver, se ver”. O objetivo não era criar um conceito, mas sim acabar com a ideia romantizada de mulheres pretas que contavam histórias para agradar crianças brancas — aos quais ela se refere como “a prole da Casa Grande” (EVARISTO, 2017).

Quero rasurar essa imagem da “mãe preta” contando história. A nossa “escrevivência” conta as nossas histórias a partir das nossas perspectivas, é uma escrita que se dá colada à nossa vivência, seja particular ou coletiva, justamente para acordar os da Casa Grande. [A escrevivência] seria escrever a escrita dessa vivência de mulher negra na sociedade brasileira. Eu acho muito difícil a subjetividade de qualquer escritor ou escritora não contaminar a sua escrita. (EVARISTO, 2017, s.p.)<sup>11</sup>.

Isso posto, a vivência como mulher negra é o que valida a escrita de Conceição Evaristo, Carolina Maria de Jesus e outras escritoras negras, como uma escrevivência, ato ligado diretamente às experiências vividas por essas mulheres.

## Obras

Como apresentamos nos tópicos anteriores, a história de vida de Evaristo influenciou sua escrita, portanto acreditamos ser relevante apontar algumas obras da escritora em que é possível perceber essa *escrevivência* — uma escrita em que ser mulher negra perpassa o enredo e as palavras ali descritas: “Toda minha escrita é contaminada por essa condição. É isso que formata e sustenta o que estou chamando de escrevivência” (EVARISTO, 2017, s.p.)<sup>12</sup>.

Ao traçar a trajetória da protagonista Ponciá, no seu romance de estreia *Ponciá Vivência* — publicado em 2003, pela Mazza Edições, e relançado, em 2017, pela Pallas Editora —, Conceição Evaristo apresenta algumas questões experimentadas por outras famílias negras brasileiras: a luta diária do sujeito negro em uma sociedade em que o racismo estrutural dita as regras e as

---

10. Disponível em: <<https://goo.gl/pFRGDg>>. Acesso em: 16 nov. 2018.

11. Disponível em: <<https://goo.gl/v3Qesc>>. Acesso em: 16 nov. 2018.

12. Ibidem.

questões de identidade com relação à raça. Assim, aquilo que Evaristo (2017) afirma ser a contaminação de sua escrita, que a valida como escrevivência, concretiza-se nas páginas de *Ponciá Vivência*, na exposição da realidade de uma mulher negra na sociedade brasileira. Segundo Oliveira (2010, p. 53),

a autora mostra também os conflitos de identidade bem como algumas perdas sofridas ao longo do percurso que Ponciá e outras personagens percorrem em busca da conquista por um espaço no mundo exterior, mas, sobretudo, em busca da afirmação do espaço interior, sua própria identidade, uma identidade que é particular, mas também coletiva. A saga dos afrodescendentes em terras brasileiras é simbolizada por Ponciá e sua família, em sua lida contínua, desigual, injusta, à custa de sofrimento, esforço sobre-humano, exploração, perdas variadas, entre tantas outras questões de cunho social, moral e psicológico.

As coletâneas *Insubmissas lágrimas de mulheres* — publicada, em 2011, pela editora Nandyala, e relançada, em 2016, pela Malê Editora —, e *Olhos d'água* — publicada pela Pallas Editora, em 2014, e que rendeu a Conceição Evaristo o Prêmio Jabuti 2015, na categoria Contos e Crônicas —, têm como protagonistas dos contos as mulheres negras. Suas histórias, sozinhas ou ao lado de familiares e outros sujeitos com conexões afetivas, são narradas por Evaristo por meio do seu olhar de mulher negra para com a sociedade.

Como ressalta Anunciada (2017), em *Insubmissas lágrimas de mulheres*, a escritora narra a história de mulheres negras que tiveram suas vidas marcadas por diversas questões, como racismo e abandono. Histórias que foram relatadas a ela, em que Evaristo não deixa claro se são todas verídicas: “Quem ouve o relato se vê, se reconhece, se identifica com cada uma delas, porque elas dialogam com cada uma de nós” (ANUNCIADA, 2017, p. 100). A antologia traz traços fortes de escrevivência por apresentar relatos dessas mulheres por meio das palavras de Evaristo, já influenciadas por sua própria vivência.

Se, em *Insubmissas lágrimas de mulheres*, a autora conta a trajetória de diversas mulheres por meio de seus próprios relatos e nomeia os contos a partir de seus nomes e sobrenomes, em *Olhos d'água*, o foco são as lutas diárias, que a própria escritora conhece bem e, como apresentamos anteriormente, que perpassam a vida de mulheres negras. A sinopse da antologia já apresenta seu objetivo: relatar a “pobreza e a violência urbana”, presentes nas vidas dessas mulheres.

A obra “Olhos d’água”, de Conceição Evaristo, traz em sua composição 15 contos que tratam da temática da exclusão social. As abordagens são multifacetadas, revelando variadas situações da pobreza e da violência urbana, tendo como fio condutor das narrativas a população afro-brasileira (AZEVEDO; MELO, 2017, p. 103).

*Becos da Memória* — publicado pela Mazza, em 2006, pela Editora Mulheres, em 2013, e pela Pallas Editora, em 2017 — narra a complexa vida de pessoas que vivem à margem. Em *Poemas da recordação e outros movimentos* — publicado pela Nandyala, em 2008, e relançado pela Malê Editora, em 2017 —, Conceição Evaristo invoca a memória para seus poemas. *Histórias de leves enganos e parecenças*, publicado pela Malê Editora, em 2016, homenageia a oralidade, uma marca reconhecida de transmissão e preservação de memórias de grupos marginalizados.

Se o conceito de escrevivência surgiu a partir do imaginário de Conceição Evaristo como a ideia, a princípio, de “escrever, viver, se ver”, suas histórias são a vívida demonstração do conceito, adicionando um novo verbo: ouvir. A ficção que a autora narra com maestria nas páginas dos seus livros pode ser baseada em sua vivência, mas também contém relatos e vivências de outras mulheres negras, porque a condição desses sujeitos acaba por ser compartilhada. Ser e viver como uma mulher negra na sociedade brasileira pode trazer memórias comuns, sendo a escrevivência a materialidade dessas vivências por meio da escrita.

## **A ESCRIVIVÊNCIA COMO MÉTODO DE DESOBJETIFICAÇÃO DOS SUJEITOS**

Diante do exposto, acreditamos que o conceito de escrevivência, definido aqui como uma escrita contagiada pela subjetividade do sujeito que é foco — como personagem, protagonista, objeto de estudo etc. — dessa escrita, contribui para a constituição de três grandes critérios de não suplantação de sujeitos pesquisados:

### **Considerar que o registro sobre um grupo social subalternizado deve ter como finalidade inseri-lo no mundo**

Conceição Evaristo, em seu poema *Vozes Mulheres*, rememora as vozes si-

lenciadas ao longo da história, apontando a necessidade de afirmar a sua própria existência e a dos seus:

A voz de minha bisavó  
ecoou criança  
nos porões do navio  
ecoou lamentos  
de uma infância perdida.

A voz de minha avó  
ecoou obediência  
aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe  
ecoou baixinho revolta  
no fundo das cozinhas alheias  
debaixo das trouxas  
roupagens sujas dos brancos  
pelo caminho empoeirado  
rumo à favela.

A minha voz ainda  
ecoava versos perplexos  
com rimas de sangue  
e  
fome.

A voz de minha filha  
recolhe todas as nossas vozes  
recolhe em si  
as vozes mudas caladas  
engasgadas nas gargantas.

A voz de minha filha  
recolhe em si  
a fala e o ato.

O ontem – o hoje – o agora.

Na voz de minha filha  
se fará ouvir a ressonância  
o eco da vida-liberdade.

(EVARISTO, 2008, p. 10-11).

A autora não viveu o que seu eu-lírico narra no início do poema, mas,



ainda assim, os acontecimentos do passado ecoam em suas vivências do presente. Ou seja, trata-se de uma escrita alicerçada no terreno da memória coletiva. Segundo Halbwachs (1910, p. 34), só nos lembramos daquilo que ainda faz sentido dentro do grupo social ao qual pertencemos no presente, só conservamos uma lembrança se ainda nos identificamos com esta.

A exemplo de Evaristo, podemos afirmar que ao pesquisador cabe o lugar da facilitação para que o sujeito pesquisado que é socialmente marginalizado consiga emergir na ordem do discurso e instituir as memórias de si. Isto é, o pesquisador é uma ponte para a aparição do sujeito pesquisado na cena pública. Ele viabiliza as enunciações dos sujeitos pesquisados para que essas substituam as imagens e discursos externamente definidos e estereotipados.

Nesse ponto, nos filiamos a Patrícia Hill Collins (2016), em sua afirmação de que é preciso deixar que os pesquisados construam as próprias identidades — autodefinição e autoavaliação — para que deixem de ser objetos e se tornem realmente sujeitos. Para Collins (2016, p. 92), a “autodefinição envolve desafiar o processo de validação do conhecimento político que resultou em imagens estereotipadas externamente”; consiste em tomar a palavra, emitir um discurso sobre si e, assim, legitimar-se como sujeito humano. Já a autoavaliação enfatiza o conteúdo específico de autodefinições e consiste em substituir imagens externamente definidas por imagens próprias de si.

Aqui, entretanto, Grada Kilomba (2010) e Lélia Gonzalez (1984) nos trazem mais uma consideração sobre esse processo de facilitação, ao dizerem que, quando uma mulher negra fala sobre si, a sociedade tenta atribuir seu discurso a algo emocional e, assim, invalidam não apenas a fala como o próprio sujeito enquanto ser cognoscente. Não basta apenas ceder o lugar para que o sujeito pesquisado se autodefinia, é preciso abrir mão do papel de qualificador dessa fala.

A escrita sobre o outro subalternizado torna-se um ato comprometido e coletivo, que assume o lugar de representação desse grupo em enunciações e instâncias distintas daquela originalmente pensada. Dessa forma, o registro sobre um povo subalternizado deve ter como finalidade inseri-lo no mundo simbólico e representacional, sem estereótipos. Isto é, essa escrita deve ser um processo de amplificação do discurso, da história e das identidades

desses sujeitos.

## **Entender que as narrativas dos sujeitos subalternizados, quando dizem das suas identidades, carregam um eu coletivo e um eu pessoal**

Inspira-nos na lapidação desse critério, além do poema anteriormente citado, a protagonista de *Becos da Memória* (2006), de Conceição Evaristo, Maria-Nova — com os ouvidos sempre atentos e com um caderno na mão, a menina encontra meios para escrever as histórias que vê, vive e escuta. Isto é, a escrevivência de Maria-Nova não tem a ver apenas com sua inserção no mundo, mas, e talvez sobretudo, com a inserção dos seus. O que também se torna um processo de conhecimento do passado, compreensão do presente e possibilidade de modificação do futuro.

Maria-Velha e Totó ficavam trocando histórias, permutando as pedras da coleção. Maria-Nova, ali quieta, sentada no caixotinho, vinha crescendo e escutando tudo. As pedras pontiagudas que os dois colecionavam eram expostas à Maria-Nova, que escolhia as mais dilacerantes e as guardava no fundo do coração. (...)

Aquela menina, pernas longas, pulos acabritados, era a imagem fiel de uma filha sua. Filha que ele perdera de vista e que nunca mais vira.

Mãe-de-leite de uma criança, um dia a escrava se rebela contra o sinhô. Agarrou o homem pelo peito da camisa, sacudiu, sacudiu. A escrava foi posta no tronco, iam surrá-la até o fim. A criança, filha de leite, chora, grita, berra, desmaia, volta a si, quase enlouquece.

- Não matem “mamãe preta”, não matem “mamãe preta”!

Os sinhôs resolveram, então, vender a escrava e nunca mais soube dela (EVARISTO, 2006, p. 33-34).

Nesses trechos, Maria-Nova não participa do diálogo entre os mais velhos, que trocam suas experiências de vida, mas ela os ouve, analisa e guarda na memória as histórias mais tristes para um dia recontá-las. É essa atitude reincidente de Maria-Nova que inspira o critério elencado neste tópico. Há aqui o reconhecimento da dupla identidade dessas enunciações, elas dizem do sujeito que as profere e de seus pares — antepassados e contemporâneos.

A importância dessa escuta de reconhecimento pode ser conferida na

tese de Sueli Carneiro (2005), quando a pesquisadora caracteriza o epistemicídio. Segundo ela, o dominador tende a ferir de morte a racionalidade do dominado ao extirpar seu conhecimento individual e cultural, suas referências. Alia-se a esse processo de banimento social a exclusão das oportunidades educacionais, o principal ativo para a mobilidade social no país. Nessa dinâmica, o aparelho educacional tem se constituído, de forma quase absoluta, para os racialmente inferiorizados, como fonte de múltiplos processos de aniquilamento da capacidade cognitiva e da confiança intelectual.

### **Compreender que apenas sujeitos submetidos à natureza interligada de opressões conseguem entender e definir com precisão como elas reverberam**

Esse ponto de vista desloca o foco da investigação, “partindo de uma abordagem que tinha como objetivo explicar os elementos de raça, gênero ou opressão de classe, para outra que pretende determinar quais são os elos entre esses sistemas” (COLLINS, 2016, p. 108). Isto é, sujeitos em situação de subordinação têm uma visão mais nítida sobre os sistemas de opressão que incidem sobre eles, uma vez que suas experiências de interação na vida social ocorrerem na intersecção entre múltiplas estruturas de dominação. Eles percebem que minimizar uma forma de opressão ainda pode deixar outros sujeitos oprimidos de outras formas igualmente desumanizadoras, daí a importância da abordagem interseccional.

Em uma sociedade estratificada e marcada por opressões e relações de poder, os sujeitos ocupam certos papéis sociais. O olhar diferenciado do sujeito subalternizado traz à tona esses lugares e papéis. Quando esses sujeitos falam, criam um hiato entre o que é esperado de seus corpos e sua ação e subvertem o papel social que lhes foi atribuído, tornando seu discurso um objeto simbólico.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste trabalho, tentamos responder à seguinte pergunta: *“como não suplantat o sujeito pesquisado, quando ele pertence a grupos subalternizados socialmente?”*. Na escrita e na trajetória de Conceição Evaristo, encontramos rastros de possíveis caminhos que podem ser percorridos por pesquisadores

(e escritores) para que a escrita sobre o sujeito pesquisado, que está em condição de subalternidade, não seja objetificadora e reproduza as lógicas das relações de poder e de silenciamento da vida social.

A partir de tais rastros, construímos critérios para que o sujeito pesquisado possa se autodefinir e autovalorizar, confiando em suas próprias experiências e “biografias pessoais e culturais como fontes significativas de conhecimento” (COLLINS, 2016, p. 123). O lugar dos sujeitos pesquisados é um espaço de encontros de diversas opressões, de falta de privilégios, de não pertencimento, de proximidade e de distância. Entretanto, é também um lugar de potência e de tensão criativa. As opressões incidentes funcionam como lente; a falta de privilégios opera como impulsionadora da criatividade; o não pertencimento favorece a liberdade do ver e do falar; o sentimento de exclusão é o lembrete para observar o outro. Assim, para além de pensar os grupos de *outsiders* como objetos, é possível e preciso pensá-los como interlocutores e interlocutoras.

Por fim, nos filiamos a Djamila Ribeiro (2017), em sua defesa da necessidade de se dar voz a esses grupos, não como únicos capazes de discursar sobre suas especificidades, mas como pessoas com espaço para ascender à existência, à cena pública. Dito de outra forma, para a autora, é preciso abrir espaço para as múltiplas vozes na sociedade, rompendo com as formas de ver que solidificam pessoas em lugares sociais determinados e estanques, que determinam quem pode e quem não pode falar.

Somente dessa forma, é possível entender a pesquisa sobre o outro não como produtora de sujeição e apagamento simbólico, mas como instância de múltiplas experiências de interação nas sociedades estratificadas. A escrita de Conceição Evaristo nos convida a pensar a sociedade – e acrescentamos que, especialmente, a pesquisa – como ambientes nos quais são travadas disputas de sentidos sobre as narrativas da vida social que, para o estrangeiro de dentro, se constituem na própria luta por ser contado como sujeito social, dotado de cidadania e autonomia; um sujeito relacional, com acesso à fala, à visibilidade e à aparição na cena pública.

## REFERÊNCIAS

ANUNCIADA, Patricia. Mulheres protagonizando suas histórias: Conceição

Evaristo em Insubmissas lágrimas de mulheres. **Blogueiras Negras**, 2017. Disponível em: <<http://blogueirasnegras.org/2017/06/19/mulheres-protagonizando-suas-historias-conceicao-evaristo-em-insubmissas-lagrimas-de-mulheres/>>. Acesso em: 16 nov. 2018.

ARAÚJO, Rosângela de Oliveira Silva. A “Escrevivência” de Conceição Evaristo em Ponciá Vicêncio: encontros e desencontros culturais entre as versões do romance em português e em inglês. 2012. 198f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/6199>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

AZEVEDO, Natanael Duarte; MELO, Iran Ferreira. A construção do feminino em “Olhos D’água”, de Conceição Evaristo: uma análise de performances pós-identitárias de gênero. **Línguas e Letras**, v. 18, p. 101-111, 2017. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/viewFile/17144/pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2018.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 339f. Tese (Doutorado em Filosofia da Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória**. Belo Horizonte: Mazza, 2006.

\_\_\_\_\_. **Conceição Evaristo por Conceição Evaristo**. Depoimento concedido durante o I Colóquio de Escritoras Mineiras na Faculdade de Letras da UFMG, 2009. Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/188-conceicao-evaristo>>. Acesso em: 16 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. **Histórias de leves enganos e parecenças**. Rio de Janeiro: Malê, 2016.

\_\_\_\_\_. **Olhos d’água**. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2015.

\_\_\_\_\_. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Rio de

Janeiro: Malê, 2017.

\_\_\_\_\_. **Ponciá Vicêncio**. Belo Horizonte: Mazza, 2003.

\_\_\_\_\_. Vozes-mulheres. In: EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Belo Horizonte: Nandyala, 2008. p. 10.

FRANÇA, Vera. Sujeito da comunicação, sujeitos em comunicação. In: GUIMARÃES, César; FRANÇA, Vera. **Na mídia, na rua: Narrativas do cotidiano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, p. 223-244, 1984.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Trad. Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

KILOMBA, Grada. A máscara. **Cadernos de Literatura em Tradução, Especial Negritude e Tradução**, n. 16, p. 171-180, 2016.

\_\_\_\_\_. **Plantation memories: Episodes of Everyday Racism**. Münster: UNRAST, 2010.

MACHADO, Bárbara Araújo. Escre(vivência): a trajetória de Conceição Evaristo. **Revista História Oral**, v. 17, p. 243-265, 2014.

OLIVEIRA, Luiz Henrique Silva de. “Escrevivências”: rastros biográficos em Becos da memória, de Conceição Evaristo. **Terra Roxa e Outras Terras**, v. 17-B, p. 85-94, 2010.

PERUZZO, Cícilia Maria Krohling. Relações públicas nos movimentos sociais e nas “comunidades”: princípios, estratégias e atividades. In: KUNSCH, Margarida M. Kohling (Org.). **Relações públicas: história, teorias e estratégias nas organizações contemporâneas**. São Paulo: Saraiva, 2009. v. 1, p. 417-434.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017.



## CAPÍTULO 3

# Ciência da inexistência na voz da intelectual trans negra Jaqueline Gomes de Jesus

TOMÁS GERMAN<sup>1</sup>



Jaqueline Gomes de Jesus / Crédito: Reprodução/Facebook

---

1. Bacharel em Comunicação Social (UFMG). E-mail: [tomasspgerman@gmail.com](mailto:tomasspgerman@gmail.com)



O QUE RESTA DIZER DE MIM?  
QUE SE PERDE, CONFUNDE, MACHUCA?  
QUE PALAVRAS CONSEGUEM O QUE SAI DO CORAÇÃO?  
DESSE VAZIO SURGE APENAS UMA EXCLAMAÇÃO:  
MEU DEUS! SOU HUMANA!  
- (CALLA, 2017, p. 32)

## AUSÊNCIA DE EVIDÊNCIA

Carl Sagan dedicou sua vida a descobrir indícios ou evidências de vida fora da Terra. Ele acreditava que nós, seres humanos, somos feitos de poeira de estrelas e uma forma para o cosmos se autoconhecer (OLIVEIRA, 2015). De fato, o astrofísico norte-americano não obteve resposta positiva na sua busca, mas, mesmo assim, não desistiu de sua hipótese. Para ele, “a ausência de evidência, não significa evidência de ausência” (GLEISER, 2005, s.p.).

No plano terráqueo, enquanto alguns recorrem aos telescópios para buscar seres cuja existência ainda não foi comprovada, a vida de seres humanos de carne e osso é negligenciada ou desconsiderada. É fato que cada campo científico possui seu objeto de estudos e nada justifica inibir uma pesquisa por ela se basear em uma crença ou ficção (até porque o objetivo de estudos como os de Carl Sagan é justamente verificar a existência ou não existência de vidas extraterrestres).

Aqui, entretanto, questiono sobre a própria condição científica e de quem faz ciência. Afinal, se formos analisar os principais e mais influentes produtores de conhecimento da humanidade, conseguiremos localizar sua grande maioria no norte global (Estados Unidos e Europa, principalmente) e dificilmente encontraremos mulheres ou pessoas não brancas.

É nesse sentido que é importante perceber o lugar de fala (RIBEIRO, 2017) da produção científica global, que, mesmo que possua objetos de pesquisa fora de seus locais de origem, valorizam uma visão eurocentrada e colonizadora (GROSFOGUEL, 2008). Esse *lugar* dificulta que determinados sujeitos falem por si mesmos ou sequer sejam considerados sujeitos.

Para o presente trabalho, precisei ser um astrônomo procurando alienígenas no cosmos. Se a presença de negros na produção intelectual já é bastante desconsiderada, imagine a produção intelectual de mulheres negras. Agora, somado a isso, imagine a dificuldade em encontrar uma mulher trans negra intelectual.

Essa dificuldade se dá não somente pelo fato de quase não encontrarmos uma mulher trans ou travesti fora da prostituição no Brasil<sup>2</sup>, mas também pelo fato da própria ciência possuir um tratamento excludente e deslegitimador de experiências trans. Thiago Coacci (2018), em sua tese de doutorado, analisa o histórico de produção científica sobre as questões trans no Brasil e no mundo. Ele salienta que as ciências *psi* (psicologia, psiquiatria e psicanálise) concentram o maior número de pesquisas sobre o universo trans e, por estar ligado à área da saúde, foi marcado pelo conflito da patologização ou não patologização dessas experiências (COACCI, 2018).

De fato, as experiências trans surgem no universo acadêmico como uma doença, um desvio, e boa parte dos estudos tinha o objetivo de procurar sua cura e suas causas. Recentemente, em 2018, a Organização Mundial de Saúde (OMS) deixou de classificar a transexualidade como uma doença mental e agora é entendida como uma “incongruência de gênero” (MARTINELLI, 2018, s.p.).

O histórico tratamento patologizante dado às pessoas trans nos evidencia que o ambiente de produção acadêmica é hostil para esses sujeitos, que já encontram barreiras em se ingressar nesses espaços antes mesmo da graduação<sup>3</sup>.

Esta universidade da qual se está falando tem uma herança eurocêntrica e que, necessariamente, é uma herança de genocídio dos povos indígenas e de usurpação dos povos africanos; é uma herança que deu o nome de “negros” e “negras” aos africanos, genericamente; concedeu o nome de “travestis” para as travestis; de “transexuais” para as transexuais, e a gente pega esses nomes e refaz todos esses conceitos. Essa é a ideia da nossa revolução. Nós nos apoderamos daquilo que nos colocam como sendo a única mensagem possível, e nos empoderamos daquilo que a gente pode falar de nós mesmos. (JESUS *apud* COACCI, 2018, p. 17).

---

2. Segundo dados da ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais (2018), 90% das travestis são prostitutas, o que é chamado, pela militância, de prostituição compulsória.

3. Guacira Lopes Louro (2000) analisa as conformações dos corpos e as normatizações de gênero desde o espaço escolar, por meio de suas próprias vivências e de vasta bibliografia. A autora argumenta que, a respeito das diferenças no ensino de homens e mulheres e da forte lógica binarista de gênero no sistema educacional, desconsideram-se identidades, comportamentos e experiências desviantes da norma hetero-cisnormativa.

Essa foi a fala de Jaqueline Gomes de Jesus<sup>4</sup>, uma intelectual trans e negra, no seu artigo *As guerras de pensamento não ocorrerão nas universidades*. Sua fala se aproxima do que Ramon Grosfoguel (2008) tensiona ao falar de *colonialidade do saber*. Para o autor, é comum que as experiências e os próprios sujeitos do sul global sejam pensados de acordo com preceitos e experiências do norte.

O trabalho de Lélia Gonzalez (1984) também salienta essa questão. A autora percebe o quanto que intelectuais brancos têm o costume de dizer pelos negros, mesmo quando esses brancos procuram não ser racistas e dignificar a experiência negra. Ela sugere que os negros são objetificados na ciência, que é marcada por uma linguagem distante da dos negros e que os impede de participar e questionar postulações que são feitas a seu respeito.

Tal constatação também é percebida pelas pessoas trans. Como observa Coacci (2018), em diversas entrevistas de campo, é comum ouvir a queixa de que as travestis e mulheres trans são “utilizadas” somente como objeto de pesquisa, não permitindo que produzam conhecimento e de modo a dizer por elas. Coacci (2018) também salienta que muitas das pesquisas produzidas não geram retorno para a comunidade trans (que foi objeto do estudo) e contribuem pouco ou nada para o movimento. Citando Chopelly dos Santos, vice-presidenta da Articulação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA):

Chopelly: As pessoas precisam estudar, a academia precisa estudar. Eu não vou muito à academia não, eu acho que a academia é muito cruel com o movimento social. Ela desconhece muito a luta do movimento e desmerece muito a luta do movimento. [...] A gente sempre é objeto de estudo da academia e a academia não traz retorno positivo, é sempre contra o que o movimento quer, não entende o que o movimento quer. Eu não gosto de academia [...] e a academia é muito técnica, ela não liga para políticas públicas, ela liga para estudo, para conteúdo e muitos desses estudos e conteúdos não acabam nem contando a memória, não serve de memória, serve de alguma coisa, de mestrado, de não sei o que, de pesquisa [...] Até acho importante, mas acho que a faculdade, pelo tanto que nós já contribuimos para os mestres e doutores do Brasil, eu acho que academia tem a obrigação de se juntar e criar um memorial

---

4. Nota de estilo: optei por sempre referir-me à autora da forma como ela assina seus textos, não privilegiando seu sobrenome, como é muito comum no meio acadêmico, ou pelo seu primeiro nome.

para contar o acervo do movimento de travestis e transexuais. [...] Se você viu a palestra de hoje, o rapaz acabou de dizer que não tem dados, cadê os dados da academia [...] [A academia] Não serve para nada. Não contribui. Não contribui. Se contribuísse, o governo não continuava pedindo dados, meu amor. O governo pede ao movimento dados, porque não usa os dados da academia. Porque nem eles consideram os dados da academia. (SANTOS *apud* COACCI, 2018, p. 178).

Os questionamentos de Chopelly dos Santos, citados por Coacci (2018), nos indicam um outro lugar de produção de conhecimento e intelectualidade que é muito caro para o movimento trans no Brasil: o próprio movimento. Prática muito próxima à realidade das mulheres negras, em que diversas intelectuais também eram ativistas. O fato que se constata, entretanto, é que a falta de dados e informações sobre o universo trans impede que tenhamos um recorte racial das violências sofridas por essa população, por exemplo, além de diversas outras particularidades.

Hoje se diz que o Brasil é o país que mais mata LGBTIQA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais Transgêneros, Interssexuais, *Queer*<sup>5</sup>, Assexuais e demais dissidências de gênero e sexuais) no mundo (REIS, 2018). Esse dado é fruto do trabalho de ativistas que recorrem a notícias de jornais, entre outras fontes de informação, para estimar esse número. Muitas vezes, os dados oficiais desconsideram a orientação de gênero da vítima, tratam como “homossexuais” mesmo sendo travestis, dificultando que políticas públicas sejam adotadas para combater violências ou segregações<sup>6</sup>.

É nesse sentido que não temos estudos sobre a violência de travestis e mulheres trans como os de Bruna Cristina Jaquette Pereira (2016), que parte de diversos relatos de mulheres negras violentadas para refletir a especificidade da experiência feminina negra no Brasil. Nos relatos analisados pela autora, percebemos que muitas das violências já começam no ambiente doméstico,

---

5. Existe um dissenso entre o movimento e os teóricos queers. Na sigla, queer aparece como uma identidade de gênero e/ou sexual. Para os teóricos queer, não poderia ser uma identidade, seria mais um comportamento, uma performance (para lembrar Judith Butler, 2017). Utiliza-se a sigla cunhada pelo movimento para salientar outros espaços de produção de conhecimento.

6. Outro dado crítico com relação às pessoas trans está no acesso à saúde. Alguns problemas ou doenças são típicos dessa população em função da forma como vive e das mudanças corporais a que se submete.

com agressões fortuitas do marido ou familiares. No caso de travestis e mulheres trans, o que se observa, muitas vezes, é a pessoa sair de casa antes de assumir sua identidade de gênero, ou ser expulsa assim que assume, uma forma da família não se responsabilizar e até mesmo negar a vida de um de seus entes.

Para discutir melhor sobre a produção intelectual trans negra no Brasil e a vivência trans, parto do trabalho de Jaqueline Gomes de Jesus. Seu pensamento pode ser uma intersecção entre as vivências de raça e de gênero, no ponto de vista de pensar em uma transgeneridade negra no Brasil. Entretanto, devido à falta de informações que ambos objetos de estudos possuem (negritude e transgeneridade), muitas vezes, é difícil se pensar no imbricamento dessas questões. O universo trans, como salienta Coacci (2018), é marcado por um conhecimento precário e contra-público.

## VIDA SEM TÍTULO<sup>7</sup>

Jaqueline Gomes de Jesus é uma das poucas trans negras do Brasil que se insere no universo intelectual e de produção de conhecimento. Formada em Psicologia, pela Universidade de Brasília (UnB), tem doutorado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações, pela mesma universidade, e pós-doutorado, pela Escola Superior de Ciências Sociais, da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV Rio). Além de intelectual, Jaqueline Gomes de Jesus é ativista e contribui para a ciência por meio de uma produção que vai contra a cisnormatividade<sup>8</sup> e o eurocentrismo.

---

7. Nome de poema de criação coletiva, publicado no livro *Antologia Trans: 30 poetas trans, travestis e não-binários*, de realização do Cursinho Popular Transformação e o TRANSarau e editado pela Invisíveis Produções, em 2017.

8. A cisnormatividade é a conformação de corpos de acordo com argumentos biológicos e binaristas e que marcam o sujeito por meio dos cromossomos sexuais (X e Y), de modo a configurar o sujeito de acordo com a genitália com que ele nasceu. Dessa forma, quem nasce com pênis é do sexo masculino e precisa performar como o que é tido e percebido como homem, e quem nasce com vagina é do sexo feminino e precisa performar de acordo com o que é tido e percebido como mulher. Tal lógica vai contra a própria ciência biológica que já documentou combinações cromossômicas além da normatividade homem (XY) e mulher (XX), conhecidas como Síndrome de Klinefelter (em que existe a cópia de mais de um cromossomo X e a presença de um Y, ou seja XXY), Síndrome do Triplo X (em que há uma cópia a mais de um cromossomo X, sem a presença de outro Y), Síndrome de Turner (desaparecimento de um cromossomo X, anormalmente estruturado) e Síndrome de La Chapelle

Atualmente, Jaqueline Gomes de Jesus é professora no Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) e pesquisadora-líder do ODARA, Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Cultura, Identidade e Diversidade (IFRJ). Também é investigadora da Rede de Antropologia Dos e Desde os Corpos, membro da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN) e da Associação Brasileira de Psicologia Política (ABPP).

Já atuou no Departamento de Saúde, Previdência e Benefícios do Ministério do Planejamento (2008-2010), como assessora técnica da Presidência da República (2011) e foi conselheira do Conselho Regional de Psicologia do Distrito Federal (gestão 2013-2016). Seus trabalhos e estudos versam sobre saúde do trabalhador, gestão da diversidade, trabalho, identidade social e movimentos sociais, com ênfase em gênero e feminismo, orientação sexual e cor/raça.

De 2003 a 2008, Jaqueline Gomes de Jesus foi conselheira de questões de gênero na UnB e coordenadora do centro para estudantes negros dessa Universidade. Nessa função, se preocupava com os desafios da convivência de estudantes cotistas da UnB, essa que foi a primeira universidade brasileira a aderir ao sistema de cotas. Jaqueline Gomes de Jesus percebia a importância das cotas para o movimento negro no Brasil e da necessidade de programas para melhor integrar estudantes negros no ambiente acadêmico (JESUS, 2013).

O Sistema [de Cotas] busca romper com prática segregacionista de se valorizar apenas um segmento étnico na construção do pensamento dos problemas nacionais, considerando-se que, apesar de pretos e pardos constituírem 45% da população brasileira na época da implantação do Sistema (HENRIQUES, 2001), eram identificados apenas 2% de estudantes negros na universidade (PAIXÃO, 2004). O Sistema de Cotas para Negros tem, portanto, uma importância estratégica para a construção de um Brasil efetivamente democrático. (JESUS, 2013, p. 225).

---

(condição que o ser humano com cromossomo sexual XX desenvolve pênis), entre outros. As pessoas com alguma dessas condições biológicas são genericamente classificadas como intersexuais. Estudos afirmam que cerca de 2% da população global é intersexual. É comum que essas pessoas sejam mutiladas logo quando crianças, retirando genitálias de acordo com uma escolha médica ou da família.

Jaqueline Gomes de Jesus percebia que o aumento de estudantes negros também precisava ser acompanhado por um aumento da legitimidade deles no ambiente acadêmico. Como já discutido neste texto, os pensamentos periféricos ao eurocentrismo possuem menos prestígio e mais dificuldade para se inserir no debate científico.

O paradigma mais complexo, aprendizagem-e-efetividade, é o que se busca quando se gerencia a diversidade. Após se ter reconhecida a necessidade de se fazer justiça social (discriminação-e-justiça) e de reconhecer o valor das diferenças culturais (acesso-e-legitimidade), é necessário transformar as diferenças em uma característica orgânica da organização e dos grupos que a compõem, de modo que todas as pessoas sejam tratadas de forma justa e com oportunidades iguais, independente de suas diferenças, e que suas opiniões e perspectivas sejam consideradas igualmente parte dos valores, normas, processos e metas da organização, a ponto de os integrantes dessa organização poderem afirmar que “todos nós somos uma mesma equipe, com as nossas diferenças – e não apesar delas” (TORRES; PÉREZ-NEBRA, 2002, p. 13). (JESUS, 2013, p. 226).

Nesse sentido, Jacqueline Gomes de Jesus pode ser identificada não somente como uma pensadora da integração de negros no ambiente de produção de conhecimento, mas também uma grande atuante nesse aspecto. Como refletem Cristiano Santos Rodrigues e Marco Aurélio Máximo Prado (2010):

De um modo geral, os movimentos sociais contemporâneos trazem consigo o pressuposto de que transformar a realidade não é só modificar a sociedade a partir dos aparelhos do Estado, é modificá-la também ao nível das ações concretas da sociedade civil. Temos, então, que o Estado, enquanto campo institucional de atuação política privilegiado, e a sociedade civil, com maior força numérica e de poder na produção cultural, se interpelam, e vemos surgir esse novo sujeito social que define o espaço de cidadania. (RODRIGUES; PRADO, 2010, p. 447).

Estimular a participação social dos mais diversos grupos que compõe a sociedade brasileira é importante para desenvolver nossa democracia e a melhor formação de nossa sociedade.

A formação da sociedade brasileira contemporânea só pode ser entendida ao se reconhecer o papel da participação popular na busca por jus-

tiça social para a consolidação da democracia, a partir da progressão de ações coletivas que remontam às revoltas indígenas, negras, camponesas; às lutas contra escravidão, as cobranças do fisco, os atos e leis arbitrários do poder público e os regimes políticos; e igualmente aos conflitos entre as classes sociais (AQUINO, 2000). (JESUS, 2012b, p. 8).

Jaqueline Gomes de Jesus foi agraciada com o Prêmio Rio Sem Homofobia, em 2016, e foi a primeira mulher trans negra a receber a Medalha Chiquinha Gonzaga, em 2017, da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, como um reconhecimento por seu ativismo. Em 2018, concorreu ao cargo de deputada estadual no Rio de Janeiro e, junto com três amigas, criou a Frente Trans de Esquerda.

O objetivo da iniciativa é, em primeiro lugar, criar um compromisso comum de mútua ajuda e solidariedade, de sororidade. Não só no decorrer do processo eleitoral, mas também no campo do ativismo, da construção, quem sabe, de mandatos realmente comprometidos com as demandas da população trans. Esse compromisso inclui o envolvimento em atividades de formação, produção de material, a organização em si da frente. (JESUS *apud* VASQUES, 2018).

As eleições do ano de 2018 foram marcadas por um grande número de candidaturas trans no Brasil, somando o montante de 53 (CAMPOS, 2018). Foi o primeiro ano em que São Paulo e Pernambuco elegeram deputadas trans (B. COSTA, 2018). Jaqueline Gomes de Jesus, por sua vez, alcançou 2.271 votos (JESUS, 2018) e não conseguiu ser eleita.

Entretanto, sua importância política vai além da representação, uma vez que atua também na produção de um conhecimento que beneficia a democracia brasileira. Discutiremos a seguir as contribuições de Jaqueline Gomes de Jesus no pensamento *transfeminista*, que garante outra perspectiva para se analisar as opressões vividas por pessoas transgênero no país.

## TRANSFEMINISMO: OUTRA PERIFERIA DO CONHECIMENTO

Jurema Werneck (2010), uma das fundadoras da Criola, organização de mulheres negras criada em 1992, no Rio de Janeiro, afirma:

As mulheres negras não existem. Ou falando de outra forma: as mulheres negras, como sujeitos identitários e políticos, são resultado de



uma articulação de heterogeneidades, resultante de demandas históricas, políticas, culturais, de enfrentamento das condições adversas pela dominação ocidental eurocêntrica ao longo dos séculos de escravidão, expropriação colonial e da modernidade racializada e racista em que vivemos. (WERNECK, 2010, p. 10).

Ela discute o quanto que a cultura negra perdeu a referência feminina, empoderada e libertária que culturas ancestrais africanas possuíam antes da diáspora. Figuras mitológicas e religiosas como Iemanjá e Iansã foram apagadas na cultura europeia como uma forma de subordinar o povo negro, e principalmente feminino, ao trabalho forçado e à exploração social.

Werneck (2010) nos lembra, então, que a luta da mulher negra vem “de longe”. Vem dessa ancestralidade, muito antes do movimento feminista, que a historiografia insiste em datar seu surgimento no século XIX, com mulheres brancas reivindicando o sufrágio e a inclusão de mulheres na educação formal.

bell hooks (2015) também criticava o *feminismo branco* que costumava lutar contra um “mal que não tem nome”. Ela percebia que, enquanto mulheres brancas lutavam para poder trabalhar, mulheres negras já trabalhavam há muito tempo, em condições subumanas e não possuíam empatia das mulheres brancas com relação às suas causas. Em outras palavras, para a mulher branca se libertar dos afazeres domésticos e poder se desenvolver no meio profissional, deveria contar com uma trabalhadora, comumente negra e pobre, que assumiria as tarefas do lar, que ela considerava opressora.

Nesse sentido, Joaze Bernardino Costa (2013) discute a respeito do costume de, no Brasil, trabalhadoras domésticas comumente serem chamadas de *empregadas*, uma forma de negar a condição de *trabalho* e, com isso, os *direitos* daquelas que se ocupam dos afazeres do lar. O autor traz dados que, em 2009, no Brasil, 7,2 milhões de pessoas se ocupavam do serviço doméstico, entre essas, 93% eram mulheres; destas 61,6% eram negras e 38,4% eram brancas (J. COSTA, 2013).

A dignificação do trabalho feminino não é pauta somente de mulheres cisgêneros<sup>9</sup>. Mulheres trans e travestis lutam para também poder acessar o trabalho formal e profissional; mas também regulamentar (e, com isso, adquirir direitos) a prostituição. Os projetos de regulamentação da

---

9. Pessoas que se orientam com o gênero atribuído ao sexo biológico com que nasceram.

prostituição em trâmite atualmente, no Brasil, partem de experiências de mulheres cisgênero e, muitas vezes, impedem ou dificultam o trabalho de travestis e mulheres trans (PAIXÃO, 2018).

No que se refere ao seu cotidiano, as pessoas transgênero são alvo de preconceito, desatendimento de direitos fundamentais (diferentes organizações não lhes permitem utilizar seus nomes sociais e elas não conseguem adequar seus registros civis na Justiça), exclusão estrutural (acesso dificultado ou impedido à educação, ao mercado de trabalho qualificado e até mesmo ao uso de banheiros) e violências variadas, de ameaças a agressões e homicídios, o que configura a extensa série de percepções estereotipadas negativas e de atos discriminatórios contra homens e mulheres transsexuais e travestis denominada “transfobia”. (JESUS, 2012a).

É nesse sentido que Jaqueline Gomes de Jesus (2014) define o transfeminismo como um pensamento e prática que rediscute a subordinação morfológica de gênero (construído psicossocialmente) ao sexo (construído biologicamente), que vai contra as opressões baseadas na normatividade binária (de feminino e masculino) e que se relaciona com processos históricos atuais. O transfeminismo é fundamentado na interseccionalidade das opressões das pessoas trans e do movimento feminista negro, a partir de uma consciência política dos sujeitos trans.

No que se refere às mulheres transexuais e às travestis, é patente que, em nossa sociedade, elas não recebem o mesmo tratamento dados às mulheres cisgênero, popularmente tidas como mulheres “de verdade”, tampouco as mesmas oportunidades, de modo que as mulheres transexuais e as travestis, além de serem vitimadas pelo machismo, também o são por uma forma de sexismo, de base legal-biologizante, que lhes nega o estatuto da feminilidade ou da “mulheridade” (JESUS; ALVES, 2010, p. 13).

Nesse sentido, a luta transfeminista vai além dos direitos e do empoderamento das mulheres, reivindica a condição de *ser mulher*. Quando feministas negras, como bell hooks (2015), por exemplo, tensionam a fala de Simone de Beauvoir que diz que o sexo feminino é um “não sexo”, costumam dizer que a opressão às mulheres negras constitui uma dupla negação da existência, pelo fato de *ser mulher* e de *ser negra*. Entretanto, as mulheres trans e travestis partem de uma *inexistência*, uma vez que não é permitido existir transgredindo a norma sexual.

Essa *inexistência* se dá, muitas vezes, no que Jaqueline Gomes de Jesus (2014) chama de genocídio da população trans, que ocorre principalmente no Brasil. A república brasileira é disparadamente o país que mais mata pessoas trans no mundo. Entre 2008 e 2016, ocorreram 868 mortes no Brasil. No México, segundo país que mais mata pessoas trans, ocorreram 259 (CUNHA, s.d.).

A principal causa dessas mortes é alvejamento, o que indica assassinatos planejados e calculados (JESUS, 2014). Em outras palavras, a maior causa de mortes de pessoas trans é justamente a transfobia. Os dados nos indicam para o que Achille Mbembe (2018) chama de necropolítica, uma política de produção de morte em larga escala frente a uma crise sistêmica da periferia do capitalismo. Já que os corpos trans não servem para reproduzir e não são utilizados para a força de trabalho e geração de riquezas, o que nos resta é descartá-los e jogá-los na subalternidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção intelectual trans no Brasil e no mundo ainda é bastante primária. Isso se dá pelo suposto surgimento da transgeneridade no mundo em meados do século XIX (LEITE JR., 2011). Essa data é decorrente da documentação e do início dos estudos de experiências trans no mundo nesse período. O surgimento da transgeneridade deu início a uma patologização dessa experiência, que perdeu o título de doença mental somente em 2018.

Nesse contexto, observa-se um histórico de inexistência simbólica dessa população não só no ambiente científico e intelectual, mas também político. Foi no recente 2018 que estados como São Paulo e Pernambuco elegeram suas primeiras deputadas trans da história, fenômeno ainda não observado em diversos outros estados do país. A inexistência também se dá pelo genocídio dessa população, expresso pelo alto número de assassinatos e violência.

Assim, reflete-se a cerca de um surgimento transfeminista que tem base em pensamentos feministas negros e na consciência política de pessoas trans. Destaco, nessa corrente, a intelectual trans negra Jaqueline Gomes de Jesus, que possui trabalhos sobre saúde do trabalhador, gestão da diversidade, trabalho, identidade social e movimentos sociais, com ênfase em gênero e feminismo, orientação sexual e cor/raça.

As maiores contribuições do pensamento transfeminista para a ciência só poderão se dar a partir de um momento em que mais intelectuais trans possam existir. Essa perspectiva se dá não somente na maior presença de pessoas trans em ambientes acadêmicos, até porque, como é observado, é muito comum a produção intelectual de pessoas trans no ambiente dos movimentos sociais. Entretanto, também é importante se garantir o respeito à *existência* dessas pessoas, no que tange à aceitação do nome social, de sua orientação de gênero, a própria vida, entre outros fatores.

Mensurar a grandeza que o pensamento transfeminista pode levar à humanidade ainda não é possível. Da mesma forma que não é possível mensurar a grandeza para humanidade do descobrimento de vidas extraterrestres ou o primeiro passo do ser humano na Lua. Entretanto, enquanto alguns, ou melhor, algumas são tidas como vindas de outro planeta, a humanidade se estagna na utopia dos universais.

## REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CALLA. Uma exclamação. In: TRANSFORMAÇÃO; TRANSARAU. **Antologia Trans: 30 poetas trans, travestis e não-binários**. Invisíveis Produções: São Paulo, 2018.

CAMPOS, Ana Cristina. Eleições deste ano tem mais de 50 candidaturas trans, diz associação. **Agência Brasil**, 8 set. 2018. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-09/eleicoes-deste-ano-tem-mais-de-50-candidaturas-trans-diz-associacao>> Acesso em: 12 nov. 2018.

COACCI, Thiago. **Conhecimento precário e conhecimento contra-público: a coprodução de conhecimentos e dos movimentos sociais de pessoas trans no Brasil**. 2018. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

COSTA, Bruno. Quem são os LGBTs eleitos em 2018. **Vice**, 9 out. 2018. Disponível em: <[https://www.vice.com/pt\\_br/article/wj97zy/quem-sao-os-lgbts-eleitos-em-2018](https://www.vice.com/pt_br/article/wj97zy/quem-sao-os-lgbts-eleitos-em-2018)>. Acesso em: 12 nov. 2018.

COSTA, Joaze Bernardino. Controle de vida, interseccionalidade e política de empoderamento: as organizações políticas das trabalhadoras domésticas no Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 52, p. 471-489, jul./dez. 2013.

CUNHA, Thaís. Rotina de exclusão e violência. *Correio Braziliense*, s.d. Disponível em: <<http://especiais.correiobraziliense.com.br/brasil-lidera-ranking-mundial-de-assassinatos-de-transexuais>> Acesso em: 12 nov. 2018.

GLEISER, Marcelo. Criaturas improváveis. *Folha de S. Paulo*, 18 dez. 2005. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe1812200502.htm>>. Acesso: 12 nov. 2018.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, p. 223-244, 1984.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 80, p. 115-147, 1 mar. 2008.

hooks, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 16, p. 193-210, jan./abr. 2015.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Identidade de Gênero e Políticas de Afirmação Identitária. In: Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero, 6, 2012, Salvador. *Anais...* Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2012a. v. 1. p. 1-15.

\_\_\_\_\_. Interloquções teóricas do pensamento transfeminista. In: Jaqueline Gomes de Jesus (Org.). *Transfeminismo: teorias e práticas*. 1.ed. Rio de Janeiro: Metanoia Editora, 2014, p. 3-18.

\_\_\_\_\_. O movimento na rua: política e identidade nas dimensões de gênero, orientação sexual e raça/etnia. In: Simpósio Nacional sobre Democracia e Desigualdades, 1, 2012, Brasília. *Anais...* Brasília: Demodê – Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades, 2012b.

\_\_\_\_\_. Post no perfil pessoal do Facebook, 7 out. 2018. Disponível em: <<https://www.facebook.com/professorajaquelinedejesus/posts/2217623951642651>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Transfobia e crimes de ódio: assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. *História Agora*, v. 16, p. 101-123, 2014.

\_\_\_\_\_; ALVES, Hailey. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. *Cronos*, v. 11, p. 8-19, 2010.

LEITE JR., Jorge. **Nossos corpos também mudam**: a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. 1.ed. São Paulo: Annablume, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **Corpo educado**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MARTINELLI, Andréa. Após 28 anos, OMS deixa de classificar transexualidade como doença mental. *Huffpost*, 18 jun. 2018. Disponível em: <[https://www.huffpostbrasil.com/2018/06/18/apos-28-anos-transexualidade-deixa-de-ser-classificada-como-doenca-pela-oms\\_a\\_23462157/](https://www.huffpostbrasil.com/2018/06/18/apos-28-anos-transexualidade-deixa-de-ser-classificada-como-doenca-pela-oms_a_23462157/)>. Acesso em: 12 de nov. 2018.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1, 2018.

OLIVEIRA, André Jorge de. 12 reflexões que vão te introduzir ao pensamento de Carl Sagan. *Galileu*, 10 mar. 2015. Disponível em: <<https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/Espaco/noticia/2015/03/12-reflexoes-que-vao-te-introduzir-ao-pensamento-de-carl-sagan.html>>. Acesso: 12 nov. 2018.

PAIXÃO, Olivia. **Entre a batalha e o direito**: prostituição, travestilidade e trabalho. Belo Horizonte: Metanoia, 2018.

PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto. Raça/Cor e a produção intelectual sobre a violência contra as mulheres. In: PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto. **Tramas e dramas de gênero e de cor**: a violência doméstica contra mulheres negras. Brasília: Brado Negro, 2016. p. 59-116.

REIS, Maira. Por que é melhor usar o termo LGBTfobia no lugar de homofobia? *El País Brasil*, 18 maio 2018. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/17/opinion/1526578355\\_596099.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/17/opinion/1526578355_596099.html)> Acesso em: 12 nov. 2018.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017.

RODRIGUES, Cristiano Santos; PRADO, Marco Aurélio Máximo. Movimento de mulheres negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o estado brasileiro. *Psicologia e Sociedade*, v. 22, n. 3, p. 445-456, 2010.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo *Revista da ABPN*, v. 1, p. 8-17, mar./jun. 2010.



## CAPÍTULO 4

# Zélia Amador de Deus: tecendo os laços de solidariedade entre os herdeiros de Ananse

LUCAS AFONSO SEPULVEDA<sup>1</sup>



---

1. Doutorando no Programa de Pós-graduação em Comunicação Social (UFMG). E-mail: [afonsepuv@gmail.com](mailto:afonsepuv@gmail.com)



O NÚMERO DE MULHERES NEGRAS com 25 anos ou mais que conseguem terminar a graduação é quase a metade das mulheres brancas, segundo levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2018, usando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) de 2010 (BRASIL, 2018). Outro dado, da mesma pesquisa, pode explicar um dos motivos para isso: as mulheres negras são o grupo mais responsável pelo cuidado de pessoas e afazeres domésticos, gastando cerca de 18,6 horas semanais, em média, para essas atividades – o tempo semanal médio que mulheres brancas dedicam é 17,7 horas, enquanto homens brancos, cerca de 10,4 horas, e homens negros, 10,6 horas.

Como relata bell hooks (2015, p. 207), as mulheres negras estão em posição precária não somente por estarem no lugar mais inferior na escala do trabalho, mas por ocuparem, em geral, os espaços mais inferiores nas esferas gerais da sociedade, em relação aos outros grupos sociais. A feminista negra norte-americana explica que, enquanto mulheres brancas têm a possibilidade de ser discriminadas por homens, e discriminar mulheres negras, numa dimensão racista e classista, e os homens negros podem ser discriminados por pessoas brancas, mas podem discriminar mulheres negras, coniventes com o machismo, as mulheres negras não possuem nenhum grupo “subjugado” para discriminar. Isto é, elas sofrem com a violência de diferentes frentes: racista, machista e classista. Essas arestas estruturais possuem consequências duras na vida das mulheres negras. Como aponta Lélia Gonzalez (1984, p. 231), no Brasil, é a mulher negra periférica “quem sofre mais tragicamente os efeitos da terrível culpabilidade branca. Exatamente porque é ela que sobrevive na base da prestação de serviços, segurando a barra familiar sozinha”.

A Lei nº 12.711, a Lei de Cotas, sancionada em 2012 pela então presidente Dilma Rousseff, oferece mudanças significativas na vida de jovens mulheres negras – como dos estudantes negros e egressos do ensino médio público no Brasil. Trata-se de uma política emergencial para reparação das desigualdades de raça e classe no país e, por trás da sua elaboração, há anos e anos de luta das militâncias, frustrações e vitórias, discursos dissidentes e indivíduos ativamente engajados em tornar o Estado uma entidade a serviço das populações em condições precárias.

Entre essas pessoas de grande importância, há a intelectual negra e socióloga Zélia Amador de Deus. A professora da Universidade Federal do

Pará (UFPA) foi uma figura ativa nas primeiras grandes discussões sobre políticas de ação afirmativa e sistema de cotas na primeira década dos anos 2000. Esteve também envolvida em uma das primeiras formulações de política de ação afirmativa do Estado brasileiro, coordenando o Programa de Ação Afirmativa para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, em 2001 – primeiro órgão público brasileiro a adotar tal ação, seguido por outros ministérios. Também foi uma das oradoras da delegação brasileira da histórica III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância – a Conferência de Durban, realizada em 2011. Sua tese, publicada em 2008, revela muito dos bastidores de um momento histórico fundamental do movimento negro brasileiro, cujo trabalho, na época, pode ser apontado como uma das raízes para o sucesso da sanção da Lei de Cotas em 2012.

Deus também é a evidência da importância da presença da negritude nos espaços acadêmicos – argumento que a própria intelectual tenta ressaltar em seu trabalho. Suas reflexões teóricas apontam para a importância não só da transformação das instituições públicas, mas da transformação epistemológica para a compreensão dos fenômenos sociais, por meio de uma ótica que consiga compreender as experiências de violência e racismo sofridas por pessoas negras, como também a própria afirmação da negritude como um valor, uma visão de mundo e uma história.

“Os herdeiros de Ananse: movimento negro, ações afirmativas, ‘cotas’ para negros na Universidade” é o resultado do doutorado de Deus, realizado na UFPA. A socióloga explica que seu trabalho é um “auto teatral”: os herdeiros de Ananse – deusa da cultura fanthi-ashanti, da África Ocidental, que possui o corpo de uma aranha – são os protagonistas que lutam contra o Racismo, o antagonista do auto teatral<sup>2</sup> de Deus. “Ananse acompanhou seus filhos. Permaneceu presente e povoou o imaginário dos africanos de diferentes grupamentos com suas teias e suas histórias”, escreve (DEUS, 2008, p. 18). Trata-se de uma divindade que veio para terras sul-americanas por meio do tráfico de escravos; uma “divindade capaz de tecer laços de solida-

---

2. “Destaco que esta tese se estrutura em forma de narrativa de um Auto Teatral e assim o fiz porque ao longo do texto o embate vai estar sempre presente trazendo à tona conflitos que caracterizam o gênero dramático na literatura ocidental. [...] esta estrutura permite que cada um dos atos que a compõem seja autônomo. Significa dizer que cada ato pode ser lido de forma independente sem prejuízo do todo”. (DEUS, 2008, p. 31).

riedade entre seus filhos dispersos sob o jugo de uma intensa dominação” (DEUS, 2008, p. 19).

A Ananse representa, segundo Deus, a capacidade e o poder que seus filhos – os povos africanos – tiveram para resistir e contar suas próprias histórias. Essa divindade orienta a estrutura da pesquisa de doutorado da socióloga negra, já que as teias de Ananse a envolveram há mais de três décadas na luta antirracista, de onde não pôde mais sair (DEUS, 2008, p. 21). Essa metáfora se revela poderosa para a compreensão do fenômeno que Deus estuda e faz parte, como agente politicamente engajado: a luta por políticas de ação afirmativa em diferentes instâncias do Estado e a implementação do sistema de cotas nas universidades brasileiras.

Neste artigo, apresentaremos três pontos importantes para conhecer e nos aventurar em alguns dos pensamentos construídos por essa intelectual negra. Primeiramente, abordaremos aqui uma breve biografia de Zélia Deus – e como a sua experiência como mulher negra se revela a partir da sua produção intelectual, vida pública e militância. Logo em seguida, apontaremos para algumas das discussões fornecidas pela obra dessa intelectual sobre as políticas de ação afirmativa e sistema de cotas. Por fim, tentaremos elaborar uma reflexão sobre a importância do pensamento dessa intelectual.

## OS PRIMEIROS FIOS TECIDOS

“Minha avó e meu avô me criaram. Negros, nascidos na Ilha de Marajó [...], migramos para Belém, eu e minha mãe juntas. Minha mãe muito nova, quando nasci, ela havia acabado de completar dezesseis anos foi ser empregada doméstica” (DEUS, 2008, p. 15). Segundo Deus, a história da sua mãe “é mais uma história que se repete entre as mulheres negras brasileiras” (REZENDE *et al.*, 2018) – mas uma história que a socióloga, segundo suas próprias palavras, conseguiu “se safar”, pelo incentivo dos avós para ingressar e permanecer nos estudos.

Zélia Amador de Deus, filha de Doralice Amador, nasceu na zona rural de Ilha do Marajó (PA), em 24 de outubro de 1951, e, logo após o nascimento, foi levada para ser criada pelos avós na capital paraense. Na cidade, começou a participar das atividades na igreja e no teatro, e fazia o possível para, apesar das dificuldades, conseguir se locomover para estudar. “Como a personagem de Fernanda Montenegro, no filme Central do Brasil, escrevia

e lia cartas para a vizinhança. Cozinhava para uma vizinha em troca do dinheiro da passagem”, escreve a reportagem do *site* Raoni (ESPECIAL, 2008). Entrou para o Instituto de Educação do Pará (IEP), em 1962, onde intensificou sua atividade teatral, produzindo peças para cenografia, decoração, além de continuar trabalhando como alfabetizadora de adultos. No IEP, em 1968, começa também a militância de Deus, ao participar de manifestações contra a ditadura militar. Torna-se professora secundarista no ano 1970; no ano seguinte, inicia o curso de Letras, na UFPA, e começa a participar da Escola de Teatro da instituição, “completando um cronograma impressionante, trabalhando pela manhã, estudando Letras à tarde e Teatro à noite”<sup>3</sup>.

Nos anos seguintes, Deus adentra no mundo do teatro, participando do grupo paraense de teatro de rua “Cena Aberta”, a partir de 1975, e se aventura ainda mais em uma militância organizada, participando do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR) e fundando o Centro de Estudo e Defesa do Negro no Pará (Cedenpa), em 1980<sup>4</sup>. É a partir do final da ditadura e o início da redemocratização “que o movimento começa a não somente denunciar o racismo, mas pensar políticas públicas de ação afirmativa, a fim de tentar diminuir as desigualdades” (REZENDE *et al.*, 2018). Sobre a fundação do Cedenpa, ela escreve:

Em 1979, alguns negros começaram a se reunir, propondo-se a criar uma entidade que denunciasse e lutasse contra o racismo. Aos poucos, fomos nos organizando. No início, timidamente, contando, ainda, com um quadro pouco numeroso, passamos a promover manifestações nas datas significativas para a comunidade negra, 20 de Novembro, 13 de Maio. Apenas no 20 de novembro de 1980, agora já mais estruturado, o grupo resolveu mudar de tática, fazer muito barulho, ocupar todos

---

3. Em entrevista para o *site* Raoni, a intelectual relata os obstáculos que a censura estatal impunha: longas esperas para o retorno da aprovação dos militares, pedidos de mudança dos textos, apresentações fechadas para censores. Usa a encenação para discutir assuntos políticos, comumente rejeitados pelo regime militar. O grupo produziu a montagem da peça “Quarto de empregada”, em 1976, adaptado da dramaturgia de Roberto Freire.

4. A paraense, nesse período, também participou da fundação “da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH, da qual é conselheira); do Partido dos Trabalhadores no Pará (PT); da Central Única dos Trabalhadores no Pará (CUT)” e da Associação de Docentes da UFPA (ADUFPA), segundo o *site* Raoni. A partir dos anos 1990, a professora passa a dedicar sua militância mais ao movimento negro.

os espaços disponíveis – Assembléia Legislativa, Câmara dos Vereadores – enfim, se fazer presente. [...] A partir de então, começamos a nos integrar com os movimentos negros da região, participando de todos os Encontros de Negro do Norte-Nordeste (DEUS, 1987, p. 108).

As atividades militantes se concentraram em diversas frentes: palestras em escolas, pesquisas com a população negra do Pará, contatos com os professores e outros funcionários de escola, questionamento sobre a narrativa da história negra nos livros didáticos de História, produção de textos didáticos alternativos, diálogo com minorias políticas importantes no Pará, como o movimento indígena; ciclo de debates, atividades culturais, peças teatrais (DEUS, 1987). O grupo também foi responsável por iniciar um debate intenso com as instituições sobre políticas afirmativas e o sistema de “cotas” nas universidades públicas. Em entrevista para o *site* Raoni, Deus comenta a importância dessa luta institucional: “se os negros e indígenas precisam de ações afirmativas, alguém está tendo privilégios com isso. Se alguém está tendo privilégios com isso, se alguém está tendo prejuízo, o outro lado está lucrando, os brancos”.

## **POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS: UMA TEIA DE ALIANÇAS**

Após seu mestrado em Estudos Literários pela UFMG, entre os anos de 1998 e 2001, Deus passaria os anos seguintes na militância institucional contra o racismo e a exclusão. Participou de diversos eventos, acadêmicos e da militância, para dizer sobre o desenvolvimento de políticas de ações afirmativas em diferentes arenas institucionais. Entre 2001 e 2003, foi assessora no Ministério do Desenvolvimento Agrário, onde desenvolveu um programa de cota de 20% para negros nos cargos do órgão público, e, em 2005, se tornou representante da Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-brasileiros (CADARA), vinculado ao Ministério da Educação (MEC), responsável por elaborar, analisar e fiscalizar “políticas públicas educacionais voltadas para o cumprimento da Lei nº 10.639/2003, bem como das Diretrizes para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana [...]” (BRASIL, s.d., s.p.). A lei em questão é a que torna obrigatório, em escolas públicas e particulares, o ensino sobre história e cultura afro-brasileira para ensino fundamental e médio. Sobre a importância dessa lei, Deus escreve:

Muitos educadores costumam dizer que não conseguem encontrar material didático, isso podia ser verdade até há bem pouco tempo, pois eram poucas as publicações que chegavam até nós sobre o continente africano, mas hoje a situação mudou. E, para tanto, os intelectuais negros têm exercido um papel fundamental. Um papel incansável, no sentido de corrigir as injustiças históricas que extirparam o continente africano do contexto da história internacional da humanidade. É como se aquele fosse um continente ahistórico. Um continente sem história. Aos poucos, a África e os descendentes de africanos vão se desvelando e deixando o papel de serem apenas temas e objetos de estudos dos brancos, para assumir o papel de protagonistas de sua própria história. Oxalá, a Lei nº 10639/03 seja o mote para que tal aconteça! (DEUS, 2012, p. 240).

Em 2004, a professora da UFPA inicia seu doutorado em Ciências Sociais, com ênfase em Sociologia, na mesma universidade, concluindo-o em 2008. O trabalho, intitulado “Os herdeiros de Ananse: movimento negro, ações afirmativas, cotas para negros na Universidade”, é uma construção que parece unir a criatividade teatral, os conhecimentos literários, a longa experiência no campo institucional das políticas públicas de ações afirmativas e a capacidade acadêmica-científica de Deus.

Na sua tese, observamos a cristalização do pensamento sobre a importância e aplicabilidade das ações afirmativas para pessoas negras no universo educacional brasileiro. A pesquisa é estruturada em cinco atos – “Racismo”, “*Persona* Contemporânea do Racismo Brasileiro: democracia e branquitude”, “O Protagonista: os herdeiros de Ananse em ação”; “A Ação Afirmativa e o Princípio da Igualdade”; “Cotas para Negros nas Universidades” – e segue a metáfora da história de Ananse, Homem Aranha; uma divindade em forma de aranha da cultura *Fanti-Ashanti*.

Em uma conferência para o Serviço Social do Comércio (SESC) sobre a negritude, em 2017, Deus comenta sobre a potência da história de Ananse a fim de explicar a diáspora africana para os países no continente americano. Havia um tempo em que “a história era de posse de um Deus maior: Nyame. Nyame era o dono da história e das histórias. [...] Então, Ananse, esta aranha deusa, deusa aranha, resolve ir atrás de Nyame, para trazer as histórias para os humanos” (DEUS, 2017). A divindade aranha sobe até o céu com suas teias e pergunta ao Deus do Céu o que é preciso para ela ter suas histórias. Nyame ri e, descrente de Ananse, pede para a aranha: “O preço das minhas histórias, Ananse, é que você me traga Oosebo, o leopardo de dentes ter-

ríveis, Mmboro, os marimbondos que picam como fogo, e Moatia, a fada que nenhum homem viu” (DEUS, 2008, p. 13). O Homem Aranha brincou de amarrar com o leopardo, e o capturou; enganou os marimbondos com a chuva, os prendendo dentro de uma cabaça; usando um bebê de borracha cheia de cola e inhame, atraiu e prendeu a fada jamais vista. De volta ao céu, Nyame não vê escolha senão dar todas as suas histórias para Ananse. Como conta Deus,

Ananse desce pela sua teia de prata e vem super feliz. Tanta é a felicidade de Ananse que ela se distrai, e a cabeça escapole de sua mão, e as histórias se espalham pelo mundo. É só por isso que temos histórias e histórias: pela distração da Ananse. Mas quando trata de diáspora, eu tomo Ananse como metáfora porque Ananse não abandonou seus filhos nessa grande travessia. Ananse teceu suas teias de prata, atravessou os oceanos e acompanhou seus filhos até neste continente. Portanto, quando a gente fala de negritude, a gente tem que falar de diáspora, a gente tem que falar de Ananse, porque negritude é mais uma dessas teias de resistência tecida pelas filhas e pelos filhos de Ananse. (DEUS, 2017, s.p.).

Essa história de Ananse é comum e foi transformada em diferentes países da América, sob diferentes nomes; “nomes diversos para referir a mesma divindade capaz de tecer laços de solidariedade entre seus filhos dispersos sob o jugo de uma intensa dominação” (DEUS, 2008, p. 19).

A intelectual aponta três impactos da presença e ação dos herdeiros de Ananse nos continentes americanos: 1) a “importunação” que as culturas desses herdeiros causam na ordem dos Estados e elites; quando estas “pensam que já negociaram acordos suficientes, vêm os herdeiros de Ananse clamando por mais espaços e forjando novos acordos” (DEUS, 2008, p. 185); 2) a potencialidade da ação política dos grupos negros que perpassam a afirmação da sua cultura, isto é, a cultura se torna instrumento político; “no caso do Brasil, por exemplo, os herdeiros investem no sentido de ver o acervo dos valores civilizatórios dos seus ancestrais ser incluído na narrativa brasileira sem ser manipulado pelo Estado [...]” (DEUS, 2008, p. 186); 3) por fim, há a “[...] habilidade que os herdeiros de Ananse desenvolveram de assenhorar-se e utilizar para interpretar e definir seus interesses conceitos elaborados no mundo dos brancos para analisar as contradições das suas sociedades” (DEUS, 2008, p. 187). Segundo a socióloga, durante os anos 1970, no Brasil,

[...] os herdeiros de Ananse não pararam de tecer e re-tecer. Aproveitaram todas as brechas. Engajam-se nas campanhas pelas eleições diretas. Denunciam o mito da democracia racial. Afirmam o dia 20 de novembro. Dia Nacional da Consciência Negra. Instituem o dia 13 de maio como dia de denúncia do racismo. Abrem espaços nas lutas sindicais. Criam organizações não-governamentais (ONGs). Realizam encontros regionais. Organizam-se para o processo constituinte, elaborando pauta de reivindicação que contém, entre outras propostas, o racismo como crime inafiançável e imprescritível e o artigo 68 das disposições transitórias, que trata da titulação das terras de remanescentes de quilombos. [...] Eles se põem e se expõem sempre com o objetivo de desmascarar o antagonista. Indo mais além, se firmam e se afirmam. São negros e brasileiros. Dito de outra forma. São negros brasileiros. (DEUS, 2008, p. 182).

Acionando um vasto pano de fundo sobre a emergência da luta antirracista nas Américas e no Brasil, Deus se volta para uma de suas investigações principais: o próprio ambiente acadêmico. Onde estão os herdeiros de Ananse, as alunas e alunos negros, as pesquisadoras e pesquisadores negros, as professoras e professores negros? O trabalho da socióloga denuncia tanto o racismo e a exclusão de pessoas negras do ambiente de produção e aprendizado das universidades, quanto a problemática que essa segregação acarreta na própria formulação do conhecimento produzido. Isto é, para lutar contra o racismo e compreendê-lo como fenômeno, para tornar a negritude um valor presente e político, é preciso, antes de tudo, enegrecer a universidade.

O termo “ação afirmativa” aparece, como nos conta Deus, em 1961, num decreto do presidente norte-americano John F. Kennedy, como sinônimo de um empenho contrário à discriminação. A expressão passa a ser usada para nomear processos em instituições em que se leva em conta o princípio de igualdade de oportunidades para grupos negros e outros politicamente oprimidos por grupos privilegiados. “Diferente das políticas governamentais antidiscriminatórias, baseadas em leis de conteúdo meramente proibitivo [...]”, as políticas de ação afirmativa “constituem-se em medidas e mecanismos de inclusão, concebidos por entidades públicas, privadas e por órgãos dotados de competência jurisdicional” (DEUS, 2008, p. 208), cujo objetivo é a própria igualdade de oportunidades universal.

No Brasil, a população negra é a principal vítima da exclusão socioeconômica e, segundo a socióloga, as políticas de ação afirmativa devem prever uma reparação material, seja em argumentos distributivos, baseados num



estado presente das coisas, ou compensatórios, que recuperam o dano em sua formulação histórica. Deus nos conta que apesar do termo “ação afirmativa” aparecer, oficialmente, em 1996, no Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra (também chamado de GTI da População Negra), houve legislações anteriores que previam uma reparação material das desigualdades para o proletariado paulista, famílias agrícolas, pessoas com deficiência física, mulheres parlamentares. Ao recuperar esse passado de políticas de ações afirmativas, que data desde a década de 1930, a socióloga põe em questão:

Por que a proposta de cotas para negros causou tanto impacto? Por que essa proposta que apenas podia ser uma dentre outras a proteger e promover grupos minoritários, foi capaz de tirar a sociedade da sua tradicional postura de silêncio, quando se trata da questão racial? O que fez com que ela falasse, demonstrasse seu descontentamento, arguisse inconstitucionalidade? [...] A meu ver, a reação de certos setores da sociedade e os discursos que têm sido pronunciados pela grande imprensa contra a proposta, é a voz da “branquitude”. Esses discursos refletem a hegemonia do poder de um projeto de Branquitude para a nação brasileira. (DEUS, 2008, p. 216).

As discussões sobre políticas de ações afirmativas para pessoas negras aparecem, pela primeira vez, nas esferas do Estado, em 1996. No entanto, desde 1989, o Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CENDEPA) – organização acadêmica e militante liderada por Deus – “encaminha proposta de lei à Assembleia Legislativa do Estado do Pará, a fim de que sejam criados mecanismos legislativos que [...] garantam a criação de políticas compensatórias para a população negra do Estado” (DEUS, 2008, p. 221). Também vale dizer que movimentos civis, militantes, ou seja, não necessariamente inclusos na dialógica da política institucional, também prepararam o terreno para o debate nacional sobre políticas de ações afirmativas: a Marcha 300 anos de Zumbi, em 1995, segundo Deus, tornou possível, por exemplo, a criação do GTI da População Negra, cuja uma das pautas era os mecanismos institucionais de reparação para a população negra – as ações afirmativas. Outro marco importante apontado pela socióloga foi o relatório brasileiro, elaborado com integrantes do movimento negro do país, da III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, em Durban, na África do Sul, no ano de 2001:

A conclusão do trabalho é a de que há uma profunda desigualdade racial no país. Os pardos sempre estão em desvantagens em relação aos brancos, e os pretos acumulam, ainda, maior desvantagem em relação aos brancos, de forma que os dados demonstram que o pertencimento racial, no Brasil, é capaz de definir a situação socioeconômica das pessoas. Entretanto, devo ressaltar que o Relatório brasileiro contém, entre outras propostas, a proposta de cotas para negros na universidade. Proposta que, nas últimas décadas, foi a única capaz de fazer a sociedade brasileira sair de um estado letárgico, abandonar seu mutismo e falar abertamente (DEUS, 2008, p. 228).

## COTAS E A FERIDA DO RACISMO

No evento de Durban, em 2001, a participação brasileira foi marcante: segundo Deus (2008, p. 229), a delegação era a segunda maior, com 600 pessoas, majoritariamente negras, e “só perdia para a delegação da África do Sul”, em questões de tamanho. Foi a primeira vez que o governo brasileiro assumiu a existência do racismo – um discurso feito pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, na preparação para o evento. Durante toda a conferência, “a palavra de ordem que mais se ouvia entre os herdeiros de Ananse brasileiros era: ‘Cotas já’ ou ‘Cotas para negros nas universidades públicas já’” (DEUS, 2008, p. 230-231). Na volta ao Brasil,

os herdeiros de Ananse, agora revigorados e legitimados pela declaração e plano de ação de Durban, voltam a tecer seus fios e continuar a intensa tarefa de construção das suas teias, a criar redes e conquistar cada vez mais espaços avançados na luta pelas políticas de ação afirmativa. Resolvem que farão rodízio em Brasília. Dividem-se em comissões. Logicamente, a proposta do sistema de cotas para negros, nas universidades públicas, continua em pauta. Comissões de trabalho se reúnem em Brasília, pressionando os Ministérios. É verdade que o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA não precisou ser pressionado. (DEUS, 2008, p. 232).

Deus se refere aqui ao primeiro ministério brasileiro a adotar uma portaria de cotas para admissão aos cargos de Direção e Assessoramento (DAS) do órgão. No ano seguinte, vê-se o Ministério da Justiça e o Ministério da Cultura adotarem portarias admitindo processos parecidos com o do

Desenvolvimento Agrário<sup>5</sup>. A pressão se estendeu a outros ministérios, e a discussão sobre a implementação de cotas atingiu em cheio o Ministério da Educação, cujo ministro, Paulo Renato, não era favorável à política de implementação de um sistema de cotas na universidade pública. Deus aponta aqui para as “inserções” dos herdeiros de Ananse dentro do ministério, mesmo com a recusa constante do ministro da Educação. Ela cita o trabalho do GTI para a Valorização da População Negra, na reformulação de conteúdo dos livros didáticos e dos parâmetros curriculares, na tentativa de incluir temáticas étnico-raciais. A socióloga também aponta para a importância da criação, em 2002, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação, pelo Ministério da Justiça, que dialogava com as discussões apontadas pela delegação brasileira na Conferência de Durban, mas também abrigava diferentes demandas de grupos minoritários. “Ainda não era o que queríamos”, escreve Deus (2008, p. 238), “porém, foi o possível de ser negociado. Gostaríamos que fosse restrito à discriminação racial, mas não conseguimos”. A autora critica a perspectiva da “diversidade” do Conselho, que, segundo ela, “perde de vista a estratégia de ‘reparação’”, tão fundamental para a luta antirracista dos herdeiros de Ananse (DEUS, 2008, p. 238).

O Conselho, no entanto, tornou possível a transformação de políticas públicas e institucionais, em benefício da população negra. O órgão aproxima-se do Ministério da Educação quando foi criado o Programa Diversidade na Universidade, cujo objetivo seria “implementar e avaliar estratégias para a promoção do acesso ao ensino superior de pessoas pertencentes a grupos socialmente desfavorecidos, especialmente dos afrodescendentes e dos indígenas brasileiros” (DEUS, 2008, p. 242). Com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência, em 2002, as ações ganham força; Deus é chamada para fazer parte da pasta educativa do governo de transição. Esperava-se que, com a posse de Lula, fosse criada a prometida Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) – o que não aconteceu de imediato. A secretaria só foi anunciada pelo governo

---

5. Vale dizer que, como apontado por Deus (2008, p. 234), irregularidades foram cometidas a partir dessas portarias, como o fenômeno conhecido como “teto de vidro”: “Ressalto que o sociólogo Rafael Osório em pesquisa feita para a Organização Internacional do Trabalho – OIT verificou que nesses ministérios por não haver sido definido o ‘sistema de cotas’ e sim estabelecido metas, ocorre o que os afro-americanos chamam de ‘teto de vidro’. Ou seja, as metas são preenchidas com cargos comissionados de baixo escalão que recebem gratificações de menor valor pecuniário. Os cargos de maior prestígio são ocupados por pessoas brancas”.

após pressão da militância, interna e externa ao Partido dos Trabalhadores (PT), sendo anunciada no dia 21 de março, o Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial. “A SEPPPIR é criada com *status* de ministério. Um órgão na esfera do Estado brasileiro, em nível do primeiro escalão” (DEUS, 2008, p. 245).

Apesar dos ganhos institucionais e organizacionais da militância, a principal barreira na implementação de cotas raciais para os processos seletivos nas universidades era a do argumento expresso por muitas pessoas brancas de que seríamos todos brasileiros, portanto, mestiços. A realidade, por sua vez, denunciava em gritos a privação que estudantes negros tinham em relação aos brancos. Segundo projeção feita a partir de dados do censo do IBGE, do ano 2000,

[...] se, por alguma razão, a educação básica das escolas públicas melhorasse a ponto de que os alunos pudessem competir em iguais condições com os alunos egressos das escolas particulares, bem equipadas, seriam necessários 32 anos para que os negros (pretos e pardos) pudessem atingir o nível atual dos alunos brancos. E, para que tal acontecesse, os brancos teriam que ficar parados no patamar atual, esperando a chegada dos negros a fim de poderem caminhar juntos, no mesmo pé de igualdade. (DEUS, 2008, p. 250).

A proposta de implementação de cotas feita pela delegação dos brasileiros na Conferência em Durban, em 2001, “[...] não foi uma proposta gratuita surgida de última hora, mas ao contrário, tratava-se de uma antiga e histórica reivindicação dos herdeiros de Ananse, no Brasil” (DEUS, 2008, p. 254). Muito do esforço da tese da intelectual é tentar demonstrar a validade da implementação do sistema de cotas para a educação pública brasileira e denunciar, conseqüentemente, a oposição especial e racista de uma branquitude frente a essa proposta.

A Lei nº 12.711/2012, conhecida como a Lei das Cotas, foi aprovada quatro anos após a publicação da tese da socióloga. A legislação reserva 50% das vagas em instituições de educação federal para estudantes que tenham passado pelo ensino médio público – e que estão em desvantagem com a concorrência de alunos de ensino médio particular. Metade das vagas selecionadas para estudantes de instituições públicas são destinadas àqueles que possuem renda familiar bruta menor ou igual a um salário mínimo e meio. Outra subdivisão é para estudantes negros e indígenas: o percentual

depende da quantidade da população calculada em cada estado. Sobre a instalação da Lei de Cotas, Deus declarou, em 2012, durante uma roda de conversa organizada pela SEPPIR:

A instituição da Lei de Cotas não é importante apenas para a população negra, é importante para toda sociedade. Elas vão permitir levar para dentro do espaço acadêmico, eurocêntrico por natureza, o corpo negro. Aquelas pessoas que estavam fora e que levam consigo uma bagagem forte, o que vai permitir a criação de uma nova epistemologia, de uma nova perspectiva de conhecimento. Não se pode pensar numa nação desenvolvida se ela nega a mais de metade da sua população o acesso aos bens que ela pode oferecer. (BRASIL, 2012, s.p.).

Deus (2008, p. 251), em sua tese, aponta para as evidências da necessidade e da eficácia de um sistema de cotas nas universidades públicas, considerando que essa ferramenta cumpre três intuítos: “construção de uma nação democrática; equidade distributiva e desenvolvimento econômico”. É importante apontar que a aplicação das cotas não deve ser lida como uma ação descolada de um contexto: trata-se de um braço em um mecanismo maior de luta contra a desigualdade e pela reparação histórica; uma medida de curto e médio prazo que deve ser acompanhada de outras políticas de ascensão, inclusão e reparação para uma população politicamente precarizada pela violência e segregação da sociedade civil e Estado.

No entanto, como denunciado pela socióloga, a crítica ao sistema de cotas comumente passa por argumentos que ignoram os diversos dados quantitativos ou qualitativos que “provam” as injustiças históricas e os impactos dela, vividos por brasileiros negros, ou que constroem uma ficção sobre como o sistema seria aplicado. Como Deus relata, há um temor de pessoas brancas de que as cotas poderiam ser aleatoriamente distribuídas. Ou, ainda, que as cotas poderiam destruir o ideal de “mérito” como o critério para a entrada nas universidades, possibilitando a entrada de alunos “desqualificados” para o ensino.

A intelectual retoma como exemplo a legislação que entrou em vigor no estado do Rio de Janeiro, no ano de 2001. Um projeto de lei aprovado pelo poder executivo criava um sistema de cotas para estudantes negros para ingresso na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e na Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). A lei complementava uma legislação anterior, que previa 50% das vagas para alunos de ensino público.

Enquanto a primeira legislação é vista com “bons olhos”, pela mídia, a segunda, voltada para a população negra, é tomada com indignação. “A imprensa potencializou a polêmica neutralizando os setores internos à comunidade universitária, favoráveis à proposta. Além de esvaziar, não apenas, o conteúdo político da lei, mas o protagonismo do fio/ação movimento negro” (DEUS, 2008, p. 257). Após as universidades estaduais do Rio, outros estados implementaram legislações de cotas para suas instituições públicas de ensino – Universidade do Estado da Bahia (UNEB), em 2002, e Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), em 2003.

A análise da tese de Deus, por sua vez, volta-se para o primeiro caso de implementação do sistema de cotas em uma instituição federal de ensino: a Universidade de Brasília (UnB), que adotou a ferramenta no vestibular, em julho de 2003. A primeira discussão sobre cotas na instituição aconteceu quatro anos antes, reconhecido pela socióloga como o “caso Ari”: Ari era um estudante da pós-graduação em Antropologia da UnB, que havia sido reprovado em uma disciplina obrigatória. O pesquisador recorreu à instituição para que fosse revista sua nota; pedido que foi indeferido.

[...] havia claramente no Departamento uma predisposição para abafar o caso, na expectativa, talvez, de que Ari desistisse de seu intento e abandonasse o curso, o que seria mais confortável para a maioria dos professores do Departamento que tomou partido do professor que reprovou Ari. E Ari, ora, a vida de Ari, o discente que pagasse pela irresponsabilidade de profissionais educadores coniventes com o racismo [...]. Um caso típico do racismo brasileiro, em que se protege o réu e se pune, duplamente a vítima. Dois anos depois, Ari foi vitorioso no Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE que discutiu, pela segunda vez, o processo e reconheceu (22 votos a favor e quatro votos contra) que Ari havia sido injustamente reprovado e lhe concedeu o crédito devido. (DEUS, 2008, p. 259).

A proposta de um sistema de cotas para a UnB surge a partir do “caso Ari”, sendo aprovada em 2003 e buscando “legitimidade na declaração e no plano de ação de Durban” (DEUS, 2008, p. 260). Sobre o perfil racial dos estudantes da instituição, o que os relatores do projeto de cotas descobriram foi que “enquanto nas outras universidades havia, pelo menos, traços de presença negra em alguns cursos, na UnB não foi percebido sequer traço dessa presença nos cursos considerados de alto prestígio pela sociedade:

Medicina, Direito e Arquitetura, por exemplo” (DEUS, 2008, p. 261-262). O número de estudantes brancos, na universidade, era aproximadamente 75% – enquanto, segundo o IBGE, 46,5% da população do Distrito Federal era branca. A proposta, aprovada depois de muita pressão de grupos militantes, pesquisadores e professores da instituição, não foi recebida pela comunidade com positividade unânime.

O debate público em torno do acontecimento, segundo Deus (2008, p. 267-268), foi “pobre, pois ainda se encontra marcado pela insígnia da ótica da branquitude”; inclusive, “a manifestação dos discursos contrários à proposta encontrou maior abrigo por parte da imprensa”. Muitos dos discursos contrários à implementação do sistema de cotas na UnB também foram recebidos no *site* “Tira Dúvidas” da instituição – para onde a análise de Deus se volta a fim de tentar compreender as argumentações e acionamentos simbólicos e institucionais por parte do público e da instituição. Segundo a socióloga, diante de tais discursos, o papel da Universidade de Brasília teria de ser o de “gerenciadora dos possíveis dissensos. Dito de outra forma, a finalidade do discurso institucional será [seria] sempre harmonizar interesses sem perder de vista a defesa de sua proposta pioneira e inovadora, no âmbito das universidades federais” (DEUS, 2008, p. 268-269).

Os questionamentos mais frequentes no *site* de dúvidas da UnB, segundo Deus (2008, p. 269) eram: “os alunos que entraram na UnB pelo sistema de cotas são menos qualificados do que os que entraram pelo sistema universal?”; “em algum dos cursos houve candidatos do sistema universal não selecionados que obtiveram nota maior que alguns cotistas selecionados?”; “as vagas que sobraram no sistema de cotas ficarão ociosas?”. A instituição responde: “não, os candidatos cotistas não são menos qualificados do que os de ampla concorrência e passam por critérios páreos de disputa”; “não, as vagas são já distribuídas para os públicos diferentes – 80% para ampla concorrência e 20% para os cotistas”; “não, não haverá vagas ociosas e, enquanto houver candidatos disputando por vagas, elas serão preenchidas”.

Diante de tais posicionamentos e opiniões diversas encontradas, Deus (2008, p. 277) opera um olhar analítico para o material que denomina de “discursos internos”: “cuja finalidade é [seria] responder com firmeza e objetividade aos questionamentos externos, seja por parte da imprensa ou por parte de pessoas que buscam [buscassem] esclarecimentos, consultando o *site* da universidade”. Nesse diálogo com a comunidade, a socióloga nota

que há, no discurso interno da UnB, uma construção de alianças e um discurso coletivo: observa-se uma relação direta com as articulações providas da Convenção pela Eliminação de todas as Formas de Discriminação Raciais (CERD) e a III Conferência Mundial de Durban. O que se percebe na argumentação da universidade também é a inserção de um novo princípio que não necessariamente altera os protocolos já existentes de rigor no processo seletivo, mas acrescenta novas preocupações a seu propósito:

Resguardado o princípio do Mérito, palavra-chave, o grande mote que anima a proposta da UnB é o princípio da Igualdade e, neste particular, Igualdade deve ser entendida como Igualdade de Oportunidades e é em torno desse novo princípio – nem tão novo, mas apenas redimensionado – que deve ser construído o novo projeto hegemônico. E um dos princípios a fundamentar este novo projeto que, no campo do acesso ao ensino superior, nas universidades federais, está sendo inaugurado pela UnB e por todas as Universidades que adotaram políticas de ação afirmativa, e assim se comprometendo com o princípio da Igualdade de Oportunidades. (DEUS, 2008, p. 283).

Sobre as divergências que nascem do debate público sobre o sistema de cotas, Deus entende que são sintomas de um problema maior: o mito brasileiro da democracia racial. Os discursos contrários às políticas afirmativas e aos sistemas de cotas, “muitas vezes, têm sido enunciados por pessoas que representam o discurso que se tornou hegemônico no país sobre raça” (DEUS, 2008, p. 286). No caso das reações contrárias ao sistema de cotas, na discussão entre a comunidade acadêmica,

ainda são reflexos da ausência de debates sobre a questão racial nesse espaço. Esta ausência é refletida em falas com base no senso comum, tais como: a insistência de que o sistema de cotas contraria o mérito e o desempenho; a assertiva de que o sistema de cotas fere os princípios democráticos e republicanos; o receio de que as políticas de ação afirmativa e o sistema de cotas possam ser elementos fomentadores de conflitos raciais. E mais. As universidades brasileiras têm sido os espaços que vêm apresentando maior dificuldade frente à questão das relações raciais e do racismo. Seja pela falta de debates públicos sobre a questão, seja pela ausência de pesquisas que construam estudos críticos capazes de elaborar diagnósticos consistentes sobre as injustiças impostas aos herdeiros de Ananse pelo racismo e pela discriminação racial. (DEUS, 2008, p. 287).



A presença, portanto, dos herdeiros de Ananse nesse espaço dominado pela branquitude é de extrema urgência. Para a intelectual, as vitórias na implementação de um sistema de cotas nas universidades federais são resultado dos esforços dos herdeiros de Ananse na articulação das suas teias. O que está em ação aqui, para a militância envolvida nessa cena, é a elaboração de “estratégias políticas que possibilitem a eliminação dos efeitos do racismo e, ao mesmo tempo, propiciem aos herdeiros de Ananse desatar os nós das amarras históricas” (DEUS, 2008, p. 290). A entrada de estudantes negros na universidade, completa a autora, é uma das possibilidades para a luta antirracista: é a forma como os herdeiros de Ananse podem lutar contra a ideologia da branquitude, promover o reparo histórico de seus danos e ter voz na narração da sua história. “Aliás, uma só não, haverá sempre muitas histórias para os herdeiros da deusa Aranã, guardiã de todas as histórias existentes no mundo” (DEUS, 2008, p. 290).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa de doutorado de Deus não atestou a vitória da sanção da Lei de Cotas – e, talvez, por isso, torne-se excepcionalmente especial. Temos aqui o registro do esforço dos que a intelectual nomeia como os herdeiros de Ananse, a deusa aranha que conquistou o dom de contar histórias e as ofertou a suas filhas e filhos. É exatamente isso que Deus faz em sua escrita, acadêmica e militante: oferece uma perspectiva como um elemento participante de uma época crucial para a formulação posterior do que seria o sistema de cotas implementado em todas as instituições federais de ensino. A socióloga consegue abordar a questão das políticas de ação afirmativa e a ferramenta emergencial das cotas por uma ótica pragmática – relatando as dificuldades de sua implementação e os obstáculos práticos da ação; por uma ótica teórico-epistemológica, acionando questões fundamentais para a leitura das políticas públicas e da luta antirracista nas instituições; e por uma ótica da experiência da sua própria negritude. Trata-se, assim, de um trabalho cuidadoso, pessoal e coletivo, poético e político.

Deus é uma herdeira de Ananse que traça seus próprios fios, que se unem aos fios traçados por outros herdeiros em sua luta. Usando os termos de Jurema Werneck (2010, p. 15), a socióloga paraense é uma das mulheres negras que se contam dentro do seu próprio vocabulário, a partir da sua

própria estratégia, adotando um posicionamento capaz de expressar seu papel de agente na construção e transformação do tecido social. A metáfora de Ananse serve não só como fio condutor do pensamento da intelectual, mas como a própria reafirmação do valor e da história afro-brasileira e afro-latino-americana. A presença de Deus no cenário político e institucional do Estado, sua militância e sua perspectiva sobre as políticas de ação afirmativa e sistema de cotas são um exemplo da “recusa à degradação de quem somos, à sublimação das condições materiais imediatas da vida [...] ou ainda a nossa não adesão às demandas burguesas de manutenção do *status quo* econômico e político que nos aniquila” (WERNECK, 2010, p. 16).

As palavras de Deus se fazem mais fortes em um período no qual a produção científica e autonomia das instituições brasileiras de educação pública se veem em xeque – seja pelo próximo presidente eleito, Jair Bolsonaro, com sua ameaça à gratuidade dos cursos públicos (FORMENTI; NOSSA; FERNANDES, 2018) e possível indicação de reitores (ESTADÃO CONTEÚDO, 2018) para as universidades federais, ou mesmo pela perseguição política recente às instituições (AGÊNCIA Brasil, 2018). Em uma entrevista realizada em 2018, a respeito da disciplina sobre o golpe de 2016 ministrada por ela e cerca de outros 40 professores na UFPA, Deus comentou sobre a importância de manter as instituições de educação públicas, gratuitas e acessíveis:

Quais são as redes de solidariedade que nos restam? Se a universidade pública não pode expressar solidariedade, você acha que ela pode se expressar no mundo privado, onde reina uma concorrência brutal e onde os espaços de construção do pensamento e de deliberação popular estão ausentes? Nós, intelectuais, temos também outra responsabilidade. Os trabalhadores nos pagam para que nós possamos ter tempo para ler, para pensar, para debater e produzir conhecimento que possa melhorar as suas vidas no cotidiano. Voltamos ao mesmo princípio: a universidade pública tem compromisso social perante a sociedade brasileira e não pode se poupar de exercer a liberdade que muitos outros não desfrutam para falar e pensar de forma mais livre<sup>6</sup>.

---

6. MORHY, Erika. Curso sobre o golpe de 2016 na UFPA: entrevista com Zélia Amador de Deus. *Carta Maior*, 15 mar. 2018. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Antifascismo/Curso-sobre-o-golpe-de-2016-na-UFPA-Entrevista-com-Zelia-Amador-de-Deus/47/39602>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

A obra, o pensamento e a militância de intelectuais negras como Deus servem não só para trazer à academia a denúncia e a crítica de seu racismo institucional, mas também para abrir o caminho para mais herdeiras e herdeiros de Ananse nesses lugares. Como a própria socióloga defende, para que haja a construção de uma epistemologia não eurocêntrica, crítica à ótica da branquitude, é preciso, primeiramente, existir o *corpo negro* no espaço acadêmico. “O corpo do africano e o corpo de seus descendentes, para o bem ou para o mal, sempre vêm à cena, se põem e se expõem, transformam-se em texto no discurso que enuncia e anuncia. Em suma, um corpo que fala” (DEUS, 2011, p. 2).

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Após ordem do TRE, faculdade do Rio manda retirar bandeira antifascista. **Correio Braziliense**, 26 out. 2018. Disponível em: <[https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2018/10/26/interna\\_politica,715166/apos-ordem-do-tre-faculdade-no-rio-manda-retirar-bandeira-antifascist.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2018/10/26/interna_politica,715166/apos-ordem-do-tre-faculdade-no-rio-manda-retirar-bandeira-antifascist.shtml)>. Acesso em: 19 nov. 2018.

BRASIL. **Estatísticas de Gênero**: indicadores sociais das mulheres no Brasil, 8 jul. 2018. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf)>. Acesso em: 18 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Educação para as relações étnico-raciais. s.d. Disponível em: <<http://etnicoracial.mec.gov.br/10-menu-principal/112-cadara>>. Acesso em: 5 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Roda de conversa aborda desafios que chegam junto com a Lei de Cotas. Set. 2012. Disponível em: <[http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/noticias/ultimas\\_noticias/2012/09/roda-de-conversa-aborda-desafios-que-chegam-junto-com-a-lei-de-cotas](http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/noticias/ultimas_noticias/2012/09/roda-de-conversa-aborda-desafios-que-chegam-junto-com-a-lei-de-cotas)>. Acesso em: 16 nov. 2018.

DEUS, Amador de Deus. Centro de estudos e defesa do negro do Pará. **Cadernos de Pesquisa**, n. 63, nov. 1987.

\_\_\_\_\_. O corpo negro como marca identitária na diáspora africana. In: Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais: Diversidades e (Des) igualdades, 11, 2011, Salvador. **Anais...** Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2011.

\_\_\_\_\_. Os desafios da academia frente à Lei nº 10.639/03. **Revista Educação Pública**, v. 21, n. 46, maio/ago. 2012.

\_\_\_\_\_. **Os herdeiros de Ananse**: movimento negro, ações afirmativas, cotas para negros na Universidade. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

\_\_\_\_\_. Zélia Amador de Deus – Descolonizar #Negritude. SESC Boulevard, 22 ago. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BBzEfKmkS5g>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

ESPECIAL: Homenagem a uma guerreira paraense, Zélia Amador. **Portal Raoni**, 24 out. 2008. Disponível em: <<http://raoninfo.blogspot.com/2008/10/especial-homenagem-uma-guerreira.html>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

ESTADÃO CONTEÚDO. Nomes e até lista tríplice para a escolha de reitor estão na mira de Bolsonaro. **IstoÉ**, 22 out. 2018. Disponível em: <<https://istoe.com.br/nomes-e-ate-a-lista-triplice-para-escolha-de-reitor-estao-na-mira-de-bolsonaro/>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

FORMENTI, Lígia; NOSSA, Leonencio; FERNANDES, Adriana. Equipe de Bolsonaro quer cobrança de mensalidade em universidades federais. **Estado de S. Paulo**, 22 out. 2018. Disponível em: <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,equipe-de-bolsonaro-quer-cobranca-de-mensalidade-em-universidades-federais,70002557697>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, p. 223-244, 1984.

hooks, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 16, p. 193-210, jan./abr. 2015.

REZENDE, Thais et al. Zélia Amador traz o olhar ativista sobre as discriminações enfrentadas pela mulher negra. **G1 Pará**, 8 mar. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/zelia-amador-traz-o-olhar-ativista-sobre-as-discriminacoes-enfrentadas-pela-mulher-negra.ghtml>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da ABPN**, v. 1, n. 1, mar./jun. 2010.



## CAPÍTULO 5

# Jurema Werneck, do Morro dos Cabritos à Anistia Internacional: trajetória, resistência e ativismo pela saúde das mulheres negras

VÍVIAN CAMPOS<sup>1</sup>



Jurema Werneck / Crédito: Eduardo de Oliveira/Revista Radis

---

1. Jornalista, mestre e doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação Social, da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: [viviancampos7@gmail.com](mailto:viviancampos7@gmail.com)

## BREVE BIOGRAFIA

Jurema Pinto Werneck, brasileira, mulher, negra e lésbica, tem 56 anos e nasceu no Morro dos Cabritos, comunidade que está localizada atrás do bairro de Copacabana, na cidade do Rio de Janeiro (RJ). A família de Jurema Werneck era grande, formada por parentes, agregados e organizada em torno da bisavó, Maria Virgínia do Amaral, que viveu até os 101 anos. Werneck perdeu a mãe, Dulcinéa Maria Pinto Werneck, que era costureira, muito cedo, com 14 anos, vítima de um acidente vascular cerebral (AVC), não recebendo atendimento adequado no hospital. A ativista relata que os médicos examinaram a mãe e deram somente um analgésico e a mandaram de volta para casa. Anos mais tarde, quando se tornou médica e estudou a respeito dos sinais de um AVC, compreendeu que a mãe havia sido vítima de um erro médico e ficou muito triste e decepcionada com a constatação. Já o pai, Nilton de Souza Werneck, era alfaiate, mas também trabalhava como servente de pedreiro e porteiro para ter condições de criar a filha Jurema e os outros filhos, Mário Nilton Pinto Werneck e Mário Luis Pinto Werneck.

Werneck se formou em Medicina, pela Universidade Federal Fluminense (UFF), em 1986. Sobre ter se tornado médica, mesmo sendo pobre, mulher e negra, comenta que seus pais eram muito exigentes, cobravam que estudasse. Embora tivesse *déficit* de atenção e em razão disso tenha se tornado uma pessoa muito calada e com dificuldades para se adaptar muito bem à escola, a cobrança dos adultos era uma forma de estímulo para que se saísse bem nos estudos. “Estudei em escolas públicas e ainda sou a pessoa da minha família com mais anos na escola, estudei até o doutorado” (WERNECK, 2011, s.p.), frisa.

Os pais de Jurema trabalhavam horas seguidas e, muitas vezes, nem dormiam, para poder proporcionar uma vida melhor aos filhos e à filha. Ela relata que a escolha pela Medicina foi por acaso; na época do vestibular, não sabia qual curso escolher e o pai sugeriu Medicina e concordou. Jurema Werneck era a única pessoa negra da turma e sempre foi alvo de muito racismo. Conta que não gostou muito do curso, porque não se sentia inserida naquele ambiente hostil e racista. Era comum escutar, pelos corredores, afirmações como “pessoas negras fedem”. Já na prática médica, era frequente os pacientes entrarem em seu consultório e perguntarem pela médica, sendo que ela era a única pessoa na sala. “Hoje, por causa do meu trabalho, viajo muito a outros países e, do aeroporto para fora, é onde encontro menos

racismo. Não é que ele não exista, mas é diferente. Aqui, sou só a neguinha que alguém quer escorraçar”, relata Werneck (2018, s.p.).

O primeiro emprego na área de saúde foi na Secretaria Municipal de Assistência Social, onde trabalhou por cinco anos com medicina preventiva nas favelas cariocas. Em seguida, atuou como pesquisadora no Centro de Articulação de Populações Marginalizadas. Já em 1992, ajudou a fundar a organização não-governamental (ONG) Criola, voltada para a promoção dos direitos das mulheres negras. Concluiu, anos depois, o mestrado em Engenharia de Produção, pela Coordenação dos Programas de Pós-graduação de Engenharia/COPPE/UFRJ, em 2000, e, em 2007, finalizou o doutorado em Comunicação e Cultura, pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Em sua tese, intitulada *O samba segundo as Ialodês: mulheres negras e a cultura midiática*, Werneck (2007) buscou compreender os diferentes aspectos da participação das mulheres negras na música popular e no samba. Para isso, propôs como chave de leitura, que ajuda a deslocar os estereótipos das mulheres negras na historiografia do samba, a figura da Ialodê – o termo, originário do povo Iorubá, representa uma metáfora para exemplificar a liderança feminina. Como objeto empírico, apresentou uma biografia analítica de três sambistas negras (Leci Bandão, Alcione e Jovelina Pérola Negra) e trabalhou com as disputas por hegemonia implícitas na historiografia da música popular e do samba, analisando a obra dessas mulheres, a partir de aspectos de gênero e raça.

A trajetória acadêmica e profissional de Jurema Werneck se mescla e foi influenciada por sua militância pelos direitos das mulheres negras. Ela representou o Movimento Negro no Conselho Nacional de Saúde (2007-2012). Também foi coordenadora geral da 14ª Conferência Nacional de Saúde (2011), foi pesquisadora visitante do IESC/UFRJ (2012-2013) e bolsista da FAPERJ, em 2012-2013. É integrante do Grupo Assessor da Sociedade Civil da ONU Mulheres Brasil, do *Board of Directors do Global Fund for Women*, do Conselho Curador do Fundo Brasil de Direitos Humanos e do Comitê Técnico de Saúde da População Negra do Ministério da Saúde. Já em 2017, se tornou diretora da Anistia Internacional no Brasil, cargo mais importante da Anistia no país.

Werneck teve como inspiração duas mulheres negras em especial: a filósofa e ativista estadunidense Angela Davis e a cantora Leci Brandão, que



serviram de parâmetro desde o início de sua formação. Foi na faculdade que passou a atuar de maneira mais efetiva no movimento estudantil e, posteriormente, descobriu o feminismo e a luta das mulheres negras. Ela não participou de movimentos específicos da causa LGBT naquela época, embora sempre deixasse explícita sua orientação sexual. Jurema Werneck é casada há muitos anos com Luciene Fortuna, que é artista e artesã.

A atuação profissional, acadêmica e de militância de Jurema Werneck, contabiliza mais de 25 anos e sempre foi marcada por seu envolvimento com as questões das mulheres negras, a cultura afro-brasileira, o antirracismo, a saúde da população negra, as iniquidades em saúde e as políticas públicas para a equidade de gênero e raça. Neste artigo, iremos dar destaque à atuação de Jurema Werneck na temática de saúde da população negra.

## **CRIOLA E ANISTIA INTERNACIONAL**

A ONG Criola foi fundada em 1992 e tem como objetivo a defesa e a promoção dos direitos das mulheres negras. A ONG atua nas áreas de justiça e direitos humanos; saúde; memória e reconhecimento; arte/empreendedorismo e trabalho; formação, difusão do pensamento das mulheres negras (CRIOLA, s.d.).

Em fevereiro de 2017, ao se tornar diretora executiva da Anistia Internacional no Brasil, Jurema Werneck precisou se afastar da direção da Criola, mas foi por meio de seu ativismo na ONG que, juntamente de suas companheiras, conseguiu alcançar diversos avanços para as mulheres negras em várias frentes de atuação. Em uma entrevista concedida em 2012, conta que a ONG faz parte de uma longa tradição já existente entre as mulheres negras, iniciada com as ancestrais que foram escravizadas, que se organizam em movimentos secretos, sejam políticos ou religiosos (WERNECK, 2012).

Embora, na atualidade, as organizações não precisem mais ter uma atuação secreta, a luta pela garantia dos direitos das mulheres negras permanece como uma bandeira. A intelectual também destaca alguns êxitos obtidos ao longo destes anos, como a garantia do direito à saúde,

[...] a obrigação do SUS de enfrentar o racismo e ter um olhar especial para os riscos que o racismo patriarcal impõe à nossa saúde e à qualidade da atenção à saúde que recebemos (através da criação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra)... Temos o direito de participar do

Conselho Nacional de Saúde (ainda que de forma minoritária). Mas, no restante, nossa luta, que não é nova, prossegue. Pois o conservadorismo se expande e traz novos riscos. (WERNECK, 2012, s.p.).

A Anistia Internacional foi criada em 1961, mas somente em 2012 passou a ter uma sede no Brasil. Atualmente, está presente em mais de 150 países, e é um movimento global, com mais de 7 milhões de apoiadores, que realiza ações e campanhas para que os direitos humanos sejam internacionalmente reconhecidos e protegidos. A instituição é mantida por meio de doações de pessoas físicas e fundações.

Nos últimos anos, a Anistia tem atuado mais fortemente em ações que objetivam promover uma maior visibilidade do debate sobre o homicídio de jovens negros na agenda pública nacional, como também no reconhecimento da organização como voz independente para os direitos humanos, fortalecendo a mobilização da comunidade global contra violações no Brasil e a construção de uma forte rede de ativistas e doadores comprometidos em apoiar os direitos humanos nos países. Apesar de não estar ligada a governos ou instituições, desde 1964, a instituição tem *status* consultivo especial na Organização das Nações Unidas (ONU), ou seja, a Anistia é consultada pela ONU quando o assunto se refere às questões sobre direitos humanos.

Neste momento, a Anistia Internacional no Brasil está focada na apuração do assassinato da vereadora carioca Marielle Franco e de seu motorista, Anderson Gomes, mortos em 14 de março de 2018 e que até o momento em que este artigo foi produzido (17 de dezembro de 2018) ainda não se sabe quem foram os responsáveis (O LABIRINTO..., 2018). Marielle era uma mulher negra, de origem periférica, lésbica e tinha como bandeiras de luta política a preservação dos direitos humanos e a denúncia dos abusos policiais contra a população negra e vulnerável.

Em razão desse assassinato cruel e motivado por questões políticas, raciais, sociais e de gênero, em outubro de 2018, a Anistia Internacional lançou, no Brasil, sua maior campanha global de promoção dos direitos humanos, intitulada “Escreva por Direitos” (*Write for Rights*) (CASO MARIELLE FRANCO..., 2018). Nesse ano, o foco da campanha está nas mulheres, nas questões de gênero e na luta das mulheres ativistas que são defensoras dos direitos humanos, destacando que a discriminação, o abuso, a intimidação e a violência afetam de forma desproporcional as mulheres e,

em particular, as que se posicionam publicamente na sociedade, como foi o caso de Marielle Franco. A campanha anual da Anistia seleciona pessoas/comunidades ou até mesmo casos emblemáticos de violações de direitos humanos para serem debatidos e apresentados por ativistas e apoiadores à comunidade internacional. Normalmente, são realizadas várias atividades que têm o objetivo de mobilizar a comunidade a escrever cartas que manifestem solidariedade às pessoas vítimas de violências, sendo destinadas às autoridades e aos governos.

Em 2018, o destaque está em dez casos de violação de direitos humanos, incluindo o assassinato de Marielle Franco. Os demais envolvem a situação de violação dos direitos humanos de oito mulheres, de vários países, como Quênia, Ucrânia, Marrocos, Venezuela, África do Sul, Quirguistão, Irã, Índia e Vietnã e um caso se relaciona a uma comunidade no Quênia, cujas mulheres estão sendo impactadas pela expulsão de suas terras ancestrais. Na época do lançamento da campanha, Jurema Werneck deu a seguinte declaração:

Sete meses após o assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes, é fundamental que continuemos firmes exigindo respostas, pressionando para que os verdadeiros responsáveis sejam identificados e levados à justiça. A história de vida de Marielle, dedicada à defesa de direitos humanos, agora se junta à história de mulheres de outros nove países que lutam incansavelmente por um mundo mais justo. Queremos que estas mulheres sejam apoiadas e que estes exemplos inspirem ainda mais as pessoas a lutar por direito. (WERNECK apud CASO MARIELLE FRANCO..., 2018, s.p.).

## ATIVISMO E SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA

Falar de saúde é dar expressão ao corpo. É escutá-lo como corpo expressivo, sensível, vulnerável, transcendente. Falar de saúde da mulher negra é também falar do corpo estético-político, pois, é do corpo-marcado por experiências pessoais singulares de exclusão, pelos poderes sociais hostis – de onde parte o poder e a ética da mulher negra... Designar a diferença racial como direito afirmando nas lutas das mulheres por acesso a atendimento digno à saúde, integridade corporal, autonomia e respeito a valores e crenças é apontar formas diversas e criativas de inclusão. (F. CARNEIRO, 2006, p. 22).

Jurema Werneck é médica por formação e, embora não exerça a profissão há alguns anos, seguiu atuando no campo da saúde, enquanto ativista do movimento das mulheres negras, lançando luz às consequências negativas do racismo para a saúde da população negra e, em especial, para a saúde da população negra feminina. Em grande parte de suas entrevistas sobre o assunto e também nos textos, artigos e ensaios, a intelectual destaca que os indicadores de saúde da população negra sempre são piores, se comparados com os da população branca. “Perdemos anos de vida, por razões evitáveis: mortes no parto, violência, doenças infecciosas, agravos mal diagnosticados e maltratados, negligência... Isto, considerando que somos atendidas pelos mesmos profissionais que atendem as brancas” (WERNECK, 2011, s.p.).

Com seu trabalho de ativista à frente da ONG Criola, circulou pelo país e pelo mundo falando da importância da defesa dos direitos das mulheres negras e da necessidade de se enfrentar o racismo, o sexismo e a lesbofobia. Em relação ao campo da saúde, fez parte do Conselho Nacional de Saúde, coordenou uma Conferência Nacional de Saúde, pesquisou sobre a temática e fez parte do Comitê Técnico de Saúde da População Negra do Ministério da Saúde. Nessa área, fez e faz apresentações, concede entrevistas sobre vários tópicos, como racismo institucional, o crescimento da Aids entre as mulheres negras, esterilização das mulheres negras, doenças negligenciadas e a maneira como o Zika vírus afetou as mulheres negras e seus filhos.

De acordo com Werneck (2016), o estudo da saúde da mulher negra não tem sido considerado relevante como campo de conhecimento na área de Ciências da Saúde. A produção de conhecimento científico é praticamente inexistente e a temática raramente faz parte do currículo dos cursos de graduação e pós-graduação em saúde. A autora também pontua que as reivindicações da população negra e, em especial, do Movimento das Mulheres Negras, por melhorias no acesso ao sistema de saúde, já existem há muitos anos e também estiveram presentes e contribuíram com o movimento de Reforma Sanitária no Brasil<sup>2</sup> e a posterior criação do Sistema Único de Saúde (SUS). Contudo, suas contribuições não resultaram em um sistema de saúde público realmente livre das barreiras do racismo. Nota-se que, de maneira geral, o meio acadêmico tende a não se interessar por pesquisas

---

2. A Reforma Sanitária no Brasil nasceu no contexto da luta contra a ditadura, no início da década de 1970. A expressão foi usada para se referir ao conjunto de ideias que se tinha em relação às mudanças e transformações necessárias na área da saúde (FIOCRUZ, s.d.).

que tratem da saúde da população negra e, em específico, da saúde da mulher negra. Diante disso, constatamos a relevância do papel desempenhado pelas mulheres negras ativistas no campo da saúde pública, como é o caso de Jurema Werneck.

Kia Caldwell (2014) destaca o papel das mulheres negras e ativistas em seus esforços para chamar a atenção para o impacto que a discriminação racial e a exclusão social promovem sobre a saúde da população negra no Brasil. Ela ressalta que o ativismo das mulheres negras na área de saúde, inicialmente, despertou para as preocupações sobre os direitos reprodutivos das mulheres negras e, em seguida, ampliou-se para outros problemas de saúde que as afetam. De todo modo, o ativismo engloba também as necessidades da população vulnerável de maneira geral.

Caldwell (2014) cita algumas organizações que exerceram um papel muito importante nesse campo: Maria Mulher, de Porto Alegre (RS); Geledés, de São Paulo (SP); Criola, do Rio de Janeiro (RJ), e Associação Cultural de Mulheres Negras, de Porto Alegre (RS). Todas foram fundadas nas décadas de 1980 e 1990, e têm desempenhado uma tarefa importante em promover uma maior consciência das especificidades das experiências das mulheres negras em relação à saúde, “chamando a atenção para as maneiras pelas quais as questões de gênero, étnico-raciais e a dinâmica de classes formam modelos de doença e de bem-estar no Brasil, bem como a acesso à qualidade de vida” (CALDWELL, 2014, p. 96).

Sobre a prática do ativismo das mulheres negras, Caldwell retoma Kimberlé Crenshaw, destacando que a prática das mulheres negras ativistas reflete uma visão interseccional, que considera a raça, o gênero, a classe, a sexualidade, entre outros fatores, como essenciais para poder se compreender suas vivências.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais de dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos de desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Para Crenshaw (2002), o racismo é diferente do patriarcalismo, que é distinto da opressão por classe, por exemplo – o que ocorre é que esses vários eixos se cruzam e se sobrepõem. Ao se ter uma visão universalista das opressões, adotando como parâmetro de universal somente as experiências dos homens e brancos, outras opressões e vivências tendem a ser silenciadas ou colocadas em lugares marginais.

Já o ativismo praticado pelas mulheres negras, além de enfatizar que características como raça, o gênero, a classe e a orientação sexual podem influenciar e afetar a condição de saúde dessas pessoas, desconstrói o mito da democracia racial, o qual sustenta que não há racismo no Brasil, porque “somos todos iguais”. Trazendo essa perspectiva da democracia racial para o olhar da saúde, podemos ser levadas a crer, de modo equivocado, que não haveria preconceito racial em relação à assistência à saúde oferecida à população brasileira, porque, afinal, todas as pessoas seriam tratadas da mesma forma, o que, de fato, não ocorre, pelo contrário. Esse modo de pensar pode até mesmo fortalecer práticas e comportamentos que irão aprofundar ainda mais o racismo institucional.

Uma situação relativamente recente que ilustra o quanto a população negra, em especial as mulheres negras, é afetada por doenças evitáveis é o problema do Zika vírus, no Brasil. Conforme informações do boletim *A epidemia de Zika e as mulheres negras* elaborado por Werneck (2016), as mulheres negras estão muito mais expostas ao Zika e às demais doenças transmitidas pelo *Aedes aegypti*, porque grande parte delas vive em regiões em que a falta de saneamento básico e a necessidade de guardar água potável estabelece um ambiente favorável para a reprodução do mosquito. Segundo a médica, o descumprimento do direito básico de moradia, o fornecimento irregular de água e a coleta inadequada de lixo são o que está por trás das seguidas epidemias de dengue nos últimos 30 anos e da multiplicação da Zika e da Chikungunya mais recentemente.

Em entrevista à Agência Brasil (BRITO, 2016), Werneck ressalta que não há registro de dados epidemiológicos da doença com recorte por raça. Embora o Estatuto da Igualdade Racial, aprovado em 2011, determine isso, o Ministério da Saúde não inseriu o dado raça/cor ao criar a ficha de notificação obrigatória para o Zika. Portanto, não é possível quantificar com precisão quantas mulheres negras tiveram a doença ou quantas estão suscetíveis a gerar uma criança com a síndrome congênita. Porém, a ativista

salienta que estudos iniciais apontam que 70% dos bebês com microcefalia são filhos de mulheres negras. Apesar de não existirem os dados oficiais, Pernambuco, o estado mais afetado pela epidemia, tinha, até outubro de 2016, 392 casos confirmados de bebês com microcefalia, sendo que desses casos, 223 (57,3%) eram filhos de famílias vinculadas ao Cadastro Único de benefícios sociais (BRITO, 2016). Por esse cadastro, é possível constatar que 70% das mães eram jovens de 14 a 29 anos, sendo 77% negras. Além disso, 89% delas estariam aptas a receber o Benefício de Prestação Continuada (BPC), concedido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a idosos ou pessoas portadoras de alguma deficiência e que ganham menos de um quarto do salário-mínimo por mês, o que equivalente a R\$ 220. Ao cruzarmos estes dados e informações, é possível perceber o perfil predominante das mães de crianças com microcefalia: nordestinas, pobres e negras.

Outro diferencial do ativismo das mulheres negras destacado por bell hooks<sup>3</sup> (2015) relaciona-se ao fato que elas não dispõem de um “outro” institucionalizado para que possam discriminar, explorar ou oprimir. A experiência de vida das mulheres negras, muitas vezes, desafia a estrutura social racista, machista e classista. “Essa experiência pode moldar nossa consciência de tal maneira que nossa visão de mundo seja diferente da de quem tem um grau de privilégio – mesmo que relativo, dentro do sistema existente” (hooks, 2015, p. 208). Então, é possível inferirmos que esse ponto de vista singular das mulheres negras confere a elas maior credibilidade, conhecimento e vivência por terem maior empatia com quem vive o problema. As mulheres negras, por muitas vezes estarem inseridas em situações de vulnerabilidade, são mais sensíveis para perceber práticas machistas, racistas e classistas que possam ocorrer.

Sueli Carneiro (2006) ressalta que a atuação dos movimentos das mulheres negras está ampliando a agenda do ativismo negro, porque revela novas particularidades da violência racial. Assim, as questões referentes à saúde da população negra ganham relevância e apresentam um aspecto ainda mais preocupante, quando se pensa na lógica do genocídio das pessoas negras no país.

---

3. bell hooks é o pseudônimo adotado pela escritora negra estadunidense Gloria Jean Watkins. O nome foi inspirado em sua bisavó materna, Bell Blair Hooks. Por opção da própria autora, a grafia do nome é em minúsculo.

A negritude está inscrita sob o signo da morte no Brasil, isso porque há profundas distinções no processo nascer-adoecer-morrer ou tão somente no processo viver-morrer dos negros e brancos, que se somam a predisposições genéticas próprias da população negra, com as condições sociais díspares desses grupos (CARNEIRO, 2005, p. 74). Portanto, é a racialidade no Brasil que determina o processo de saúde, doença e morte, ou seja, quem irá viver ou morrer. Carneiro também ressalta que Michel Foucault, ao inscrever o racismo no âmbito do biopoder, deixou explícito que o racismo funcionaria enquanto uma tecnologia de poder, “voltada para a preservação da vida de uns e de abandono de outros à exposição da morte, [que] presta-se à determinação sobre o deixar morrer e o deixar viver” (S. CARNEIRO, 2005, p. 77). Seria como se uma vida valesse menos do que outra, e o critério utilizado para realizar essa escolha fosse o da cor da pele.

Em 2016, o Instituto da Mulher Negra Geledés e a Organização de Mulheres Negras Criola lançaram o dossiê *A situação dos Direitos Humanos das mulheres negras no Brasil – violências e violações*. O documento, apresentado na 157ª sessão da Comissão da Organização dos Estados Americanos (OEA), apresentadas diferentes formas de violações de direitos humanos de mulheres negras brasileiras. Na parte de saúde das mulheres negras, o dossiê destaca que 62% das mulheres que morrem durante o parto são negras e, do total de mulheres negras gestantes, apenas 55% realizam as sete consultas de pré-natal recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), sendo que a média nacional, em 2012, era de 62,4%. Conforme o relatório, a taxa de mortalidade materna e as possibilidades de sua redução estão diretamente relacionadas ao acesso e à qualidade dos serviços de saúde ofertados. Ou seja, a maioria das mortes pode ser evitada por meio de uma política pública adequada, o que inclui a realização de sete ou mais consultas de pré-natal com realização de exames físicos e laboratoriais listados nos protocolos de assistência pré-natal e a disponibilização de rede de atenção à gestante, capaz de prestar serviços de qualidade e sem discriminação. As mulheres negras também são mais suscetíveis quando se trata de doenças como HIV/Aids, hipertensão arterial, diabetes, miomas, doenças provocadas pela falta de saneamento básico e no âmbito da saúde mental.

Assim, conforme ressaltado, ao longo dos anos, a temática referente à saúde da população negra e, em especial, da mulher negra não foi considerada um assunto que merecesse pesquisas ou maiores preocupações por



parte da comunidade acadêmica. Visto que uma de suas consequências é o silenciamento da temática, tais questões não chegaram às esferas de poder, deixando, portanto, de fazer parte da agenda pública de governos, nos últimos anos. Não podemos esquecer que os governos também se pautam no conhecimento científico para a elaboração de suas políticas públicas. No entanto, felizmente, esse silenciamento não foi integral, graças à atuação resistente dos movimentos sociais e das ativistas e intelectuais negras, que nas últimas décadas, conseguiram garantir uma pequena visibilidade, mesmo que incipiente, resultou em importantes vitórias no campo da saúde pública e do cuidado da população negra. Um dos maiores exemplos que podemos citar foi o da criação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, por parte do Ministério da Saúde, fruto do trabalho dos movimentos sociais e das ativistas negras.

## APONTAMENTOS FINAIS

Para Werneck (2010), as mulheres negras não existem, na verdade, são invisíveis a partir do olhar hegemônico. Segundo ela, as mulheres negras,

como sujeitos identitários e políticos, são resultado de uma articulação de heterogeneidades, resultante de demandas históricas, políticas, culturais, de enfrentamento das condições adversas estabelecidas pela dominação ocidental eurocêntrica ao longo dos séculos de escravidão, expropriação colonial e da modernidade racializada e racista que vivemos. (WERNECK, 2010, p. 10).

É importante compreender que a mulher negra, percebida como um ser subjetivo e não universal, não é vista enquanto um ser singular tão somente pela benevolência de quem sempre esteve à frente da dominação. Para isso acontecer foi e é necessário muita luta e resistência. Se, de um lado, a luta e a resistência operacionalizadas pelos movimentos sociais possibilitaram que as próprias mulheres negras passassem a se ver como seres complexos e dotados de direitos, sentindo-se, portanto, empoderadas para também se engajar e dar corpo à luta; de outro lado, a sociedade passou a ser pautada por essas temáticas e, de alguma maneira, se estabeleceu um processo longo e pedagógico em que as pessoas foram se apropriando dos conceitos e das reivindicações dos movimentos, e puderam compreender melhor e até mesmo discutir e pensar a respeito dos assuntos.

Sendo assim, foram e são os movimentos sociais e o trabalho de enfrentamento das ativistas que possibilitam que a mulher negra fosse enxergada como um ser único, peculiar e subjetivo. Werneck (2007, p. 66) se apropria do termo *Ialodê* para dizer que, nos dias de hoje, são também as mulheres negras que desempenham a tarefa de zelar pela sociedade, de lutar pela manutenção e existência dos direitos. *Ialodê* é a forma brasileira da palavra em língua iorubá *Ìyálóde* ou *Iyálóde*. O iorubá é a língua comum trazida pelos africanos escravizados, no final do século XVIII, oriunda da região que hoje podemos identificar como Nigéria. Ainda permanece ativa no país, em comunidades religiosas de matriz africana, em especial às ligadas à religião do Candomblé. De acordo com Werneck (2007, p. 66), “o Candomblé pertence a um conjunto maior de religiões de matriz africana no Brasil, sendo mais conhecidas a Umbanda e o Candomblé, principalmente. Este último, cujas tradições têm origem nas ‘nações’ de Angola, Congo, Jeje e Ijexá”.

Conforme algumas das tradições do Candomblé, a *Ialodê* seria um dos títulos conferidos a duas orixás, Oxum e a Nanã. Oxum é a orixá feminina que se identifica com a fertilidade e a capacidade enxergar o futuro. Também é relacionada com as águas dos rios, das cachoeiras, com a riqueza e com o ouro, e sua cor é a amarela. Oxum, por meio do trabalho e da luta, conseguiu reverter as estruturas de poder e riqueza. Já Nanã tem idade avançada e apresenta algumas características também percebidas em Oxum, como sua relação com as águas, porém, no seu caso, é alusiva à lama, que representa a matéria-prima da vida, que se associa também à fecundidade e à maternidade. Sua cor é o roxo ou o lilás.

A intelectual lembra que o título de *Ialodê* ocorre em razão da atuação política das duas orixás, que se destacaram por confrontarem o poder patriarcal/masculino e pela luta pela igualdade de poderes entre homens e mulheres. Mas, para além da história oral das orixás, tendo nela seu ponto de partida, o título, na tradição africana, serve também para nomear as mulheres e lideranças políticas femininas que se destacam na atuação em suas comunidades. “*Ialodê* afirma também sua presença nas coisas mundanas, porém não domésticas. A rua, o mercado e a cidade são seus espaços, territórios do protagonismo feminino” (WERNECK, 2007, p. 67).

As ancestrais africanas sempre tiveram papel de destaque em suas comunidades: “ao contrário do que afirmam muitas e muitos, a ação política das mulheres negras nas diferentes regiões não foi uma novidade inaugurada

pela invasão europeia e instauração da hegemonia cristã” (WERNECK, 2010, p. 14). Pelo exemplo das Ialodês, foi notado que a política era um atributo feminino, mesmo antes da cultura africana ter encontrado as demais. Isso nos ajuda a compreender que tais manifestações das mulheres precederam a noção conceitual do feminismo, embora tenham sido desconsiderados como práticas que poderiam, de alguma maneira, influenciar o feminismo que conhecemos hoje.

Conforme Werneck (2010) evidencia, a exclusão da presença das mulheres negras e das não brancas, tanto dos relatos da história política brasileira e mundial, quanto da história do feminismo, deve ser percebida como uma das estratégias de invisibilização e subordinação dessas pessoas,

ao mesmo tempo em que pretendem reordenar a história de acordo com o interesse dos homens e mulheres brancas. Isso permite apontar o quanto tal invisibilização tem sido benéfica para aquelas correntes feministas não comprometidas com a alteração substantiva do *status quo*. (WERNECK, 2010, p. 16).

Assim, são as Ialodês – termo que, traduzido para nossa realidade atual, seria uma metáfora para simbolizar a mulher ou as mulheres que lutam e desempenham um papel de liderança dentro de seu grupo social – pessoas primordiais na tarefa de retirar da invisibilidade e do silenciamento as subjetividades das mulheres negras e apresentar à esfera pública todas as questões que afetam suas vidas. Foi por meio do trabalho desempenhado por verdadeiras Ialodês da atualidade, uma delas, Jurema Werneck, que é possível hoje ser reconhecida a necessidade de se considerar o critério da raça como mais um elemento indispensável para se pensar em uma saúde pública de forma ampla e realmente universal, equânime e integral, conforme os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) determinam.

## REFERÊNCIAS

APÓS OITO meses, investigação sobre o assassinato de Marielle Franco parece um labirinto de caminhos inexplorados. **Anistia Internacional**, 14 nov. 2018. Disponível em: <<https://anistia.org.br/noticias/apos-oito-meses-investigacao-sobre-o-assassinato-de-marielle-franco-parece-um-labirinto-de-caminhos-inexplorados-e-becos-sem-saida-affirma-anistia-internacional>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

CALDWELL, Kia Lilly. A militância das mulheres negras e o desenvolvimento do campo de saúde da população negra no Brasil. In: SILVA, Joselina. PEREIRA, Amauri Mendes (Org.). **O movimento de mulheres negras: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil**. Belo Horizonte: Nandyala, 2014. p. 91-105.

CARNEIRO, Fernanda. Nossos passos vêm de longe... In: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maisa; WRITE, Evelyn C. **O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe**. 2.ed. Rio de Janeiro: Pallas/Criola, 2006. p. 22-41.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 339f. Tese (Doutorado em Filosofia da Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CASO MARIELLE Fraco é destaque da maior campanha de direitos humanos do mundo. **Anistia Internacional**, 10 out. 2018. Disponível em: <https://anistia.org.br/noticias/caso-marielle-franco-e-destaque-da-maior-campanha-de-direitos-humanos-mundo>>. Acesso em: 17 nov. 2018.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, 2002, p. 171-187.

FIOCRUZ. **Reforma sanitária**. s.d. Disponível em: <<https://pensesus.fiocruz.br/reforma-sanitaria>>. Acesso em: 17 nov. 2018.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, p. 223-244, 1984.

hooks, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 16, p. 193-210, jan./abr. 2015.

QUEM somos. **Criola**. Disponível em:<<http://criola.org.br>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

WERNECK, Jurema Pinto. **O samba segundo as ialodês: mulheres negras e a cultura midiática**. 2007. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

WERNECK, Jurema. A epidemia de zika e as mulheres negras. **Articulação de Organizações de Mulheres Negras do Brasil**, fev. 2016. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/a-epidemia-de-zika-virus-e-as-mulheres-negras-2o-dados-nao-oficiais-70-bebes-com-microcefalia-sao-filhos-de-negras/>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. Brasil não avançou no enfrentamento concreto ao racismo, diz ativista. Entrevista concedida à repórter Maiana Diniz. **Agência Brasil**, 8 mar. 2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-03/brasil-nao-avancou-no-enfrentamento-concreto-ao-racismo-diz>> Acesso em: 15 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Entrevista com Jurema Werneck, militante do Movimento Negro, militante da Saúde, fala sobre política, racismo e religião. Entrevista concedida a Oluandeji. **Religiosos Afro brasileiras e Política**, 27 fev. 2012. Disponível em: <<https://religioesafroentrevistas.wordpress.com/2012/02/27/entrevista-com-jurema-verneck-militante-do-movimento-negro-militante-da-saude-fala-sobre-politica-racismo-e-religiao>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Jurema Werneck: a voz da resistência. Entrevista concedida à repórter Adriana Ferreira Silva. **Marie Claire**, 14 abr. 2018. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/jurema-verneck-voz-da-resistencia>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Jurema Werneck: médica e coordenadora da Organização não governamental Criola. Entrevista concedida ao Jornal Mulier. **Jornal Mulier**, 3 mar. 2013. Disponível em: <<http://jornalmulier.com.br/jurema-verneck-medica-e-coordenadora-da-organizacao-nao-governamental-criola>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da ABPN**, Rio de Janeiro v. 1, p. 8-17, mar./jun. 2010.

\_\_\_\_\_. O desafio das Ialodês: mulheres negras e a epidemia de HIV/AIDS. In: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maisa; WRITE, Evelyn C. **O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe**. 2.ed. Rio de Janeiro: Pallas/Criola, 2006. p. 95-102.

\_\_\_\_\_. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 535-549, 2016.

\_\_\_\_\_; IRACI; Nilza. **A situação dos direitos humanos das mulheres negras no Brasil: violências e violações**. 2017. Disponível em: <<http://fopir.org.br/wp-content/uploads/2017/01/Dossie-Mulheres-Negras-.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2018.

## CAPÍTULO 6

# Reflexões sobre as contribuições teórico-metodológicas da intelectual negra Kimberlé Crenshaw e seu conceito de interseccionalidade

BÁRBARA CALDEIRA<sup>1</sup>



Kimberlé Crenshaw / Crédito: Columbia Law School/Divulgação

---

1. Jornalista, mestra em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais, doutoranda na mesma instituição e programa. E-mail: [barbaralopcaldeira@gmail.com](mailto:barbaralopcaldeira@gmail.com)

## NOTAS PRELIMINARES

Em 2016, a defensora dos direitos civis afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw, professora de Direito da Universidade da Califórnia e da Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, deu uma palestra no circuito TEDWomen, um projeto especial da organização TED, que busca espalhar ideias que merecem ser compartilhadas. Intitulada “*The Urgency of Intersectionality*” (“A urgência da interseccionalidade”), a fala de cerca de vinte minutos, inserida em um circuito voltado para a valorização do que mulheres têm a dizer, é impactante e traz um resumo acessível, para o público em geral, do trabalho que a pesquisadora vem desenvolvendo em torno da ideia. Cunhado por Crenshaw, o conceito da interseccionalidade foi popularizado, de acordo com a intelectual negra Carla Akotirene (2018), após a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância, realizada em Durban, África do Sul, em 2001.

A apresentação, disponível na internet, tem início com Crenshaw propondo uma dinâmica para a plateia. Ela pede para que todas as pessoas presentes que tenham condições de levantar que se coloquem em pé e que se assentem caso ela diga algum nome de uma lista que fora desconhecido. Em seguida, quatro nomes são proferidos: Eric Garner, Mike Brown, Tamir Rice, Freddie Gray. Aos poucos, as pessoas da plateia se assentam e, ao final dessa lista, metade do auditório ainda estava em pé, o que significa que metade das pessoas presentes reconhecia o que aqueles nomes queriam dizer. Crenshaw faz essa observação e prossegue com mais quatro nomes: Michelle Cusseaux, Tanisha Anderson, Aura Rosser, Meagan Hockaday. Dessa vez, mais pessoas tomam seus assentos a cada nome, até que restam apenas quatro pessoas em pé. Crenshaw, então, explica o experimento. No primeiro grupo, constavam nomes de homens afro-americanos mortos pela polícia em um período de cerca de dois anos; enquanto o segundo grupo era composto por nomes de mulheres afro-americanas também assassinadas pela violência policial. Então, Crenshaw faz o alerta que conduz seu raciocínio ao longo da apresentação: “Apenas uma coisa distingue os nomes que vocês reconheceram dos nomes que vocês não reconheceram: o gênero” (CRENSHAW, 2016, s.p.).

De acordo com ela, o resultado obtido com aquela plateia específica não apresentava diferenças em relação a outras dúzias de vezes em que realizara a mesma dinâmica. Não importava se o grupo era composto por organizações

pelos direitos das mulheres, grupos de direitos civis, professores, estudantes, psicólogos, sociólogos, até mesmo membros progressistas do Congresso americano. O público, em sua maioria, sempre desconhecia o segundo conjunto de nomes, demonstrando um nível de consciência muito baixo quanto à realidade da violência policial que acomete as mulheres negras nos Estados Unidos. Tomando a liberdade de deixar o termo “*frame*” por enquanto sem tradução, mesmo que tenha sido traduzido como “padrão” na legenda do vídeo, Crenshaw (2016, s.p.) afirma que “os nomes dessas mulheres têm fugido da consciência porque não há ‘*frames*’ para as enxergarmos, não há ‘*frames*’ para nos lembrarmos delas, não há ‘*frames*’ para guardar seus nomes”. Ela indica que, como consequência, os jornalistas não falam sobre essas mulheres; legisladores, por sua vez, não pensam nelas; e políticos não são demandados a dialogar com elas. Ou seja: a invisibilização das mulheres negras no plano do não reconhecimento de uma violência específica, que não é motivada nem apenas por questões raciais, nem apenas por questões de gênero, instaura um espiral também de invisibilização midiática, de políticas públicas.

Quanto aos “*frames*” ali não traduzidos, acredito que é interessante pensá-los como uma ideia de quadro, ou mesmo de moldura, possíveis traduções para o termo em inglês. Assim, há a ausência de um quadro possível que englobe a complexidade da experiência dessas identidades; de uma moldura que não corte violentamente as bordas no sentido de deixar de fora o que é mais importante para a compreensão dessas agressões: o arranjo. E é para esse arranjo que Crenshaw aponta: a violência policial contra as mulheres desconhecidas citadas não se deu porque são mulheres e são negras, mas porque são mulheres-negras, posicionadas nesse fluxo de raça e gênero, mas também perpassadas por outros fluxos, como classe.

O preâmbulo que acabo de fazer é uma espécie de justificativa para o fato de ter escolhido a intelectual Kimberlé Crenshaw para escrever sobre, nesse conjunto de outras autoras e trajetórias. Pesquisando feminicídios há algum tempo, mais especificamente narrativas jornalísticas acerca desses crimes, me dei conta de que, tradicionalmente, na academia, uma abordagem interseccional para dizer da violência contra a mulher não é de fato priorizada. Há, porém, alguns ótimos exemplos, como a pesquisa de Bruna Cristina Jaquetto Pereira (2016), na qual a questão racial toma posição estruturante para a compreensão dessa violência, mesmo que não enunciada de maneira



consciente e com o mesmo peso do gênero no relato de mulheres vítimas. Isso é perceptível, por exemplo, no caso de uma entrevistada que afirma que era sempre destrutada e sobrecarregada com tarefas domésticas pelo pai na infância por ser a “menos clara” das irmãs. Além disso, as agressões eram direcionadas comumente para ela, às vezes, de forma indireta em confrontos do pai com a mãe, em que eram proferidas frases como “essa sua neguinha não vale bosta” (PEREIRA, 2016, p. 73-74).

Na maior parte das pesquisas, porém, fala-se de uma espécie de violência universal contra uma categoria universal que seria o ser mulher, com algumas “pinceladas” de interseccionalidade, como quem toma um conjunto como aprioristicamente homogêneo e apenas o matiza como algo residual. Essa prática é, entre vários outros fatores, devedora da valorização de um pensamento feminista branco, tomado como universal, dentro do ambiente acadêmico, que culmina em visões muito limitadas sobre qualquer temática inicialmente centrada nas questões de gênero, visto que esse aspecto não pode ser tomado isoladamente. Por esse motivo, para a pesquisa que desenvolvo e para todas as outras, a interseccionalidade é um importante conceito, mas também um operador metodológico potente. É uma espécie de guia para percepção complexa de situações de opressão.

Foi por conta desse contexto que escolhi Crenshaw entre tantas intelectuais negras de contribuições inestimáveis que são desvalorizadas pela academia: pela força e urgência de se pensar a interseccionalidade, na função de conceito, mas também como potência metodológica para a academia e para a vida, como o título de sua palestra no TEDWomen já indica. Como mulher branca e, por isso, privilegiada em uma série de experiências, me coloco aqui em um exercício de aprendizado mais do que qualquer coisa, para fazer um movimento de desestabilização de um olhar perigoso que torna homogênea a experiência de ser mulher e a violência contra a mulher. Kimberlé Crenshaw, bem como outras intelectuais negras, denunciam a complexidade desses fenômenos empíricos e seus desdobramentos e, consequentemente, da abordagem em relação a eles quanto à construção de políticas públicas, análises acadêmicas e formas de enfrentamento. Na abertura do livro de Akotirene (2018), a professora e pesquisadora Ângela Figueiredo, do Centro de Artes, Humanidades e Letras, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, diz que, como a autora desenvolve na obra a partir de Crenshaw, a interseccionalidade representa ainda, para as mulheres negras,

uma ferramenta de luta política que nasce do cotidiano. Ela lembra que, na conferência de abertura de Crenshaw, na Escola Internacional do Pensamento Feminista Negro Decolonial, a intelectual estadunidense respondeu às críticas quanto ao conceito e ressaltou a maior contribuição da interseccionalidade: justamente a sua perspectiva política.

## QUEM É KIMBERLÉ CRENSHAW

Antes de partir para o conceito de interseccionalidade em si, que merece destaque na notável trajetória da intelectual negra, é preciso dizer quem é Kimberlé Crenshaw e oferecer uma espécie de súmula de seu trabalho. De acordo com as informações de seu perfil na página da *UCLA Law* (s.d), Kimberlé Williams Crenshaw leciona Direitos Civis e outras disciplinas sobre estudos críticos de raça e direito constitucional. A advogada e professora universitária divide seu tempo entre a *UCLA* e a *Columbia Law School*. Sua trajetória acadêmica é dedicada às temáticas de lei e raça, sendo fundadora e líder do movimento intelectual chamado “*Critical Race Theory*” (“Teoria Crítica da Raça”), nascido na década de 1980, que propõe uma espécie de estrutura teórica nas Ciências Sociais, utilizando a teoria crítica como ponto de partida para analisar a sociedade e a cultura e as relações estabelecidas com raça, poder e lei.

O *site* do projeto BlackPast.org (FEDER-HAUGABOOK, 2017), que se propõe a ser uma espécie de guia *online* da história afro-americana, registra que Crenshaw nasceu em Canton, Ohio, em 1959, filha de Marian e Walter Clarence Crenshaw Jr., tendo frequentado a instituição pública *Canton McKinley High School*. Após o que seria, na educação brasileira, o ensino médio, entrou para a *Cornell University*, onde se formou, em 1989, com diploma de bacharela em estudos governamentais africanos. Durante a graduação, Crenshaw percebeu que o aspecto de gênero atrelado à raça era pouco desenvolvido nos círculos e currículos acadêmicos, de onde veio sua inspiração para empreender o trabalho que realiza até hoje. Muito embora a ideia de interseccionalidade já estivesse sendo debatida em diálogos sobre identidades e experiências, foi Crenshaw a responsável por introduzi-la na Teoria Feminista, na década de 1980. Mais precisamente, foi em 1989 que a intelectual publicou o livro “*Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and*

*antiracist politics*” (“Retirando da margem a intersecção de raça e sexo: uma crítica feminista negra à doutrina antidiscriminação, teoria feminista e política antirracista”), considerado um marco de apresentação e sistematização do conceito de interseccionalidade.

Ainda quanto à formação, Crenshaw recebeu o título de J.D., ou *juris doctor*, em 1984, pela *Harvard University Law School*, que pode ser entendido como uma espécie de doutorado profissional dos Estados Unidos. Em 1985, recebeu o título de mestra em Direito, pela *University of Wisconsin*. O site da organização *African American Policy Forum* (s.d.), co-fundada por Crenshaw, em 1996, apresenta a intelectual negra como “uma das principais autoridades na área dos Direitos Civis, da teoria legal das feministas negras e da raça, do racismo e da lei”. Os estudos de Crenshaw trazem duas contribuições marcantes quanto a campos de estudo conhecidos a partir de termos que ela cunhou: Teoria Crítica da Raça e Interseccionalidade.

A autora já promoveu diversos *workshops* para ativistas de direitos humanos, no Brasil e na Índia, e para juízes de tribunais constitucionais, na África do Sul. Ainda, seu trabalho sobre interseccionalidade viajou o mundo e modificou a realidade concreta, sendo influente, por exemplo, na redação da cláusula de igualdade na Constituição sul-africana. Crenshaw escreveu também um documento sobre discriminação racial e de gênero na Conferência Mundial sobre Racismo das Nações Unidas, atuou como relatora do Grupo de Peritos sobre Discriminação de Gênero e Raça e coordenou os esforços das organizações não-governamentais (ONGs) para garantir a inclusão de gênero na Declaração da Conferência Mundial contra o Racismo.

A carreira de Crenshaw acumula prêmios e homenagens. Em 2015, por exemplo, foi destaque no *Ebony Power 100*, uma lista que homenageia os que seriam os heróis contemporâneos da comunidade negra, sendo apontada como heroína feminista número um na *Ms. Magazine's list of Feminist Heroes of 2015* (“Lista de Heroínas Feministas da Ms. Magazine de 2015”). Também foi homenageada entre as *Women Inspiring Change* (“Mulheres que inspiram mudança”), da *Harvard Law School*, sendo reconhecida também pela *Diverse: Issues in Higher Education* (“Diversos: Questões no Ensino Superior”) como uma das “25 melhores mulheres no ensino superior”. Além disso, foi eleita Professora do Ano da Faculdade de Direito da UCLA, por duas vezes. Atualmente, é diretora do Centro de Interseccionalidade e Estudos de Política Social (CISPS), da *Columbia Law School*, que fundou em 2011.

## O CONCEITO DE INTERSECCIONALIDADE

Retomando a palestra do TEDWomen que mencionei no início deste texto, Crenshaw (2016, s.p.) explica para a plateia, naquela ocasião, que havia começado a usar o termo “interseccionalidade” há alguns anos para lidar com o fato de que “muitos dos nossos problemas de justiça social, como racismo e sexismo, frequentemente se sobrepõem, criando múltiplos níveis de injustiça social”. Ela conta, então, que a experiência que deu origem ao conceito de interseccionalidade foi o encontro que teve com uma mulher chamada Emma DeGraffenreid, afro-americana, esposa, trabalhadora e mãe, que alegou discriminação de raça e gênero contra uma fábrica automobilística e teve sua alegação recusada pela justiça americana.

Emma DeGraffenreid havia se candidatado a um emprego, não foi contratada e acreditou que não havia conseguido a vaga por ser uma mulher negra. O juiz responsável rejeitou a petição alegando que o empregador contratava afro-americanos e contratava mulheres. Mas o que o juiz não reconheceu e é apontado no relato de Crenshaw é que os afro-americanos contratados eram homens, destinados aos trabalhos industriais e de manutenção; e as mulheres que conseguiam vagas na montadora eram brancas, nas funções geralmente de secretária e recepcionista, em contato direto com o público. Ela emenda que, apenas se o tribunal estivesse disposto a ver como aquelas duas políticas funcionavam juntas, poderia perceber a dupla discriminação enfrentada por Emma. Porém, o tribunal não permitiu que ela entrasse com as duas petições juntas para contar sua história com o argumento de que isso lhe daria uma espécie de “tratamento especial”. Emma supostamente teria vantagem, duas oportunidades, enquanto afro-americanos homens e mulheres brancas teriam só uma. O que a justiça se recusou a perceber foi que nem as mulheres brancas nem os homens afro-americanos precisavam combinar discriminação de gênero e de raça para contar a história do que sofriam. Um nível de violação estava bem estabelecido, embora não compreendido pela justiça americana: “devido à segregação racial e de gênero presente nessas indústrias, não havia oportunidades de emprego para mulheres afro-americanas” (CRENSHAW, 2014, p. 11).

O que aconteceu a Emma, na década de 1970, pedia um olhar mais complexo para entender como esses dois eixos se apresentavam em interseção, em cruzamento. Não apenas o caso prova que mulheres negras sofrem discriminação por não serem contratadas pela fábrica, como ainda escancara

que uma mulher negra, Emma, teve seu direito negado por um “*frame*” que não era largo o bastante para abarcar sua experiência, violentando-a, mais uma vez, ao considerá-la juridicamente inconsequente. A autora lembra que, para completar, o problema sequer tinha um nome para defini-lo, apresentá-lo. “E todos nós sabemos que quando não há um nome para um problema, não podemos ver o problema, e quando não podemos vê-lo, não podemos resolvê-lo”, disse Crenshaw (2016, s.p.) à plateia.

A analogia possível, então, era com a intersecção de ruas, representando a forma como a força de trabalho foi estruturada por raça e gênero, naquela situação específica. O tráfego nessas ruas seria, assim, as políticas de contratação e outras práticas que por elas passavam. Devido Emma ser uma mulher negra, ela se posicionava exatamente no cruzamento das ruas do sexismo e do racismo, sofrendo, simultaneamente, o impacto do tráfego das duas discriminações. Para Crenshaw (2014, p. 12), “se uma pessoa estiver no meio de uma intersecção, ela poderá prever que ocorrerão colisões nessa intersecção e que provavelmente estará no meio dessas colisões”. Nessa posição, a vulnerabilidade às batidas e atropelamentos, para retomar a metáfora do trânsito, é bem maior. Porém, em outra camada, essa localização traz outras consequências: impede que as vítimas sejam “socorridas” de forma devida pela justiça, pelas políticas públicas. Assim, “a lei é como a ambulância que prestará socorro a Emma, apenas se ficar definido que ela fora ferida na ‘rua de raça’ ou na ‘rua de gênero’, mas não no local em que as ruas se cruzam” (CRENSHAW, 2016, s.p.).

Essa metáfora, explicada de maneira tão didática para a plateia, é bem definida no “Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero” (CRENSHAW, 2002). No texto, a intelectual negra afirma que “a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (CRENSHAW, 2002, p. 177). O termo trata, assim, de um certo arranjo no qual diversos sistemas, como o racismo, o patriarcalismo e a opressão de classe, por exemplo, se entrecruzam, criando complexas situações de opressão e vulnerabilidade. Crenshaw detalha a metáfora da intersecção, tal qual adiantei, como uma analogia em que os vários eixos de poder (raça, etnia, gênero, classe) constituem “as avenidas que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos”:

As mulheres racializadas e outros grupos marcados por múltiplas opressões, posicionados nessas interseções em virtude de suas identidades específicas, devem negociar o tráfego que flui através dos cruzamentos. Esta se torna uma tarefa bastante perigosa quando o fluxo vem simultaneamente de várias direções. Por vezes, os danos são causados quando o impacto vindo de uma direção lança vítimas no caminho de outro fluxo contrário; em outras situações os danos resultam de colisões simultâneas. Esses são os contextos em que os danos interseccionais ocorrem – as desvantagens interagem com vulnerabilidades preexistentes, produzindo uma dimensão diferente do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p.177).

É nesses moldes, então, que a intelectual negra define sua metáfora que, ao mesmo tempo em que se apresenta como uma teoria, funciona como uma espécie de olhar metodológico para avaliar situações de discriminação e violência na vida social. A alusão ajuda na importante tarefa de “identificar melhor o que acontece quando diversas formas de discriminação se combinam e afetam as vidas de determinadas pessoas” (CRENSHAW, 2004, p. 11).

Assim, é possível perceber que uma situação pode posicionar uma pessoa em uma intersecção de múltiplas vias e seus perigosos tráfegos, que a deixam ainda mais exposta aos choques, danos. Nesse sentido, Crenshaw (2002, p. 178) apresenta um modelo provisório para “auxiliar na catalogação e organização do conhecimento existente sobre as múltiplas formas pelas quais a interseccionalidade pode configurar a vida de mulheres de todo globo terrestre”. Ainda, de acordo com ela, como mostram as topologias,

o problema interseccional não está simplesmente no fato de não abordar um único tipo de discriminação de forma completa, mas no fato de que uma gama de violações de direitos humanos fica obscurecida quando não se consideram as vulnerabilidades interseccionais de mulheres marginalizadas e, ocasionalmente, também de homens marginalizados. (CRENSHAW, 2002, p. 178).

Ou seja: é exatamente aquilo que vimos no caso de Emma: o não reconhecimento da questão interseccional é aquilo que faz com que não tenha acesso à justiça que deveria ter e seja tomada como errada na situação, até mesmo entendida como alguém que deseja “tirar vantagem” da ocasião ou almeja ter “tratamento especial”. Crenshaw oferece, então, dez tipos de situações que podem ser entendidas como violência interseccional em vários contextos.

O primeiro exemplo apresentado diz respeito aos estupros motivados por questões raciais, muitas vezes precedidos de outras manifestações de opressão, como uma espécie de propaganda racista ou sexista que, em alguma medida, amenizaria a agressão sexual praticada contra essas mulheres. A subordinação interseccional, no entanto, de acordo com Crenshaw (2002, p. 178), também vitimiza homens, uma vez que estereótipos racializados de gênero resultam em linchamento de homens afro-americanos. É possível, aqui, retomar o que Angela Davis (2016, p. 188-189) apresenta como mito do estuprador negro, “uma invenção obviamente política”, que garantiu o linchamento de homens negros vistos a partir de uma ótica da bestialidade e do perigo que deflagrava um projeto político da branquitude, a partir da defesa da feminilidade branca “contra os irrefreáveis instintos violadores dos homens negros”. Para Davis (2016, p. 189), “o linchamento era uma contrainsurgência sem disfarces, uma garantia de que o povo negro não conseguiria alcançar seus objetivos de cidadania e igualdade econômica”. Nessa equação, o homem branco não é visto da mesma maneira a partir do seu direito “legítimo” de possuir o corpo das mulheres, brancas ou negras (posicionadas em situações diferentes de vulnerabilidades), não importa o quão suas ações agressivas estejam escancaradas.

Crenshaw (2014, p. 12) lembra que, historicamente, “o estupro era considerado um crime racial nos Estados Unidos. Em outras palavras, um processo por estupro podia ser anulado se não ficasse provado que a vítima era branca”. Isso diz de algo estrutural que desconsidera que violentar o corpo das mulheres negras é, de fato, uma violência, apontando mais uma vez para o direito atribuído ao homem branco. Apesar de essa ser legalmente uma regra do século XIX no contexto do país, não destoa do que ainda é percebido hoje: os corpos das mulheres negras ainda são violados física e simbolicamente, por meio de agressões como estupro e assédio, mas também pela perpetuação da propaganda sexualizada que toma mulheres negras como mais “fogositas” ou de fácil acesso para sexo. Ao que parece, e veremos a seguir, a ideia de consentimento tem dois pesos muito diferentes para mulheres brancas e mulheres negras.

Como terceiro ponto, Crenshaw (2002) afirma que a propaganda sexualizada, quando não culmina em violência sexual em massa, causa danos de outras maneiras, sendo também ocorrências de opressão interseccional. Essa propaganda contra as mulheres pobres e racializadas não apenas as

torna alvos da violência sexual, mas também contribui para colocar em suspensão a credibilidade das mulheres vítimas dessas agressões, resultando em não acolhimento de denúncias por desconfiança da honestidade dessas vítimas. Nos Estados Unidos, por exemplo, mulheres negras e latinas dificilmente veem os homens acusados de estuprá-las cumprindo pena, e Crenshaw (2002, p. 178) afirma que “há evidências de que os jurados podem ser levados, pela propaganda sexualizada, a acreditar na maior probabilidade de que mulheres racializadas consentam em ter relações sexuais, em circunstâncias que eles achariam pouco prováveis se a vítima não fosse de uma minoria racial”. Essa propaganda sexualizada que envolve as mulheres racializadas contribui também para a ocorrência de mais uma forma de violência interseccional: as diferenças de tratamento nas políticas reprodutivas e de bem-estar social. A esterilização, o controle forçado da natalidade e as punições econômicas que desestimulam a gravidez são, muitas vezes, “baseadas em imagens preexistentes de mulheres pobres ou étnicas como sendo sexualmente indisciplinadas” (CRENSHAW, 2002, p. 179).

Cabe aqui um movimento de olhar para a realidade brasileira dessa propaganda sexual quanto às pessoas racializadas, em especial as mulheres. A intelectual negra Lélia Gonzalez (1984) já denunciava que, no Brasil, a mulher negra só alcança um temporário *status* de “valorização” (mesmo assim, a um alto preço) na figura da “mulata tipo exportação”, explorada pela cultura do Carnaval, que reforça a imagem da mulher negra como propensa ao sexo e à promiscuidade. Porém, fora desse contexto, a mesma figura de desejo se transforma na doméstica:

Como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra. Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra. Pois o outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica. É por aí que a culpabilidade engendrada pelo seu endeusamento se exerce com fortes cargas de agressividade. É por aí, também, que se constata que os termos mulata e doméstica são atribuições de um mesmo sujeito. A nomeação vai depender da situação em que somos vistas. (GONZALEZ, 1984, p. 228).

Para além da violência sexual, Crenshaw cita outras formas do que chama de discriminação intencional, que são de aspecto interseccional. A questão



dos empregos e acesso à educação são algumas dessas esferas em que essas violências se dão.

No emprego, na educação e em outras esferas, há mulheres sujeitas a discriminações e outras opressões, especificamente por não serem homens e por não serem membros dos grupos étnicos e raciais dominantes na sociedade. Sem dúvida, isto se trata de discriminação composta: com base na raça, elas são excluídas de empregos designados como femininos, sendo também excluídas de empregos reservados aos homens com base no gênero. De fato, elas são especificamente excluídas como mulheres étnicas ou de minorias porque não há ocupações para as candidatas com tal perfil étnico-racial e de gênero. (CRENSHAW, 2002, p. 179)

Esse tópico diz respeito justamente ao que aconteceu com Emma DeGraffenreid. E isso se desdobra ainda na qualidade da vaga que é destinada: enquanto as mulheres brancas são contratadas para funções de escritório e posições que demandam interação com o público, as minorias étnicas são instaladas no trabalho industrial ou em outra forma de trabalho segregado por gênero, ao que apenas os homens negros, por exemplo, são contratados. Nessa situação, onde cabem as mulheres negras? Como reflete Crenshaw (2002, p. 179), “mulheres racializadas enfrentam discriminação porque os empregos femininos não são apropriados para elas e o trabalho designado para homens racializados é definido como inapropriado para mulheres”. Na outra ponta, pode haver o caso de homens enfrentando discriminação composta, quando “o trabalho que está disponível para mulheres não é considerado como apropriado para os homens, e o trabalho disponível para homens mais privilegiados não é oferecido a homens racialmente subordinados” (CRENSHAW, 2002, p. 179).

A autora lembra que, no campo da educação, mulheres de determinada identidade étnico-racial encontram mais dificuldades de acesso, sendo excluídas de oportunidades educacionais ou apresentam educação formal mais baixa do que homens de seu grupo ou do mulheres mais privilegiadas. As taxas de evasão escolar provam essa desigualdade.

Crenshaw (2002, p. 179) conclui a lista com dois tópicos dedicados a ocorrências de subordinação interseccional estrutural, que se difere por representar uma “gama completa de circunstâncias em que as políticas se intersectam com as estruturas básicas de desigualdade criando uma mescla de opressões para vítimas especialmente vulneráveis”. Por exemplo, a vulne-

rabilidade das mulheres refugiadas à violência sexual diz de um problema interseccional que pode ser parcialmente analisado pelas lentes da discriminação étnica. O abuso sexual dessas mulheres é, sem dúvida, uma questão de gênero, mas também de identidade étnica, como o caso das mulheres hutus e o conflito na Tanzânia, mas tudo isso está atrelado à condição de refugiadas e desempoderadas pelas condições que prevalecem em um campo de refugiados.

Há também casos em que uma política não é direcionada especificamente às mulheres, mas as atinge de maneira diferenciada. A política em si se entrecruza com outras estruturas, deixando as mulheres racializadas, mais uma vez, em condição desfavorável. Crenshaw (2002, p. 180) afirma que, em geral, são as mulheres que sofrem

[...] as consequências adicionais criadas pela retração dos serviços que antes eram cobertos pelo Estado. Por exemplo, quando o Estado corta recursos relativos aos cuidados com jovens, doentes e idosos, as necessidades não supridas recaem, em grande parte, sobre os ombros das mulheres, a quem tradicionalmente atribuíram essas responsabilidades.

O exemplo acima ilustra o impacto de uma política pública que não trabalha com as especificidades das demandas e, inicialmente, seria “aplicável a todas as pessoas”, embora acabe por agredir, mais uma vez, as mulheres que já são violentadas por outras formas de opressão interseccional.

## INTERSECCIONALIDADE: UMA “SENSIBILIDADE ANALÍTICA”

Nas primeiras páginas do livro *O que é interseccionalidade?*, que tem o trabalho de Kimberlé Crenshaw como ponto de partida, Carla Akotirene (2018) afirma que interseccionalidade é uma espécie de “sensibilidade analítica”. Retomando a intelectual afro-estadunidense, ela afirma que a interseccionalidade é, simultaneamente, “a maneira sensível de pensar a identidade e sua relação com o poder, não sendo exclusiva para mulheres negras” (AKOTIRENE, 2018, p. 112). Também defende que, para as mulheres negras, a interseccionalidade é uma ferramenta ancestral, e lembra que aspectos interseccionais já haviam sido apontados por Sojourner Truth que, “nascida acorrentada ao escravismo, vendida em leilão aos nove anos de idade, junto ao gado, tornou-se pioneira do Feminismo Negro” (AKOTIRENE, 2018, p. 20). Em seu discurso improvisado,

intitulado *Não sou eu mulher?*, proferido durante a Convenção dos Direitos das Mulheres de Ohio, em 1951, disse: “ninguém nunca me ajudou a subir nas carruagens, nem pular poças de lama [...], eu tive treze filhos e vi a maioria ser vendida para a escravização”. Com isso, Sojourner colocava em xeque a universalização da categoria mulher, entrecruzando raça, classe e gênero, entendendo, ainda, que raça “impõe à mulher negra a experiência de burro de carga da patroa e do marido” (AKOTIRENE, 2018, p. 22).

A metáfora me lembrou outra utilizada pela intelectual negra Patricia Hill Collins (2016), que também difere o lugar social ocupado pela mulher negra e pela mulher branca, provando, mais uma vez, experiências muito distintas de ser mulher. Collins afirma que a mulher negra é como uma mula do homem branco, a quem são permitidos os castigos mais extenuantes e a exploração mais contundente de sua força de trabalho. A mulher branca, nesse cenário, é o cachorro do homem branco: nunca está em condições de igualdade com seu senhor, mas desfruta de mais docilidade e mais trânsito no espaço pertencente a ele. O cuidado, o afeto, o apreço não são dirigidos à mula, que ali está para cumprir uma funcionalidade, mas o são ao cachorro, muito embora esse falso acolhimento crie uma cortina de fumaça que esconde os jogos de poder em relação às mulheres brancas, o que faz com que, muitas vezes, não enxerguem o sexismo sofrido.

Collins (2012, p. 107) afirma também que “a vulnerabilidade das mulheres negras às agressões no local de trabalho, na rua, em casa e nas representações da mídia foi um dos fatores que promoveram este legado de luta”, referindo-se ao contexto histórico dos Estados Unidos, fortemente marcado pela segregação racial. Ela reconhece que por mais que existam diferentes experiências entre as mulheres negras devido à idade, à orientação sexual, à religião e à região, por exemplo, há uma série de violências recorrentes que todas essas mulheres experimentam pelo entrecruzamento de raça e gênero. E é por esse motivo que a sensibilidade analítica do conceito de interseccionalidade é tão cara para a construção de políticas públicas, na esfera do Direito, mas também nas pesquisas feitas no âmbito acadêmico, que permanece atrelado a um pensamento branco eurocentrado e no próprio feminismo anunciado como movimento. A intelectual negra bell hooks afirma que:

As mulheres brancas que dominam o discurso feminista – as quais, na maior parte, fazem e formulam a teoria feminista – têm pouca ou nenhuma compreensão da supremacia branca como estratégia, do

impacto psicológico da classe, de sua condição política dentro de um Estado racista, sexista e capitalista. (hooks, 2015, p. 196).

A interseccionalidade não é uma questão que deve ser de preocupação somente das mulheres negras, mas de todos os arranjos identitários (mesmo porque uma mulher branca ou um homem negro podem sofrer outros entrecruzamentos que os vulnerabilizam, muito embora me pareçam não ter o mesmo peso da articulação mulher + negra, em particular). De fato, mulheres brancas e homens negros, como vimos no próprio documento de Crenshaw (2002), têm duas condições, a de oprimido e a de opressor, ao passo que a mulher negra não tem essa mobilidade. hooks afirma que, como grupo,

as mulheres negras estão em uma posição incomum nesta sociedade, pois não só estamos coletivamente na parte inferior da escada do trabalho, mas nossa condição social geral é inferior à de qualquer outro grupo. Ocupando essa posição, suportamos o fardo da opressão machista, racista e classista. Ao mesmo tempo, somos o grupo que não foi socializado para assumir o papel de explorador/opressor, no sentido de que não nos permitem ter qualquer “outro” não institucionalizado que possamos explorar ou oprimir. (hooks, 2015, p. 207).

Dessa forma, as feministas privilegiadas, muitas vezes, ainda apresentam dificuldades de apreender a experiência de outras mulheres por não compreenderem plenamente o entrecruzamento entre opressão de sexo, raça e classe, muito embora ocorra um movimento na academia e na militância para deslocar esse olhar. Caso mistifiquem a identidade da mulher a partir da perspectiva exclusiva do gênero, as análises feministas podem encontrar barreiras no exercício da sensibilidade analítica a partir da interseccionalidade na apreensão das situações empíricas que se apresentam.

Crenshaw nos alerta, inclusive, sobre os perigos da “superinclusão” e da “subinclusão” nas análises. As duas práticas culminam na invisibilização dos aspectos interseccionais, mas por vias diferentes. Na “superinclusão”,

um problema ou condição imposta de forma específica ou desproporcional a um subgrupo de mulheres é simplesmente definido como um problema de mulheres. A superinclusão ocorre na medida em que os aspectos que o tornam um problema interseccional são absorvidos pela estrutura de gênero, sem qualquer tentativa de reconhecer o papel que o

racismo ou alguma outra forma de discriminação possa ter exercido em tal circunstância. (CRENSHAW, 2002, p. 174).

A abordagem superinclusiva, então, criticada por outras intelectuais negras como hooks, apresenta como principal problema o fato de que o enfoque em gênero, apenas, impossibilita análises efetivas. “Por consequência, os esforços no sentido de remediar a condição ou abuso em questão tendem a ser tão anêmicos quanto é a compreensão na qual se apoia a intervenção” (CRENSHAW, 2002, p. 175). É o caso, por exemplo, da ligação da marginalização racial e social com o tráfico de mulheres. Mesmo assim, a dimensão racial combinada à de gênero nem sempre consegue dar conta da completude do problema, ao que outras intersecções entram em cena.

A “subinclusão”, por sua vez, ocorre “quando há um problema que é claramente de gênero que não é incluído na agenda geral de gênero pelo fato de afetar apenas um subgrupo de mulheres” (CRENSHAW, 2004, p. 14). A autora afirma que o abuso da esterilização é um exemplo de questão subincluída na agenda racial, e também não é contemplada com a devida atenção pela agenda do feminismo hegemônico. “Somente mulheres negras foram esterilizadas nos Estados Unidos, mas a maioria dos grupos de direitos civis não discute a questão como um problema racial” (CRENSHAW, 2004, p. 15). A respeito dos desafios da abordagem interseccional, a intelectual afirma que:

A discriminação interseccional é particularmente difícil de ser identificada em contextos onde forças econômicas, culturais e sociais silenciosamente moldam o pano de fundo, de forma a colocar as mulheres em uma posição onde acabam sendo afetadas por outros sistemas de subordinação. Por ser tão comum, a ponto de parecer um fato da vida, natural ou pelo menos imutável, esse pano de fundo (estrutural) é, muitas vezes, invisível. O efeito disso é que somente o aspecto mais imediato da discriminação é percebido, enquanto que a estrutura que coloca as mulheres na posição de ‘receber’ tal subordinação permanece obscura. Como resultado, a discriminação em questão poderia ser vista simplesmente como sexista (se existir uma estrutura racial como pano de fundo) ou racista (se existir uma estrutura de gênero como pano de fundo). Para apreender a discriminação como um problema interseccional, as dimensões raciais ou de gênero, que são parte da estrutura, teriam de ser colocadas em primeiro plano, como fatores que contribuem para a produção da subordinação. (CRENSHAW, 2002, p. 176).

Carla Akotirene considera, retomando Crenshaw, que o fato de o feminismo branco e o movimento antirracista, bem como as instâncias de direitos humanos, permanecerem insistentemente inalterados se dá por dificuldades metodológicas práticas na condução de identidades interseccionais. Para ela, a sensibilidade analítica “elucida as articulações das estruturas modernas coloniais que tornam a identidade vulnerável, investigando contextos das colisões e fluxos entre estruturas, frequência e tipos de discriminação interseccionais” (AKOTIRENE, 2018, p. 54). Assim, a interseccionalidade impede possíveis reducionismos pautados por uma política de identidade para compreender sujeitos e sujeitas sociais em seus fluxos, que podem apresentar maior ou menor tráfego a depender da situação em que ocorre a intersecção ou, como diz Akotirene, a encruzilhada.

Apesar das críticas recebidas, como a de que acabaria esbarrando na ideia de que as identidades nascem autônomas para depois se encontrarem nas intersecções, o conceito de interseccionalidade segue potente, tão urgente e necessário quanto no momento em que foi cunhado por Crenshaw. Para Akotirene (2018, p. 95), a recusa da interseccionalidade “não descredencia a premissa do termo existente há quase trinta anos, aliás, faz coro à proposta da pensadora de enegrecer o feminismo, considerado o empenho acadêmico e de articulação ativista das mulheres negras não acadêmicas, anterior à sistematização do conceito”. Ela aponta que o feminismo negro da geração de Sueli Carneiro, apesar de não utilizar o termo interseccionalidade, já percebia as opressões em tensão e cruzamentos.

Nesse caminho, Lélia Gonzalez é apontada por muitas intelectuais negras brasileiras como alguém que consegue oferecer mais respostas teórico-metodológicas para as questões que afetam as mulheres latino-americanas e caribenhas, uma vez que há especificidades no Brasil, por exemplo, que colocam questões bem diferentes das experimentadas na realidade dos Estados Unidos. Uma delas, como a própria Lélia Gonzalez aponta e já mencionei, é o mito da democracia racial, que ainda impera em nosso país, contribuindo para a perpetuação do racismo, que atinge de maneira diferente as mulheres negras. Lembrando das palavras de Crenshaw salientadas anteriormente, se não há um nome para um problema, não falamos dele nem conseguimos resolvê-lo caso consigamos identificá-lo. E se o Brasil é assentado na ideia de um paraíso das três raças em que todas pessoas são miscigenadas e, segundo a expressão racista do linguajar

popular, “tem um pé na senzala”, logo não há racismo. Se não há racismo, logo não há necessidade de criar mecanismos para combatê-lo.

Rios e Ratts (2016, p. 397) afirmam que Gonzalez antecipou no Brasil “a recepção do que viria a ser chamado, uma década depois, de abordagem interseccional”, lembrando que a intelectual brasileira já fazia uma sofisticada articulação entre raça, classe e gênero sem recorrer ao termo interseccionalidade. Em outras palavras, a ideia já era fortemente trabalhada, muito embora o conceito tenha sido cunhado, efetivamente, por Crenshaw. De toda maneira, as reflexões da intelectual estadunidense são de extrema importância e devem ser sempre retomadas em nossas especificidades históricas, sociais, econômicas. Isso porque ultrapassam o Direito e atingem todas as relações estabelecidas em sociedade, de todas as ordens.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento pretendido neste texto não é nem de longe conclusivo, e também, por questões formais, é absolutamente recortado, uma vez que a obra de Kimberlé Crenshaw e suas reflexões sobre interseccionalidades, que aqui ocuparam eixo central, não se esgotam neste resumo. Além disso, o enfoque em Crenshaw acaba não contemplando outros pensamentos importantes de intelectuais negras para a compreensão das opressões múltiplas sofridas a partir dos fluxos e trâfegos em intersecções. Acredito que em várias outras contribuições, muito embora não precisamente ancoradas no conceito de interseccionalidade, aspetos como raça, gênero e classe se entrecruzam para dar conta de como algumas pessoas estão mais expostas às colisões violentas nas encruzilhadas do que outras. De toda maneira, outras intelectuais negras fundamentais foram contempladas neste compilado de artigos, de forma que acredito que algumas reflexões complementam ou mesmo colocam questões às que aqui foram apresentadas.

Como exercício de aprendizado, escrever sobre Kimberlé Crenshaw e interseccionalidade me fez ter a certeza da percepção de quanto o ambiente acadêmico ainda está muito impregnado por uma valorização do pensamento de intelectuais brancas quanto a gênero em detrimento do pensamento de intelectuais negras, que trazem camadas de complexidade muito necessárias à compreensão do que acontece no mundo da vida e sobre próprios fenômenos para os quais voltamos o olhar em nossas pesquisas.

A sensibilidade analítica propulsionada pelo conceito de interseccionalidade nos obriga a olhar para a violência contra a mulher, por exemplo, meu tema de pesquisa, como muito mais complexa e modulada por uma série de fluxos nas intersecções. Não apenas esses aspectos têm impacto na ocorrência empírica, mas também nos seus desdobramentos, como as narratividades jornalísticas acerca dos feminicídios. A maneira como o jornalismo percebe os crimes não se ancora apenas na questão de gênero — mesmo que comumente o jornalismo não veja nem gênero como uma questão, reproduzindo estereótipos sem tensioná-los —, mas também passa por questões determinantes como aspectos étnico-raciais, de classe.

Não é novidade que as mortes que mais ganham destaque nos jornais são as de mulheres brancas, de classe média, que recebem tratamento diferenciado como se aquela violência fosse uma exceção. Tatiane Spitzner, a advogada morta ao que tudo indica pelo marido, é um caixão a se lamentar, mas e as tantas outras mulheres que, pelos fluxos e intersecções, sofrem violências racistas em arranjo com as machistas e misóginas, que o jornalismo sequer nos deixa conhecer, invisibilizando esses relatos? Ou como tomar a experiência de violência contra a mulher como homogênea quando mulheres negras periféricas não têm, muitas vezes, condições materiais mínimas para deixar aquela relação, ou mesmo não denunciam seus parceiros para não contribuir com o encarceramento em massa e para a consolidação da ideia de bestialidade racial (DAVIS, 2016)?

Acredito que o que Kimberlé Crenshaw nos mostra é que não existe compreensão simples para essas opressões múltiplas e enfeixadas que encontram os corpos e atingem mais uns do que outros. Assim, como ela recomenda, é preciso destacar as condições constituintes daquela experiência, trazer para o primeiro plano as ruas que se sobrepõem e interceptam, a não as perceber como residuais. O desafio é grande, ou Crenshaw não teria se dedicado a escrever um documento detalhado com uma espécie de protocolo para reconhecer e lidar com as interseccionalidades. Porém, ao que parece, é também um caminho sem volta, em que não é possível recuo para as ruas de mão única, em que o tráfego flui de maneira — supostamente — tranquila.



## REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com as outsider within. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, jan./abr. 2016, p. 99-127.

\_\_\_\_\_. Rasgos distintivos del pensamiento feminista negro. In: TRUTH, Sojourner; WELLS, Ida; COLLINS, Patricia Hill et. al. **Feminismos negros: Una antología**. Traficantes de Sueños, 2012.

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV. AA. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004.

\_\_\_\_\_. Documento para o Encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, 2002, p. 171-187.

\_\_\_\_\_. **The Urgency of Intersectionality**. 2016. Disponível em: <[https://www.ted.com/talks/kimberle\\_crenshaw\\_the\\_urgency\\_of\\_intersectionality?language=pt-br#t-629027](https://www.ted.com/talks/kimberle_crenshaw_the_urgency_of_intersectionality?language=pt-br#t-629027)>. Acesso em: 15 nov. 2018.

DAVIS, Angela. Estupro, racismo e o mito do estuprador negro. In: DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016. p.177-203.

FEDER-HAUGABOOK, Ayala. Kimberle Williams Crenshaw (1959- ). **Black Past**, 19 ago. 2017. Disponível em: <<https://blackpast.org/aaw/crenshaw-kimberle-williams-1959>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, 1984, p. 223-244.

hooks, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 16, jan./abr. 2015, p. 193-210.

KIMBERLÉ CRENSHAW. **The African American Policy Forum**, s.d. Disponível em:<<http://www.aapf.org/kimberle-crenshaw>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

KIMBERLÉ W. CRENSHAW. **UCLA Law** s.d. Disponível em: <<https://law.ucla.edu/faculty/faculty-profiles/kimberle-w-crenshaw/>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto. Raça/Cor e a produção intelectual sobre a violência contra as mulheres. In: PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto. **Tramas e dramas de gênero e de cor: a violência doméstica contra mulheres negras**. Brasília: Brado Negro, 2016. p. 59-116.

RIOS, Flávia; RATTS, Alex. A perspectiva interseccional de Lélia Gonzalez. In: SHALHOUB, Sidney; PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Pensadores negros – pensadoras negras**: Brasil, séculos XIX e XX. Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.



## Sobre as autoras e os autores

### **BÁRBARA CALDEIRA**

Jornalista (Newton Paiva), mestra e doutoranda em Comunicação Social (UFMG), na linha de pesquisa Textualidades Mediáticas. Pesquisa, principalmente, narrativas factuais e ficcionais dentro do contexto da violência, especialmente assassinatos de mulheres em série e em situações de proximidade. É integrante dos grupos de pesquisa “Núcleo de Estudos Tramas Comunicacionais: Narrativa e Experiência” e “Ex-Press – Grupo de Pesquisa em Historicidades das Formas Comunicacionais”.

### **ISABELLE CHAGAS**

Jornalista e mestranda no PPGCOM/UFMG, na linha Textualidades Mediáticas. É integrante dos grupos de pesquisa “Núcleo de Estudos Tramas Comunicacionais: Narrativa e Experiência” e “Ex-Press – Grupo de Pesquisa em Historicidades das Formas Comunicacionais”. É autora do livro-reportagem “Não tenho pai, mas sou herdeiro: histórias e registros de paternidades ausentes”, contemplado para publicação pela Lei Municipal de Incentivo à Cultura de Belo Horizonte (2017-2018).

**LUCAS AFONSO SEPULVEDA**

Doutorando do Programa de Pós-Graduação Comunicação Social na Universidade Federal de Minas Gerais, pela linha Processos Comunicativos. Mestre e graduado em Comunicação Social, pela mesma instituição. Integrante do GRIS (Grupo de Pesquisa em Imagem e Sociabilidade).

**NILMA LINO GOMES**

Pedagoga e mestra em Educação (ambos pela UFMG), doutora em Antropologia Social (USP) e pós-doutora em Sociologia (Universidade de Coimbra) e em Educação (UFSCAR). Professora Titular da FAE/UFMG, onde integra o corpo docente da pós-graduação em educação Conhecimento e Inclusão Social. Foi coordenadora geral do Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão Ações Afirmativas na UFMG (2002 a 2013) e, atualmente, integra a equipe de pesquisadores desse Programa. Ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (2015) e do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos (2015-2016) do governo da presidenta Dilma Rousseff.

**OLÍVIA PILAR**

Mestranda no PPGCOM/UFMG, na linha Processos Comunicativos e Práticas Sociais. Jornalista e especialista em Marketing Digital pela PUC Minas. Integra o CORAGEM (Grupo de Pesquisa em Comunicação, Raça e Gênero) e o GRIS (Grupo de Pesquisa em Imagem e Sociabilidade). Tem experiência profissional na área de Mídias Sociais, atuando como gestora de conteúdos. Escritora, publicou quatro contos independentes pela Amazon e participou de três coletâneas de contos também publicadas pela Amazon.

**PÂMELA GUIMARÃES-SILVA**

Mestra e doutoranda no PPGCOM/UFMG, na linha Processos Comunicativos e Práticas Sociais. Graduada em Comunicação Social/Publicidade e Propaganda, pela Faculdade Estácio. Servidora pública da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, atuando como coordenadora do núcleo de produção e gestão de conteúdos para mídias sociais (2013-2019). É assessora de processos comunicativos e práticas sociais, na Secretaria de Desenvolvimento Social de Minas Gerais, Subsecretaria de Direitos Humanos.

**TOMÁS GERMAN**

Graduado em Comunicação Social, habilitação em Publicidade e Propaganda, pela UFMG. Proponente do projeto “Translado narrativas trans: identidades, memórias e territórios de travestis e mulheres trans da avenida Dom Pedro II”, aprovado na Lei Municipal de Incentivo à Cultura (LMIC/2015), realizado em 2017 e 2018, resultando no livro “Translado: narrativas trans da Av. Pedro II”. É militante LGBT e integrante da Frente Autônoma LGBT.

**VÍVIAN CAMPOS**

Jornalista, mestra e doutoranda em Comunicação Social, pela UFMG. Tem experiência na área de comunicação e saúde, comunicação organizacional, gestão de crises em comunicação, assessoria de imprensa, comunicação interna, produção de conteúdo para impressos (jornais e revistas) e redes sociais. Servidora pública estadual desde 2008, com atuação na Assessoria de Comunicação Social, da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais.

**VIVIANE GONÇALVES FREITAS**

Pós-doutora em Ciência Política (UFMG), com bolsa Pós-doutorado Júnior (PDJ/CNPq). Doutora em Ciência Política (UnB), com bolsa CAPES Demanda Social, mestra em Comunicação Social e jornalista (ambos pela PUC Minas). É pesquisadora do Margem – Grupo de Pesquisa em Democracia e Justiça (DCP/UFMG) e da Rede de Pesquisas em Feminismos e Política. Autora do livro “Feminismos na imprensa alternativa brasileira: quatro décadas de lutas por direitos” (Paco Editorial, 2018).

